



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
SABERES DO SUL GLOBAL

**“O SUL GLOBAL FRENTE À CATÁSTROFE CLIMÁTICA:
PERSPECTIVAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NO SISTEMA INTERNACIONAL”**



PPGRI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UFSM



FAPERGS
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul


CCSH
UFSM

 **deri**

ORGANIZAÇÃO



PPGRI

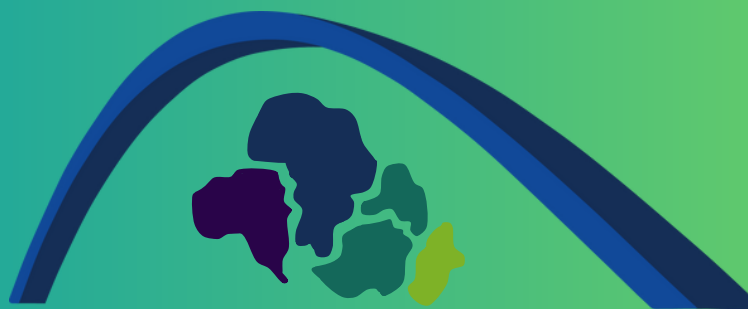
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS • UFSM

FINANCIAMENTO



FAPERGS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL

SABERES DO SUL GLOBAL



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SABERES DO SUL GLOBAL

O II Seminário Internacional Saberes do Sul Global (SISSUL 2024), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGRI/UFSM), é um evento de pesquisa e extensão voltadas à construção de experiências práticas que conectem a Universidade à sociedade. O objetivo é fomentar atividades que unam pesquisa, ensino e extensão, com ênfase na inserção social, responsabilidade social (inclusão e desenvolvimento sustentável), conectividade global (internacionalização e uso de tecnologias da informação e comunicação), impacto científico e abordagem interdisciplinar, ampliando o alcance da Universidade.

O evento visa promover e disseminar, entre estudantes de pós-graduação e graduação, assim como na comunidade local, nacional e internacional, o interesse pelo conhecimento e pelo debate de temas interdisciplinares relacionados aos desafios de desenvolvimento, segurança, direitos e justiça em regiões do Sul Global, com impactos para o desenvolvimento sustentável local.



COMITÊ CIENTÍFICO

Prof. Dr. Ademar Pozzatti Júnior

Prof. Dr. Adriano Jose Pereira

Prof. Dr. Bruno Hendler

Prof. Dr. Flavio Augusto Lira Nascimento

Prof. Dr. Igor Castellano da Silva

Prof. Dra. Joséli Fiorin Gomes

Prof. Dr. José Luiz de Moura Filho

Prof. Dr. Júlio César Cossio Rodriguez

Profª. Dra. Kamilla Raquel Rizzi

Profª. Dra. Mariana Selister Gomes

Profª. Dra. Nathaly Silva Xavier Schutz

Profª. Dra. Tatiana de Almeida Freitas Rodrigues Cardoso Squeff

COMISSÃO ORGANIZADORA

Amanda Ribeiro Lopes

Ana Laura Kochhann

Christopher Antunes

Eduarda Magagnin de Conto

Edson Arthur dos Reis Farias

Gabriel Soares Quevedo

Irina Lima Martinez

Jean Richard Badette

Laise Barão Gallois



Mayara de Carvalho Puhle

Pietro Barrios Tronco

Pedro Henrique Ribeiro Knippel do Carmo

Sofonias Lopes Jó

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO DOS ANAIS

Amanda Ribeiro Lopes

Ana Laura Kochhann

Eduarda Magagnin de Conto

REALIZAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - UFSM



SUMÁRIO

LINHA DE PESQUISA 1: INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO	5
DETERMINANTES DAS EXPORTAÇÕES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DOS PAÍSES DO BRICS	5
PROTAGONISMO ESTUDANTIL E SUSTENTABILIDADE: A CONTRIBUIÇÃO DA AÇÃO ADOTE UM ODS NO DESENVOLVIMENTO DO ODS 12 NA E.M.E.F. PROFESSORA CÂNDIDA ZASSO, DE NOVA PALMA-RS	15
O ACESSO À ENERGIA COMO DIREITO HUMANO E UM VIOLADOR EM POTENCIAL: O CASO CHEVRON-TEXACO	20
O REGULAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA PARA PRODUTOS LIVRES DE DESMATAMENTO (EUDR) E AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS: AS CONSEQUÊNCIAS DA NORMATIVA EUROPEIA PARA OS PRODUTORES	26
REPENSANDO O DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	30
DO INTERNACIONAL AO DOMÉSTICO: A INFLUÊNCIA DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL	35
A ASCENSÃO DA CHINA E A ESTRUTURA DE DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DA REAÇÃO CEPALINA (2001-2024)	39
A DIPLOMACIA DO HIDROGÊNIO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA	43
A MENSURAÇÃO DE VULNERABILIDADES ECONÔMICAS COMO FERRAMENTA DE ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL: PERSPECTIVAS E LIMITAÇÕES	48
LINHA DE PESQUISA 2: POLÍTICA E SOCIEDADE GLOBAL	54
“MÃE DA REVOLUÇÃO”: DEOLINDA RODRIGUES E A RESISTÊNCIA FEMININA NOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM ANGOLA	54
O REFÚGIO CLIMÁTICO SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	62
DESLOCADOS E REFUGIADOS CLIMÁTICOS: A (IN)DEFINIÇÃO NA POLÍTICA INTERNACIONAL	68
RELAÇÕES INTERNACIONAIS ALTERNATIVAS: ARTICULAÇÕES GLOBAIS DO EZLN (1994-2024)	73
AS PROFESSORAS DO ITAMARATY: UMA PESQUISA QUANTITATIVA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA DOCÊNCIA DO INSTITUTO RIO BRANCO	81
ONTOLOGIAS INSURGENTES PARA PENSAR A POLÍTICA E A SOCIEDADE	



INTERNACIONAL - CORPOS/POVOS-TERRITÓRIOS DE ABYA AYALA/AFRO/LATINO AMÉRICA	92
NACIONALISMO NEOLIBERAL SUBALTERNO: ANÁLISE DO DISCURSO PATRIÓTICO BOLSONARISTA, E SEUS EFEITOS PARA AS POLÍTICAS DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA	102
UNIDAS: DIALOGANDO SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE GÊNERO EM MEIO A SITUAÇÕES ADVERSAS	106
LINHA DE PESQUISA 3: SEGURANÇA, ESTRATÉGIA E DEFESA	111
REDES NARCÓTICAS NA PAN-AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE A EMERGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	111
PARA A SEGURANÇA REGIONAL	111
REFUGIADOS AMBIENTAIS: A SECURITIZAÇÃO DE MIGRANTES DO PAQUISTÃO E DO BANGLADESH NA ÍNDIA	116
A MENTALIDADE AERONÁUTICA DE VARGAS NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: A CRIAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA (1937-1945)	123
DEFESA E MUDANÇA DO CLIMA: O CASO DO ÁRTICO	136
COOPERAÇÃO MILITAR SINO-RUSSA: TRANSFERÊNCIAS TECNOLÓGICAS E O PAPEL ESTRATÉGICO NA RECONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA GLOBAL	143
TRANSFORMAÇÃO MILITAR E A GUERRA DO IRAQUE (2003-2011): O NOVO MODO AMERICANO DE FAZER A GUERRA COMO UM DOS FATORES DO DECLÍNIO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE	149
DINÂMICA REGIONAL DENTRO E FORA DE FAIXA DE FRONTEIRA NO BRASIL: USO E COBERTURA DA TERRA	155
PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO E A GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO): UMA ANÁLISE DA MUDANÇA DOUTRINÁRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO	165
O PAPEL ESTRATÉGICO DOS CABOS SUBMARINOS NA AMÉRICA DO SUL: IMPACTOS EM SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO	170
A SECURITIZAÇÃO DO CIBERESPAÇO EM REFLEXO DO COMBATE ÀS FAKE NEWS NAS ELEIÇÕES DE 2018: O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO	177
PROTAGONISMO ESTUDANTIL E SUSTENTABILIDADE: A CONTRIBUIÇÃO DA AÇÃO ADOTE UM ODS NO DESENVOLVIMENTO DO ODS 12 NA E.M.E.F. PROFESSORA CÂNDIDA ZASSO, DE NOVA PALMA-RS	182
IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA NO CIBERESPAÇO: UMA ABORDAGEM DA SEGURANÇA NACIONAL BRASILEIRA	187
A INSERÇÃO DE SANTA MARIA (RS) NA GEOPOLÍTICA DO PRATA (1944, 1971, e 1982)	192



LINHA DE PESQUISA 1: INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO

DETERMINANTES DAS EXPORTAÇÕES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DOS PAÍSES DO BRICS

Daniel Arruda Coronel¹
Aline Beatriz Schuh²
Cássio Brum³
Luiza Agnes Acosta⁴
Niniver Halberstadt dos Santos⁵

1 INTRODUÇÃO

O termo “BRIC” foi introduzido em 2001 por Jim O'Neill, que, na época, liderava a pesquisa econômica global da Goldman Sachs, conforme explica Stuenkel (2017). Ainda segundo o autor, O'Neill buscava identificar um grupo de países extensos e com rápido crescimento econômico, baseando-se em indicadores como a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o PIB per capita e o tamanho populacional, em vez de critérios políticos, e ele projetou que esses países teriam um crescimento significativo na década seguinte, com a China se destacando especialmente pelo seu impacto econômico global. O grupo, originalmente composto por Brasil, Rússia, Índia e China, foi formalmente criado em 16 de junho de 2009 (Stuenkel, 2017). A África do Sul se juntou ao grupo em 2011, e o grupo

¹ Professor Associado do Departamento de Economia e Relações Internacionais, com atuação como Docente no PPG Administração Pública, em Gestão de Organizações Públicas e de Economia e Desenvolvimento da UFSM e Bolsista de Produtividade do CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0264-6502>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9265604274170933>.

² Professora de Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4289016881856523>.

³ Aluno de Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

⁴ Aluna de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

⁵ Aluna de Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).



passou a ser denominado BRICS. Esse agrupamento emergiu como um dos desenvolvimentos mais importantes na política internacional do início do século XXI.

Para Cavalcanti (2018), o principal objetivo do BRICS é a formação de uma conexão que gere influência dos países emergentes na economia mundial, impulsionando o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico dos países membros, respectivamente. Nesse sentido, os BRICS visam reduzir a pobreza, fator característico de países como Índia e Brasil, além de garantir maior estabilidade econômica.

As exportações, portanto, exercem um papel fundamental para o crescimento econômico dos países do BRICS, ainda que as estratégias aparentem ser distintas, conforme elucida Marconi, Magacho e Rocha (2014). Segundo os autores, alguns países do grupo, como China e Índia, têm reduzido a importância do setor primário em suas pautas exportadoras, enquanto outros, como Brasil e Rússia, têm reduzido a participação do setor de manufatura.

O crescimento industrial, no entanto, é uma preocupação de todos os países membros, que se reuniram recentemente na 7ª Reunião dos Ministros da Indústria do Brics e na 13ª Reunião dos Ministros do Comércio do Brics para debater estratégias de cooperação para promover o fortalecimento de suas indústrias (BRASIL, 2023). Um dos fatores primordiais para isso são os investimentos estrangeiros, que “desempenham uma função estratégica no desenvolvimento econômico dos países, complementando a poupança interna e contribuindo para a modernização da capacidade produtiva” (Siqueira, 2022, p. 1).

Diante desse contexto, esta pesquisa visa analisar os determinantes das exportações da indústria de transformação dos países membros do BRICS, com destaque para a sua relação com o investimento estrangeiro direto. A análise abrange o período desde a formação (informal) inicial do grupo na virada do século, isto é 2001, até o ano anterior a expansão do número de membros constituinte (2022), tendo em vista que a adesão dos novos países ocorreu em 2023 e foi efetivada em 2024. Para atingir o objetivo proposto, foi utilizado um modelo Vetor de Correção de Erros (VECM) para um painel de dados abrangendo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Desta maneira, o presente artigo proporciona uma



análise sistemática e profunda das dinâmicas econômicas que influenciam as exportações nos países do BRICS.

2 DESENVOLVIMENTO

Por meio do método de Vetores de Correção de Erros em painel (PVEC), realiza-se uma análise sobre o IED, a FBK e os anos médios de escolaridade, que demonstram uma relação positiva com as exportações da indústria de transformação. Os dados analisados compreendem o período de 2001 até 2022. Embora a formalização do bloco tenha sido em 2009 – com a África do Sul entrando em 2011 –, desde 2001 os países já se destacavam enquanto grupo, conforme a primeira referência ao “BRIC” por Jim O’Neill, detalhada anteriormente.

De acordo com a revisão de literatura, a entrada de IED nos países pode levar diversos benefícios aos países (Tebaldi, 2011; Gökmen; Turen, 2013; Oo; Kueh; Hla, 2019; Zapata; Arrazola; Hevia, 2023), mas pode também prejudicar as empresas nacionais (Güneş et al., 2020), e consequentemente as exportações da indústria. Assim, uma diversidade de estudos costuma utilizar indicadores de inovação e de recursos humanos como forma de identificar esta possível consequência, quanto maior os recursos humanos disponíveis às empresas, maior tende a ser o reflexo positivo sobre o aproveitamento do fluxo de IED (Borensztein; De Gregorio; Lee, 1998).

O aumento do investimento doméstico também tem implicação no aumento de produtividade. Neste sentido, espera-se que a formação de capital tenha um importante papel no aumento das exportações da indústria de manufatura (Zapata; Arrazola; Hevia, 2023). Por fim, a taxa de câmbio é reconhecida pela sua influência negativa na produção industrial, com seu aumento resultando em redução da produção e exportação e exportação (Tebaldi, 2011; Hassan; Kausar; Arshed, 2022).

Os resultados das estimativas de longo prazo foram significativos para todas as variáveis, exceto para a taxa de câmbio (TC). O uso da taxa de câmbio nominal pode ser a



explicação para esse insucesso. Ainda que não tenha sido significativo, a relação mostrou-se negativa, em conformidade com o resultado esperado, seguindo os resultados obtidos por Tebaldi (2011), e Hassan, Kausar e Arshed (2022).

Para as variáveis cujos resultados foram significativos, os valores obtidos indicaram que um aumento no Investimento Estrangeiro Direto (IED), na Formação Bruta de Capital (FBK), e nos anos médios de escolaridade (EDUC), na ordem de 1%, nos países do BRICS, acarretam um aumento nas exportações da indústria de transformação de 0,40%, 1,12% e 0,52%, respectivamente, em consonância com os comportamentos esperados, e em linha com os estudos detalhados na seção anterior. Para tanto, infere-se que um maior IED e uma melhor formação de capital humano são fundamentais para o aumento das exportações. O IED não apenas traz capital, mas também tecnologia e know-how, que são essenciais para modernizar a capacidade produtiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados têm implicações significativas para formuladores de políticas e líderes empresariais. Para os países do BRICS, é crucial desenvolver estratégias que promovam a integração econômica e a cooperação entre os membros do bloco, visando aumentar a competitividade das suas indústrias. A colaboração em áreas como pesquisa e desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia pode fortalecer ainda mais a posição do BRICS no comércio internacional. Os resultados do modelo VEC de longo prazo revelou que o contexto dos países do BRICS, no que se refere ao influxo de IED, à capacidade de produção de suas indústrias (Formação Bruta de Capital) e à disponibilidade de capital humano (anos médios de escolaridade) influenciam o desempenho das exportações de suas indústrias de transformação. Cabe ressaltar que, salvo a taxa de câmbio (nominal), todas as demais variáveis analisadas mostraram-se significativas.

Quanto às funções impulso resposta, observou-se as mesmas relações do modelo de longo prazo. Ao introduzir um choque no IED, na FBK e nos anos médios de escolaridade, as exportações da indústria de transformação reagiram positivamente, estabilizando-se em patamares elevados nos períodos subsequentes. Já a resposta ao choque na taxa de câmbio foi



negativa, em consonância com os resultados esperados, e reforça que a depreciação das moedas locais dos países do BRICS favorece à comercialização de seus produtos industriais no mercado internacional, uma vez que seus preços ficam mais atrativos aos compradores estrangeiros, mesmo em detrimento do aumento dos custos de importação.

Palavras-chave: BRICS; Investimento Estrangeiro Direto; Indústria de transformação.

REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (APEX BRASIL). Dados sobre o IED no Brasil em 2019. Disponível em: <https://apexbrasil.com.br/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

ALFARO, L. Foreign Direct Investment and Growth: Does the Sector Matter? Harvard Business School, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228966060_Foreign_Direct_Investment_and_Growth_does_the_sector_matter. Acesso em: 11 jun. 2024.

ALFARO, L.; CHANDA, A.; KALEMLI-OZCAN, S.; SAYEK, S. FDI and economic growth: the role of local financial markets. *Journal of International Economics* 64, p.89–112, 2004. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0022199603000813>. Acesso em: 25 mai. 2024.

BALTAGI, Badi Hani. *Econometric analysis of panel data*. 3. ed. Chichester: John Wiley & Sons Ltd., 2005.

BATISTA JR., P. N. Brics - Novo Banco de Desenvolvimento. *Estudos Avançados*. v. 30, n. 88, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tgkMkRXzKJqQ7P8b3LMj57L/?lang=pt>. Acesso em: 09 julho 2024.

BORENSZTEIN, E.; DE GREGORIO, J.; LEE, J. W. How does foreign direct investment affect economic growth? *Journal of International Economics*, v. 45, n. 1, p. 115-135, 1998. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/4772771_How_Does_Foreign_Investment_Affect_Growth. Acesso em: 08 jun. 2024.



BRASIL. Ministérios da Indústria e Comércio do Brics reafirmam compromisso com o desenvolvimento sustentável. Portal de notícias do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 23 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/ministerios-da-industria-e-comercio-do-brics-reafirmam-compromisso-com-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 17 set. 2024.

BUCKLEY, P. J.; CASSON, M. The Future of the Multinational Enterprise. The Macmillan Press Ltd, 1976.

BUCKLEY, P. J.; CLEGG, J.; CROSS, A. R.; LIU, X.; VOSS, H.; ZHENG, P. The determinants of Chinese outward foreign direct investment. *Journal of International Business Studies*, v. 38, n. 4, p. 499-518, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/23961598_The_Determinants_of_Chinese_Outward_Foreign_Direct_Investment. Acesso em: 09 jul. 2024.

BUENO, R. D. L; da S. *Econometria de Séries Temporais*. 2 ed. Brasil: Cengage Learning, 2018.

CAVALCANTI, R. P. Desenvolvimento Sustentável: uma análise a partir da perspectiva dos BRICS. *Rev. secr. Trib. perm. revis. Año 6, Nº 11*; abril 2018. Disponível em: http://scielo.iics.una.py/scielo.php?pid=S2304-78872018001100109&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 26 jun. 2024.

CORONEL, D. A. COPETTI, L. Exportações da indústria de transformação do estado do Rio de Janeiro e a hipótese de desindustrialização. *Desenvolvimento em debate*, v. 9, n. 2, 2021. p.1-20. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/41526/25378>. Acesso em 17 set. 2024.

DE MELLO, L. R. Foreign Direct Investment–led Growth: Evidence from Time Series and Panel Data. *Oxford Economic Papers* 51, p. 133-151, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/5215559_Foreign_Direct_Investment-Led_Growth_Evidence_from_Time_Series_and_Panel_Data. Acesso em: 08 jun. 2024.

DUNNING, J. H. The Eclectic Paradigm of International Production: A Restatement and Some Possible Extensions. *Journal of International Business Studies*. v. 19, n. 1, 1-31, 1988. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/palgrave.jibs.8490372>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FERNANDES, A. Impact of Foreign Direct Investment (FDI) on Economic Growth: A Study of Brazil. *International Journal of Economics*, v. 9. n. 1. P. 31–41, 2024. Disponível em: <https://www.iprjb.org/journals/index.php/IJECON/article/view/2442/2831>. Acesso em: 06



jul. 2024.

GÖKMEN, Y; TUREN, U. The determinants of high technology exports volume: A panel data analysis of EU-15 countries. *International Journal of Management, Economics and Social Sciences*, v. 2, n. 3, p. 217-232, 2013. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/83517/1/768197198.pdf>. Acesso em: 26 set. 2024.

GÜNEŞ, Sevcen; GÜREL, Sinem Pınar; KARADAM, Duygu Yolcu; AKIN, Tuğba. THE ANALYSIS OF MAIN DETERMINANTS OF HIGH TECHNOLOGY EXPORTS: a panel data analysis. *Kafkas Üniversitesi İktisadi Ve İdari Bilimler Fakültesi Dergisi*, [S.L.], v. 11, n. 21, p. 242-267, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=878346>. Acesso em: 26 set. 2024.

HASSAN, M. S.; KAUSAR, A.; ARSHED, N. Investigating export determinants: a time series evidence from Canada. *Sage Open*, v. 12, n. 2, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361112692_Investigating_Export_Determinants_A_Time_Series_Evidence_From_Canada. Acesso em: 27 set. 2024.

HADDAD, M.; HARRRISON, A. Are there positive spillovers from direct foreign investment? Evidence from panel data for Morocco. *Journal of Development Economics*, v. 42, n.1, p. 51-74, 1993. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/030438789390072U>. Acesso em: 28 mai. 2024.

HERZER, D.; FELICITAS, D.; SILIVERSTOVIS, B. Export-led growth in Chile: Assessing the role of export composition in productivity growth. *The Developing Economis*, v. 44, n. 3, p. 306-328, 2006. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1746-1049.2006.00019.x>. Acesso em: 12 jul. 2024.

HO, C. S.; RASHID, H. A. Macroeconomic and country specific determinants of FDI. *The Business Review*, v. 18, n.1, p. 219-228, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/278390346_Macroeconomic_and_Country_Specific_Determinants_of_FDI. Acesso em: 14 jun. 2024.

HYMER, S. H. *The International Corporations of National Firms: A Study of Direct Foreign Investment*. MIT Monogr. Econ. Cambridge, Massachusetts, 1960. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/27375>. Acesso em: 28 mai. 2024.

KALOTAY, K. The Rise of Russian Transnational Corporations. *The Geneva Post Quarterly*, v.2, n. 8, p.55-85, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228239146_The_Rise_of_Russian_Transnational_Corporations. Acesso em: 20 jun.



2024.

KALOTAY, K. The Future of Russian Outward Foreign Direct Investment and the Eclectic Paradigm: What Changes After the Crisis of 2008-2009? *Competitio* (University of Debrecen), v. 9, n. 1, p. 31-54, 2010. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1702829. Acesso em: 13 jun. 2024.

KUMAR, P.; MISRA, K. K. Foreign Direct Investment in India: An Overview. *Sri JNPG College in Commerce Today*, v. 14, n. 1 (2019), 20-25. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355793389_Foreign_Direct_Investment_in_India_An_Overview. Acesso em: 26 jun. 2024.

LEVIN, A.; LIN, C.; CHU, C. J. Unit root tests in panel data: asymptotic and finite-sample properties. *Journal of econometrics*, v. 108, n. 1, p. 1-24, 2002.

LUQUINI, R. H.; SESSO FILHO, U. A.; BRENE, P. R. A.; CASTRO, G. H. L. de; ESTEVES, E. G. Z. Decomposição Estrutural do Emprego: um estudo para os países do BRIC. *A Economia em Revista*, v. 26, n.1 p. 64-74, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Gustavo-Castro-15/publication/328323606_DECOMPOSICAO_ESTRUTURAL_DO_EMPREGO_Um_estudo_para_os_paises_do_BRIC/links/5bcde659a6fdcc204a000808/DECOMPOSICAO-ESTRUTURAL-DO-EMPREGO-Um-estudo-para-os-paises-do-BRIC.pdf. Acesso em: 29 jun. 2024.

MADUKUL, H.; ZERIHUN, M. F.. Foreign Direct Investment in South Africa: On Direction of Causality. *Management and Economics Research Journal* v. 7, n. 4, p. 1-9, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/359038335_Foreign_Direct_Investment_and_Economic_Growth_in_South_Africa_On_Direction_of_Ca. Acesso em: 23 jun. 2024.

MARCONI, N.; MAGACHO, G. R.; ROCHA, I. L. Estratégias de desenvolvimento nos BRICs: Uma análise Insumo-Produto. *Revista Economia Ensaios*, v. 29, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/28597>. Acesso em: 17 set. 2024.

MARKUSEN, J. R.; VENABLES, A. J. Foreign direct investment as a catalyst for industrial development. *European Economic Review*, v. 43, n.2, p. 335-356, 1997. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/223052299_Foreign_Direct_Investment_as_a_Catalyst_for_Industrial_Development. Acesso em: 10 jun. 2024.

NIU, H. A Grande Estratégia Chinesa e o BRICS. *Contexto Internacional* (PUC), v. 35, n. 1, p. 197-229, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/pY8SpTsKsS3MvDdRNtjQD6v/?format=pdf>. Acesso em: 11 jul. 2024.



NXAZONKE, B.; WYK, R. B. van. The Role of Foreign Direct Investment (FDI) on Domestic Entrepreneurship in South Africa. *Development Southern Africa*, v. 37, n. 4, p. 587–600, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/0376835X.2019.1667751>. Acesso em: 18 jun. 2024.

OO, T.; KUEH, J.; HLA, D. T. Determinants of export performance in ASEAN region: panel data analysis. *International Business Research*, v. 12, n. 8, p. 1-14, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334547285_Determinants_of_Export_Performance_in_ASEAN_Region_Panel_Data_Analysis. Acesso em: 21 jun. 2024.

PAULINO, A. S. Trade Liberation and Export Performance in Selected Countries. Department of Economics, Keynes College, University of Kent, Canterbury, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/23693261_Trade_Liberalisation_and_Export_Performance_in_Selected_Developing_Countries. Acesso em: 29 jun. 2024.

RODRIGUES, J. M. Investimento direto estrangeiro e desenvolvimento sustentável: uma proposta multivariada de correlação e comparação nos setores nacionais brasileiros. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-06102014-153432/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SIQUEIRA, T. V. Investimentos Estrangeiros Diretos (IED): Origens, significado e benefícios. *R. BNDES*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 611-654, dez. 2022. Disponível em: https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/23091/1/PRArt_RB%2058_Investimentos%20estrangeiros%20diretos.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024.

STOCK, J. H. Unit roots, structural breaks and trends. *Handbook of econometrics*, v. 4, p. 2739-2841, 1994.

STUENKEL, O. The BRICS and the Future of Global Order. Lanham: Lexington Books, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/19917>. Acesso em: 20 jun. 2024.

TEBALDI, E. The determinants of high-technology exports: A panel data analysis. *Atlantic Economic Journal*, v. 39, p. 343-353, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254426636_The_Determinants_of_High-Technology_Exports_A_Panel_Data_Analysis. Acesso em: 26 set. 2024.



UNITED NATIONS TRADE & DEVELOPMENT (UNCTAD). Foreign Direct Investment; Inward and Outward flows and stock, annual. Disponível em; <https://unctadstat.unctad.org/datacentre/dataviewer/US.FdiFlowsStock>. Acesso em: 12 jun. 2024.



**PROTAGONISMO ESTUDANTIL E SUSTENTABILIDADE: A CONTRIBUIÇÃO
DA AÇÃO ADOTE UM ODS NO DESENVOLVIMENTO DO ODS 12 NA E.M.E.F.
PROFESSORA CÂNDIDA ZASSO, DE NOVA PALMA-RS**

Cássio Alex Wohlenberg Pires⁶

Eloisa Back⁷

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho desenvolve-se no âmbito do Grupo de Estudos Interdisciplinares e de Pesquisas em Relações Internacionais (GEIPRI), vinculado ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A pesquisa baseia-se na análise do estudo de caso de uma atividade de extensão, o Adote um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), do Programa Juca nas Escolas, também vinculado ao curso de Relações Internacionais da UFSM, implementado na E.M.E.F. Professora Cândida Zasso em Nova Palma, no Rio Grande do Sul.

O objetivo do Adote um ODS é fomentar o protagonismo estudantil, incentivando os alunos a desenvolverem ações individuais e coletivas que contribuam para a concretização de, ao menos um, dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁸. A ação teve seu projeto piloto executado na escola municipal anteriormente citada.

Por fim, adicionalmente, será conduzida uma revisão bibliográfica, a fim de oferecer suporte teórico e contextual ao estudo, contribuindo para a compreensão aprofundada dos impactos gerados pela atividade e da relevância do seu desenvolvimento no campo da

⁶ Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestrando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares e de Pesquisas em Relações Internacionais (GEIPRI).

⁷ Graduanda de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4492434981897123>.

⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Adote um ODS** In: Juca nas Escolas. Santa Maria, RS: UFSM, 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br/projetos/extensao/juca-nas-escolas/adote-um-ods>. Acesso em: 06 out. 2024.



educação básica e da promoção dos ODS, em especial do ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis).

2 OBJETIVO

O presente estudo tem como objetivo analisar a implementação e os impactos do Adote um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), do Programa de Extensão Juca nas Escolas, vinculado ao curso de Relações Internacionais da UFSM, em uma escola municipal de Nova Palma, no Rio Grande do Sul. A pesquisa busca compreender como a iniciativa contribui para o desenvolvimento do protagonismo estudantil, por intermédio da educação de qualidade (ODS 4), na promoção dos ODS, com ênfase no ODS 12.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema de pesquisa que orientará o estudo é o seguinte: como a implementação da ação Adote um ODS, do Programa Juca nas Escolas, contribui para o desenvolvimento do protagonismo estudantil na promoção do ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) no contexto da educação básica?

4 METODOLOGIA

O principal método adotado na condução desta investigação e na elaboração do artigo será o estudo de caso, uma vez que se pretende analisar de forma mais aprofundada a implementação da 4ª ação do Programa de Extensão Juca nas Escolas da UFSM na E.M.E.F. Professora Cândida Zasso.

Além disso, será conduzida uma revisão bibliográfica abrangente, contemplando a análise de literaturas específicas do tema, artigos científicos e documentos oficiais sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase nos ODS 4 e 12, que tratam, respectivamente, da educação de qualidade e de padrões sustentáveis de consumo e produção. A investigação também se aprofundará na intersecção entre esses dois objetivos, de modo a



explorar como a educação pode promover práticas sustentáveis no contexto escolar e comunitário. Considerando que a pesquisa será orientada pela exploração de referências previamente selecionadas, a abordagem metodológica adotada será de natureza indutiva, permitindo a construção de conclusões com base na análise das fontes estudadas.

Por meio de pesquisas realizadas em bases bibliográficas digitais e na literatura especializada, foi possível identificar uma vasta gama de fontes relevantes para o desenvolvimento do presente estudo. Nesse sentido, a fim de contextualizar as questões ambientais e compreender de maneira aprofundada a Política Ambiental Internacional e sua relação com o Brasil, será utilizada a obra de Souza (2024). Ademais, para a contextualização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e para o entendimento do papel da governança na disseminação e promoção de políticas públicas associadas a esses objetivos, o artigo de Angelo et al. (2024) se apresenta como uma referência bibliográfica de grande valor.

Adicionalmente, os trabalhos de Tilbury (2007), Sterling (2010), Leicht et al. (2018) e Orr (2004) contribuem significativamente para a compreensão de como a educação de qualidade (ODS 4) pode desempenhar um papel central na transformação de comportamentos e atitudes, promovendo padrões mais sustentáveis de consumo e produção (ODS 12). As referidas obras se mostram plenamente adequadas para subsidiar a análise e oferecer embasamento teórico ao estudo de caso do projeto "Adote um ODS" desenvolvido na escola de Nova Palma, conferindo maior consistência à argumentação e aos resultados esperados.

Ainda no que tange à metodologia, será realizada uma análise detalhada dos dados coletados por meio de questionários e entrevistas ao término do Adote um ODS, assim como dos registros visuais capturados durante a execução das atividades. Esses registros visuais, além de desempenharem a função de documentação do processo, serão empregados como recursos auxiliares para a verificação e validação dos dados obtidos, conferindo maior robustez à pesquisa. A utilização dos registros visuais é especialmente relevante no contexto de um estudo de caso, pois possibilita uma triangulação metodológica que contribui para a consistência e confiabilidade dos resultados alcançados.



Por fim, o estudo de caso proposto, conforme mencionado anteriormente, centra-se na análise do projeto "Adote um ODS" implementado na E.M.E.F. Professora Cândida Zasso, localizada em Nova Palma. Essa instituição foi a primeira a estabelecer parceria com o Programa de Extensão "Juca nas Escolas" durante a execução da sua quarta ação. No contexto escolar, a escolha recaiu sobre o ODS 12, que trata de Consumo e Produção Responsáveis. A partir de um processo de planejamento conjunto entre os integrantes do Juca nas Escolas e os representantes da escola, em especial a professora Mônica Rossato⁹, foi elaborado um cronograma de atividades práticas relacionadas ao ODS 12, contemplando ações de curto, médio e longo prazos. As atividades de médio prazo foram distribuídas de acordo com as turmas participantes, abrangendo alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, enquanto as atividades de curto e longo prazos foram planejadas de maneira uniforme para todas as turmas. Dessa forma, o estudo de caso buscará analisar a relação entre a promoção da educação de qualidade (ODS 4) e a implementação das atividades práticas vinculadas ao ODS 12, investigando o impacto dessas iniciativas tanto no ambiente escolar quanto na comunidade local.

5 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se obter uma análise mais detalhada dos impactos da ação do Adote um ODS na formação do protagonismo estudantil, evidenciando como a participação ativa dos alunos em iniciativas relacionadas ao ODS 12 contribui para a conscientização e engajamento em práticas sustentáveis.

Outrossim, ao abordar a intersecção entre educação, sustentabilidade e protagonismo estudantil, outro resultado pretendido pela presente pesquisa é contribuir para o avanço dos conhecimentos dentro desta área englobada pelas Relações Internacionais, especialmente no que tange à promoção de iniciativas de extensão em contextos educacionais.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁹ Professora de História da rede pública de ensino do Município de Nova Palma e Diretora do Museu Histórico Municipal de Nova Palma. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5383858803366794>



ANGELO, G. F. et al. **O Desenvolvimento Sustentável nas Ciências da Administração e o Treinamento de Engenheiros: Desenvolvimento Sustentável: da teoria concebida nos ODS à prática através da implementação do ESG.** 1ª Edição, RiMa, 2024. Disponível em: https://editorarima.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Capitulo-1_Desenvolvimento-Sustentavel-DaTeoria-Concebida-nos-ODS-a-Pratica-Atraves-da-Implementacao-do-ESG.pdf. Acesso em: 21 set. 2024.

LEICHT, Alexander, et al. **Educação para o Desenvolvimento Sustentável e os ODS: aprendendo a incorporar a sustentabilidade na educação.** UNESCO Publishing, 2018.

ORR, David W. **Earth in Mind: On Education, Environment, and the Human Prospect.** Washington, DC: Edição especial, Island Press, 2004.

SOUZA, Matilde de. **Política ambiental global e o Brasil.** Minas Gerais: Contexto, 1ª Edição, 29 maio 2024.

STERLING, Stephen. **Educação para a sustentabilidade: Perspectivas e práticas no ensino superior.** Londres: Earthscan, 2010.

TILBURY, Daniella. **Educação para o desenvolvimento sustentável: uma revisão especializada de processos de aprendizagem.** Paris: UNESCO, 2007.



O ACESSO À ENERGIA COMO DIREITO HUMANO E UM VIOLADOR EM POTENCIAL: O CASO CHEVRON-TEXACO

Mayara de Carvalho Puhle¹⁰

Ana Clara Batoqui Costa e Silva¹¹

Ademar Pozzatti Júnior¹²

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, com o rápido avanço tecnológico e as novas demandas sociais, o acesso à energia se tornou um bem inestimável para a qualidade de vida populacional (Leal; Alva, 2021). Tal transição, iniciou-se a partir do reconhecimento da acessibilidade energética como essencial para o desenvolvimento social e sustentável, ultrapassando apenas o fenômeno econômico, mas que ocorreu somente nos anos 2000 (WEA, 2000).

Contudo, o próprio desenvolvimento buscado gerou consequência que até hoje afetam os Estados em desenvolvimento, sendo umas delas a própria falta de acesso à energia (Singh *et al.*, 2018). Isso porque, segundo Bradbrook; Gardam, (2006, p. 390, tradução própria) “a prestação de tais serviços há muitas décadas foi o principal fator que elevou o padrão de desenvolvimento nos países desenvolvidos e é um ingrediente essencial para proporcionar um modo de vida sustentável”, além de contribuir para o aumento da qualidade de vida dos indivíduos. Assim, a “trindade” – desenvolvimento econômico, social e sustentável – do Direito de Acesso à Energia (DAE) acaba sendo uma das principais barreiras que os Estados do Sul Global compartilham, onde a falta de acesso à energia não só afeta majoritariamente

¹⁰ Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) [<http://lattes.cnpq.br/7796248270515636>]

¹¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). [<http://lattes.cnpq.br/0313039525400935>]

¹² Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) [<http://lattes.cnpq.br/9984273133597587>]



esses países, como também foi uma consequência do desenvolvimento.

Ainda assim, a incansável busca pelo aumento do acesso à energia, muitas vezes sendo disfarçado pela “tentativa” de ampliação da qualidade de vida dos habitantes da região a ser explorada, pode gerar consequências negativas ao meio econômico, ambiental e, principalmente, populacional. Tal repercussão ocorre pois há um choque entre as visões tradicionais e o entendimento ocidentalizado do “progresso”, promovendo a privação dos direitos humanos básicos para essa população (Franco; Feitosa, 2013), exatamente o que o acesso à energia deveria enfrentar.

Dessa forma, este estudo busca apresentar tanto a temática do acesso à energia como um direito humano, quanto a inerente ambiguidade que a matéria pode causar ao ser levado em consideração o predatismo que a busca pelo desenvolvimento nos moldes ocidentais pode ocasionar. Para tal, este trabalho realizará um estudo de caso seguindo uma abordagem comparativa, avaliando ambas as perspectivas da acessibilidade energética. Ademais, este estudo de caso irá utilizar de base o caso da petroleira estadunidense Chevron-texaco que, de 1964 a 1992, extraiu petróleo da região Oriente do Equador, utilizando técnicas obsoletas que resultaram em letais degradações ambientais (Pozzatti, 2016).

Por fim, como técnicas de análise e coleta de dados, será realizada uma avaliação documental dos arquivos jurídicos do fato citado anteriormente, analisando o processo da busca por justiça nas instâncias nacionais e internacionais. Também, haverá uma análise narrativa da literatura, por meio do software Publish or Perish e pelos bancos de dados do Google Acadêmico e Scielo, a fim de obter a literatura especializada de ambas as temáticas da acessibilidade energética – como um direito humano e um potencial violador de direitos –, além de averiguar a literatura sobre o caso Chevron-texaco

2. O ACESSO À ENERGIA – UM DIREITO HUMANO OU UM POTENCIAL VIOLADOR?

No meio histórico e na literatura especializada, há um caminho de construção e adequação dos direitos humanos, em que, atualmente, por conta da revolução industrial e, principalmente, com a utilização do petróleo na base energética mundial, a energia acabou se



tornando essencial para que outros direitos sociais fossem concretizados (Borges, 2010; Costa, 2009). Isso porque, dentre os efeitos que o meio energético pode ocasionar para a população, está o desenvolvimento industrial e econômico e a promoção do bem-estar social aos indivíduos (Borges, 2010).

Dessa forma, fundamentando-se na percepção de que o direito de acesso à energia é, atualmente, uma “pré-condição e um meio para o exercício de outros direitos” (Costa, 2009, p.106), compreende-se que sem o fornecimento de energia há a interrupção de um dos pilares fundamentais para o cumprimento dos demais direitos humanos (Borges, 2010; Da Rosa, 2016; Leal; Alva, 2021; Porto; Tostes; Gomes, 2021). Assim, isso provoca inúmeras implicações que afetam desde o meio social ao econômico, que ocorre pela existência dessa relação de dependência do meio energético para as demais atividades e, principalmente, para os direitos, atualmente.

No entanto, há uma ininterrupta exploração dos recursos naturais, ocorrendo desde o início da Revolução Industrial (1760), que ocasiona na extração em massa dos mesmos buscando manter a demanda econômica dos Estados. A partir disso, verifica-se a ocorrência de conflitos tanto no meio internacional quanto no local, onde o último muitas vezes é considerado até mesmo mais violento, pois está relacionado diretamente com a vida e o meio cultural da população a qual habita no espaço que está sendo ou busca ser explorado, dentre eles está o caso da petrolífera Chevron-texaco.

Assim, dentre os anos de 1964 e 1992, a petrolífera em questão extraiu petróleo no Equador, utilizando técnicas obsoletas para tal, as quais resultaram em letais degradações ambientais (Pozzatti, 2016). Segundo o relatório de Vega (2008), as ações da Texaco causaram efeitos nos âmbitos social, da saúde e no deslocamento da população, o autor ainda estimou que a Texaco foi responsável por 2091 casos de câncer e outros 1401 casos documentados de mortes causadas por câncer. Nesse sentido, não efetivou-se a garantia das condições de vida com dignidade, pois os rastros de destruição deixados pela Chevron-texaco afetaram o meio-ambiente e a vida da população. Contudo, mesmo havendo a busca pelas consequências legais, tanto no âmbito nacional quanto internacional, até os dias atuais as



vítimas não foram contempladas com respostas definitivas e empresa segue atuando em outros Estados sem grandes complicações.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender que existe uma desigual distribuição de recursos energético no meio internacional (IEA, 2011) verifica-se, principalmente em relação às fontes de energia não renováveis, um aumento da produção global de energia, ocasionada, em grande medida, pela crescente demanda internacional por esse ativo. Contudo, observa-se que a tentativa de se democratizar o acesso à energia, enquanto necessária para que se possibilite a plena satisfação das condições básicas para o ser humano, também pode gerar consequências negativas para o meio ambiental e populacional.

Dessa forma, essas complicações ocorrem, não somente pela busca da plena satisfação do DAE, mas também, e principalmente, pela demanda constante por lucro e pelo desenvolvimento econômico da sociedade, independente dos prejuízos sociais e ambientais que o mesmo possa trazer. Com isso, a partir do caso Chevron-texaco, em que ao haver o derramamento de petróleo durante mais de duas décadas, expõe-se que “a manutenção do modelo de crescimento intensivo em energia precisa ser questionada” (Franco; Feitosa, 2013, p. 102), isso porque a energia que deveria ser um benefício para a população, fosse em termos econômicos com a geração de empregos ou pela possibilidade de melhorar a qualidade de vida da sociedade, acaba indo de encontro a inúmeras dimensões dos direitos humanos.

Assim, mesmo sendo óbvia a afirmativa de Franco e Feitosa (2013), torna-se necessário reiterar que a “agressão a direitos humanos, em nome do desenvolvimento, falseia o discurso e atenta contra a sua substância plural e cultural. Desenvolvimento é algo que não pode se contrapor às culturas locais, tampouco ao meio ambiente global” (Franco; Feitosa, 2013, p. 111). Dessa maneira, observa-se consequências negativas que resultam da exploração irresponsável dos recursos energéticos, da irresponsabilidade ambiental e do constante desrespeito à legislação vigente em detrimento do lucro (Paula; Garcia, 2020).



Palavras-chave: Acessibilidade energética; Caso Chevron-texaco; Consequência do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BORGES, M. A. dos S. Direito fundamental do acesso à energia na era da globalização. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais**, v. 1, n. 13, p. 232-240.

BRADBROOK, A. J. GARDAM, J. G. Placing Access to Energy Services within a Human Rights Framework. **Human Rights Quarterly**, v. 28, n. 2, p. 389-415, 2006.

COSTA, A. D. **O direito de acesso à energia: meio e pré-condição para o exercício do direito ao desenvolvimento e dos direitos humanos**. Tese (Doutorado em energia), Instituto de Eletrotécnica e Energia, São Paulo, SP, 2009.

DA ROSA, T. H. **O acesso à energia elétrica como manifestação do direito ao mínimo existencial: uma análise com ênfase na dimensão defensiva do direito de acesso à energia elétrica**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de PósGraduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

FRANCO, F. C. de O.; FEITOSA, M. L. P. de A. Desenvolvimento e direitos humanos. marcas de inconstitucionalidade no processo Belo Monte. **Revista direito GV**, v. 9, n. 1, p. 93-114, 2013.

IEA – INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **World Energy Outlook 2011**. Paris: IEA. Disponível em: <<https://iea.blob.core.windows.net/assets/cc401107-a401-40cbb6cec9832bb88d85/WorldEnergyOutlook2011.pdf>>. Acesso em: 04/09/2024.

LEAL, L. B. B.; ALVA, J. C R. Políticas públicas de acesso à energia elétrica, como ferramenta na efetividade dos direitos fundamentais. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 8, p.82796-82823, 2021.

PAULA, J, R, G. de; GARCIA, D. K. Direitos humanos trabalhistas e o caso Shell Basf: novos paradigmas do Estado de Direito na pós-modernidade. **Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca**, v. 3, n. 1, p. 401-413, 2020.

POZZATTI, A. Entre principes et procédures Les défis de l’affaire Chevron pour la reconnaissance et la décolonialité en Amérique Latine. In: GESLI, A.; JOUANNET, E. T. Le droit international de la reconnaissance, un instrument de décolonisation et de refondation du droit international. **Confluence des droits**, 2016.



PORTO, J. (Org) TOSTES, J. A. (Org) GOMES, A. F. (Org). **De apagão a apagado**: Ensaio sobre a questão energética amapaense. Maringá: UNIEDUSUL, 2021. ISBN: 978-65-86010-83-1. Disponível em: <<https://www.uniedusul.com.br/publicacao/de-apagao-a-apagado-ensaios-sobre-a-questao-energetica-amapaense/>>. Acesso em: 10/09/2024.

VEGA, R. S. C. Technical summary report expert for the court of nueva loja expert opinion. **Court expert summary report** [s.l.: s.n.], 2008. Disponível em: <<https://chevroninecuador.org/assets/docs/cabrera-english-2008.pdf>>. Acesso em: 28/09/2024.

WORLD ENERGY ASSESSMENT. **Energy and the challenge of Sustainability**. United Nations Development Programme, 2000. Disponível em: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/2423World_Energy_Assessment_2000.pdf>. Acesso em: 01/08/2024.



O REGULAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA PARA PRODUTOS LIVRES DE DESMATAMENTO (EUDR) E AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS: AS CONSEQUÊNCIAS DA NORMATIVA EUROPEIA PARA OS PRODUTORES

Carolina Jardim Rangel - UNISINOS

1 INTRODUÇÃO

Emergência climática é um tema disseminado e compreendido pela maioria da população nos dias de hoje. Infelizmente, diversos casos recentes obrigaram essa discussão a exorbitar o âmbito acadêmico e abarcar diversos âmbitos da sociedade.

É evidente que esse tema necessita ser discutido e que ações precisam ser tomadas. “A tripla crise das alterações climáticas, da perda de biodiversidade e da poluição é um desafio premente que exige uma ação imediata.”¹³

Com isso em mente, a União Europeia aprovou o Pacto Ecológico Europeu, com a intenção de redefinir “o compromisso da Comissão [Europeia] de enfrentar os desafios climáticos e ambientais, tarefa determinante desta geração”¹⁴. Esse dispositivo além de descrever práticas que pretendem tornar sustentável todos os setores da economia europeia, também apresenta diversas novidades normativas.

Como parte dos esforços do Pacto Ecológico Europeu, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia, aprovaram o Regulamento sobre Produtos Livres de Desmatamento¹⁵(em inglês, The Regulation on Deforestation Free Products - EUDR) no ano

¹³ UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **A UE em 2022**: relatório geral sobre a atividade da União Europeia. Bruxelas: União Europeia, 2023. Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2775/308341>. Acesso em: 01 set. 2024.

¹⁴ UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **Pacto Ecológico Europeu**. Bruxelas: União Europeia, 11 dez. 2019. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0008.02/DOC_1&format=PDF. Acesso em: 01 set. 2024.

¹⁵ ALMEIDA, Leandro Fernandes de. ALMEIDA, Daniel Freire. União Europeia e a vedação à importação de produto proveniente de área desmatada. In: UNISANTA Law and Social Science. Vol. 12. N. 1 (2023). ISSN 2317-1308.



de 2023. Esse documento veta a exportação para a União Europeia de cacau, café, soja, óleo de palma, madeira, carne bovina e borracha cultivados em áreas de floresta que sofreram qualquer tipo de desmatamento após dezembro de 2020. Essa normativa ainda não está em vigor, mas entrará em vigência em dezembro de 2024. Assim, os produtores brasileiros de cacau, café, soja, óleo de palma, madeira, carne bovina e borracha que exportam seus produtos para qualquer país membro da União Europeia será obrigado a cumprir os requisitos do EUDR para manter suas vendas. A União Europeia é um dos maiores importadores de produtos do agronegócio brasileiro, em especial da soja e do café. Recentemente, em uma carta enviada a União Europeia dos ministros brasileiros Agricultura, Carlos Fávaro, e das Relações Exteriores, Mauro Vieira, destacaram que “o Brasil é um dos principais fornecedores para a União Europeia da maioria dos produtos objetos da legislação, que correspondem a mais de 30% de nossas exportações para o bloco comunitário”¹⁶. Assim, fica evidente o impacto dessa legislação na economia brasileira.

Tendo isso em vista, apresenta-se o problema de pesquisa: quais serão as consequências do Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR) para os produtores brasileiros que exportam produtos para a União Europeia?

Ademais, tem-se como objetivo geral demonstrar quais são as exigências que serão impostas pelo Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR) às exportações brasileiras, em face das exigências já existentes na legislação brasileira. Para que se possa responder o problema de pesquisa, apresenta-se como objetivos específicos: a) identificar as exigências existentes no Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR) para produtores; b) demonstrar as exigências já existentes na legislação brasileira para produtores, cuja produção envolve algum tipo de desmatamento; c) apontar as diferenças entre as exigências existentes na legislação brasileira atual e as exigências impostas pelo Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR).

Para a realização da presente pesquisa, é proposta a utilização dos métodos de

¹⁶ SALATI, Paula. União Europeia propõe adiar por 1 ano lei que proíbe importação de produtos de áreas desmatadas. In: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2024/10/02/uniao-europeia-propoe-adiar>



abordagem qualitativo e exploratório. Para mais, propõe-se o emprego dos métodos de procedimento normativo-descritivo, comparativo e monográfico, numa perspectiva crítica e interdisciplinar. Já a técnica de pesquisa a ser utilizada será a bibliográfica, consistindo na análise documental da normativa da União Europeia e da legislação brasileira, bem como da doutrina nacional e estrangeira.

Como resultado parcial da pesquisa, destaca-se as exigências do Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR) quanto à realização do procedimento de devida diligência (Due Diligence). Esse procedimento deve ser realizado por produtores dos produtos abrangidos pelo EUDR. Ele é composto por três etapas: 1. coleta de informações; 2. avaliação de risco; 3. mitigação do risco (se necessário). De início, é necessário fazer o recolhimento de informações referentes ao produto, como quantidade, fornecedor, país de produção, prova de colheita legal para cumprir a primeira etapa. A obtenção das coordenadas geográficas dos terrenos onde o produto foi produzido é essencial. Na segunda etapa, ocorre a inclusão das informações recolhidas anteriormente no pilar de avaliações de risco do sistema de informação da União Europeia para que se possa verificar e avaliar o risco de não cumprimento da EUDR. A última etapa, que ocorre quando a avaliação realizada na segunda etapa encontra algum risco de incumprimento ao EUDR, consiste na adoção de mitigação adequada e proporcionadas.

Para mais, o EUDR prevê um sistema de classificação dos países exportadores por risco de desmatamento. É um sistema de avaliação comparativa que classifica países em três diferentes categorias: alto, médio (risco padrão) ou baixo risco de desmatamento. Essa classificação é feita por meio de critérios como taxa de desmatamento, expansão agrícola ou pecuária, tendência de produção de commodities, entre outros. Como consequência, pode ser que os procedimentos de devida diligência sejam diferenciados.

Na legislação brasileira, é prevista a necessidade de o produtor obter o Cadastro Ambiental Rural (CAR), bem como tem-se também a previsão do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Com o CAR o órgão responsável pela fiscalização é informado pelo produtor sobre o status ambiental da propriedade, fazendo possível a



identificação de possíveis déficits de Área de Preservação Permanente e/ou de Reserva Legal. Assim, com a geolocalização da produção (que também é obrigatória pelo EUDR) o CAR permite que o desmate ilegal seja identificado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leandro Fernandes de. ALMEIDA, Daniel Freire. **União Europeia e a vedação à importação de produto proveniente de área desmatada.** In: UNISANTA Law and Social Science. Vol. 12. N. 1 (2023). ISSN 2317-1308.

LOPES, Cristina Leme. CHIAVARI, Joana. SEGOVIA, Maria Eduarda. **Políticas Ambientais Brasileiras e o Novo Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento: Oportunidades e Desafios.** Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2023. Disponível em: https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/politicas-ambientaisbrasil-eas-e-o-novo-regulamento-da-uniao-europeia-para-produtos-livres-de-desmatamento-oportunidades-e-desafios/#_ftn18. Acesso em: 01 set. 2024.

SALATI, Paula. **União Europeia propõe adiar por 1 ano lei que proíbe importação de produtos de áreas desmatadas.** In: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2024/10/02/uniao-europeia-propoeadiar-por-um-1-ano-lei-que-proibe-importacao-de-produtos-de-areas-de-desmatadas.ghtml>. Acesso em: 05 out. 2024.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **A UE em 2022:** relatório geral sobre a atividade da União Europeia. Bruxelas: União Europeia, 2023. Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2775/308341>. Acesso em: 03 out. 2024.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. **Pacto Ecológico Europeu.** Bruxelas: União Europeia, 11 dez. 2019. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f01aa75ed71a1.0008.02/DOC_1&format=PDF. Acesso em: 04 out. 2024.



REPENSANDO O DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Mariane Martins Franceschetto¹⁷

1. INTRODUÇÃO

O Direito Internacional do Meio Ambiente (DIMA) tem se consolidado como um regime jurídico essencial para abordar questões ambientais, moldando normas e regulamentos que influenciam políticas estatais (Slaughter e Burke-White, 2007). A incorporação dos direitos humanos nas agendas políticas contemporâneas gerou discussões significativas em níveis global, regional e nacional. Autores como Mickelson e Natarajan (2017) destacam a relevância do DIMA ao estabelecer padrões de conduta entre Estados, promovendo a efetivação política em relação ao meio ambiente. A institucionalização da temática ambiental no debate internacional é contextualizada por meio das fases do DIMA, que abrangem desde a proteção da vida selvagem até a promoção do desenvolvimento sustentável (Bodansky, 2010).

No entanto, para compreender plenamente o impacto do DIMA, é necessário considerar as limitações da tutela ambiental e como a mobilização institucional para a defesa do meio ambiente ocorre dentro do arcabouço jurídico-institucional. Bobbio (2006) argumenta que “o problema grave de nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não era mais o de fundamentá-los, e sim o de protegê-los” (Bobbio, 2006, p. 17). Essa perspectiva destaca que os tratados ambientais representam apenas o início de um processo contínuo para a efetivação dos direitos. Os princípios ambientais efetivados no século XX não são senão uma fração do que é necessário para garantir um meio ambiente equilibrado. De que adianta compreender a degradação ambiental firmada pelos princípios internacionais do DIMA se as partes continuam a perpetuar a desigualdade e a mudança climática em um contexto de capitalismo globalizado?

¹⁷ Graduanda do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). [<http://lattes.cnpq.br/7120641436765235>]



Esses argumentos sugerem a necessidade de novas lentes para observar o DIMA, levantando perguntas cruciais: em que setores ele opera de maneira efetiva e de que maneira a mobilidade institucional ocorre a partir do direito internacional? Como garantir que os direitos, apesar das declarações solenes, não sejam continuamente violados? (Bobbio, 2006, p. 17). Para responder a essas perguntas, são necessárias novas perspectivas e mecanismos de revisão das abordagens tradicionais no exame da prática do direito internacional. Neste contexto, a presente pesquisa busca, a partir de um levantamento bibliográfico, apontar as limitações do direito internacional ambiental mainstream e propor novas abordagens na tutela ambiental internacional que coloquem em evidência os países do Sul Global, ao invés do enfoque universalista centrado na fundamentação de direitos, mas que não garante sua efetividade.

2. AS LIMITAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL

Kennedy (2002) argumenta que o direito internacional ao refletir os valores do universalismo vinculado ao contexto histórico internacional do século XX, não reflete os problemas do Sul Global. O mesmo pode ser aplicado ao DIMA, que ao adequar-se à ótica do direito internacional onusiano, não se molda às realidades dos países mais afetados pelas mudanças climáticas e sim permanece perpetuando os valores do universalismo, podendo ser identificado como um direito ambiental universalista e pouco vinculado às narrativas históricas do Sul (Natarajan, 2017).

Natarajan (2017) argumenta que as perspectivas do Sul Global devem ser consideradas no desenvolvimento de soluções que se adequem à justiça climática, sendo necessário afastar-se das narrativas do Norte. Nesse sentido, Argyrou (2005 apud Natarajan, 2017) complementa que essas narrativas coercitivas estabelecem verdades que pressionam os países do Sul Global, os quais são frequentemente encorajados e persuadidos a seguir tais diretrizes sob a ameaça de serem forçados a tomar uma posição.

Marini (1973) argumenta que o modelo capitalista desenvolvido nos países do Norte Global afeta diretamente a saúde do meio ambiente dos países do Sul Global, evidenciando a ausência de justiça climática regional na idealização e prática de políticas internacionais ambientais (Natarajan,



2021). Nesse sentido, Kennedy (2002) complementa essa análise ao afirmar que o Direito Internacional do Meio Ambiente (DIMA) possui uma origem, um contexto e uma localização específicos; assim, a ausência de justiça climática na mobilização institucional de políticas não é um fenômeno que ocorre de maneira isolada.

“O Estado do Texas, nos Estados Unidos, com uma população de 23 milhões de pessoas, emite mais carbono do que toda a África Subsaariana, que tem uma população de 720 milhões” (Natarajan, 2021, p. 7). Pode-se sugerir que essa desigualdade é acidental e o comportamento ambiental dos países desenvolvidos pode ser justificado pelo argumento central de Marini (1973), segundo o qual a extração contínua de recursos naturais do Sul Global torna os países em desenvolvimento e suas populações mais vulneráveis às mudanças climáticas e catástrofes ambientais.

“Uma preocupação crítica é a necessidade de refletir as vozes e perspectivas do Sul Global, onde a vasta maioria da população mundial vive.” (Cusato et. al., 2022, p. 3). O que se argumenta aqui enfatiza a necessidade de promover um diálogo ambiental entre os países do Sul, que, ao se tornarem vítimas da degradação provocada pelos países desenvolvidos, precisam reivindicar a narrativa ambiental e colaborar para fortalecer suas estruturas ambientais. Por essa razão, movimentos como a Cooperação Sul-Sul ilustram a necessidade, conforme afirmado por Slaughter e Burke-White (2006), por meio das Third World Approaches in International Law (TWAIL), de empregar o direito como um instrumento que favorece autonomia, inclusão e equidade, sensível às questões enfrentadas pelos países emergentes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível reconhecer que a eficácia do DIMA não pode ser avaliada apenas por meio de sua estrutura normativa, mas deve incluir uma compreensão profunda das dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldam a mobilização institucional em torno da proteção ambiental. As contribuições de autores como Kennedy (2002), Natarajan (2021) e Marini (1973) ressaltam a necessidade de integrar as vozes e perspectivas do Sul Global nas decisões e formulações de políticas ambientais. A prática de uma justiça climática real requer uma reavaliação crítica das narrativas hegemônicas que dominam o discurso ambiental, priorizando a autonomia e a inclusão dos países em



desenvolvimento.

Além disso, o fortalecimento das narrativas locais e a promoção de mecanismos de cooperação, como a Cooperação Sul-Sul, surgem como caminhos viáveis para enfrentar os desafios ambientais de maneira mais equitativa e eficaz. É fundamental que os países do Sul Global assumam a liderança na formulação de suas políticas ambientais, utilizando o DIMA como uma ferramenta para promover a justiça social e ambiental, e não apenas como um conjunto de normas a serem seguidas.

Palavras-chave: Direito Internacional; TWAIL; Meio Ambiente.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **A Era Dos Direitos - Edição Nova**. [S. l.]: Elsevier, 2006 (p. 17–25).

BODANSKY, D. **The Art and Craft of International Environmental Law**. Scholarly Works, [s. l.], 2010. Disponível em: https://digitalcommons.law.uga.edu/fac_artchop/532.

CUSATO, E.; JONES; OHDEDAR; BUENO DE MESQUITA. Symposium Introduction: Critical Perspectives on Global Law and the Environment. **Asian Journal of International Law**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 1–8, 2022.

KENNEDY, David. International Human Rights. Part of a Problem. **Harvard Human Rights Journal**, 2002.

MARINI, Ruy Mauro. A Acumulação capitalista dependente e a superexploração do trabalho. **Intervención en el Encuentro de Economistas Latinoamericanos e Italianos, Roma, septiembre 1972**. Publicado en 1973 por el Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO) de la Universidad de Chile. Reimpresión del Comité de Publicaciones de los Alumnos de la ENAH, México, 1974; cotejado con la versión publicada por el Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) “Justo Arosemena”, Cuaderno Universitario n. 2, Panamá, septiembre de 1981. Disponível em: http://www.mariniescritos.unam.mx/043_acumulacion_superexplotacion.html.

MICKELSON, Karin ; NATARAJAN, Usha. Reflections on Rhetoric and Rage. **Cambridge University Press eBooks**, p. 465–480, 2017. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/abs/bandung-global-history-and-international-law/reflections-on-rhetoric-and-rage/71AE5D3FFA9C07D59E69BDF90B764820>. Acesso em: 9



dez. 2023.

NATARAJAN, U. Climate Justice. In: VALVERDE, M.; CLARKE, K. M.; SMITH, E.D.; KOTISWARAN, P. (org.) **The Routledge handbook of law and society**. Milton Park, Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2021.

NATARAJAN, U. Third World Approaches to International Law (TWAIL) and the environment. In: PHILIPPOPOULOS-MIHALOPOULOS, A.; BROOKS, V. (org.). **Research Methods in Environmental Law**. [S. l.]: Edward Elgar Publishing, 2017. Disponível em: <https://china.elgaronline.com/view/edcoll/9781784712563/9781784712563.00016.xml>. Acesso em: 2 jul. 2024.

SLAUGHTER, A.-M.; BURKE-WHITE, W. The Future of International Law is Domestic (or, The European Way of Law). Em: NIJMAN, J. E.; NOLLKAEMPER, A. (Eds.). **New Perspectives on the Divide Between National and International Law**. [s.l.] Oxford University Press, 2007. p. 110–133.



DO INTERNACIONAL AO DOMÉSTICO: A INFLUÊNCIA DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

Luiza Calixto Pinto¹⁸

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa centraliza-se no papel do direito internacional na elaboração de políticas públicas domésticas para a erradicação do trabalho infantil no Brasil. Os objetivos da pesquisa são compreender a temática do trabalho infantil no direito internacional dos direitos humanos - inserido, ou não, em outras agendas como a do direito da criança e do adolescente e direito do trabalho, por exemplo - e como essa esfera se intercambia com a esfera doméstica na prática de elaboração e implementação de políticas públicas, especificamente no caso brasileiro.

PROBLEMA, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Mesmo após ser declarada a erradicação do trabalho infantil no mundo, a meta 8.7 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015) e definido o ano de 2021 como Ano Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil, esta é uma problemática ainda presente em todo o globo. No Brasil, o trabalho infantil vitimou, de acordo com a Pesquisa Nacional por Domicílios (PNAD Contínua), 1,881 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos¹⁹

no ano de 2022. Dessa forma, justifica-se investigar o que está sendo feito para erradicar o trabalho infantil no país, quais são os atores envolvidos nessas medidas, qual a dimensão de participação do direito e instituições internacionais, quais foram os avanços já obtidos e os desafios encontrados, aspectos que a pesquisa visa explicar ao longo de três seções.

MARCO TEÓRICO E METODOLOGIA

O trabalho se fertiliza das abordagens críticas, terceiro mundistas (*TWAIL*, em inglês e

¹⁸ Graduanda do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <http://lattes.cnpq.br/765459954262924>

¹⁹ Dados disponibilizados pela Organização Não Governamental Crianças Livres do Trabalho infantil.



decoloniais do direito internacional e da intersecção dessas perspectivas. Alguns argumentos que norteiam a pesquisa são encontrados em trabalhos como o de Jouannet (2013), Eslava; Pahuja (2011) e Squeff (2022) que reconhecem na pretendida universalidade no direito internacional camuflada, na verdade, a imposição de realidades particulares (Europa Ocidental e Estados Unidos) para o resto do mundo.

O Brasil, de acordo com essa interpretação, faz parte da realidade frequentemente ignorada pelo texto do direito internacional. Desse modo, possui algumas demandas específicas, bem como fatores estruturais e estruturantes como a alta concentração de renda, a constituição demográfica e a pobreza, que podem levar à existência e insistência da exploração do trabalho infantil, de acordo com o Primeiro Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (I PNAETI, 2000).

Para compreender qual é e principalmente o quão eficiente é a contribuição do direito internacional - universal e regional - para a elaboração de políticas públicas domésticas para erradicação do trabalho infantil no Brasil, a pesquisa utiliza-se de revisão de literatura, levantamento e análise documental, e abordagem hipotético dedutiva.

O trabalho, ainda em desenvolvimento, tem revelado que no Brasil, embora a legislação, bem como os os três Planos Nacionais de Erradicação do Trabalho Infantil, mencionem diretamente resoluções da Organização Internacional do Trabalho e Convenções das Nações Unidas sobre o direito da Criança e do Adolescente, pouco há de contribuição prática propriamente na elaboração de políticas públicas definitivas, incumbindo aos agentes subnacionais, organizações não governamentais e sociedade civil mais responsabilidade sobre isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir previamente que, O intercâmbio entre as políticas públicas brasileiras de erradicação do trabalho infantil com o direito internacional e instituições internacionais não passa pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), pois os planos nacionais não fazem menção alguma ao sistema.

Ademais, nota-se que, apesar do que argumenta Obregón (2006), sobre o regionalismo jurídico latinoamericano, através da consciência jurídica crioula, no SIDH isso não se reflete



tão explicitamente, à medida que se percebe grande influência do sistema de direitos humanos das Nações Unidas, quase fazendo eco a este. Coloca-se por exemplo a pouca especificidade sobre direito da criança e do adolescente e nenhuma citação direta ao trabalho infantil na Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem ou na Convenção Americana de Direitos Humanos, o que leva às recomendações da CIDH e decisões de Corte IDH²⁰ a adoção de documentos das Nações Unidas para seu embasamento nessas matérias específicas.

É fundamental sublinhar que o SIDH dispõe de apenas uma relatoria temática de direito da criança e do adolescente, datada de 1998, há 26 anos, e nenhuma especificamente sobre o trabalho infantil, sem ter feito nenhuma recomendação ao Brasil sobre o tema, desde a Solução Amistosa 95/03 de 2003 (SIMORE Interamericano, 2024). De encontro a isso, o número de crianças cuja mão de obra é explorada ilegalmente aumentou em mais de 100.000 casos no país desde o ano de 2019 (data da última divulgação do PNAD, antes da pandemia de COVID-19) e o número de crianças e adolescentes vítimas de trabalho infantil na América Latina e Caribe é mais que o dobro daquele nos EUA e na Europa, segundo dados da organização não governamental Criança Livre de Trabalho Infantil.

Questiona-se, assim, se a falta de participação do SIDH na erradicação do trabalho infantil no Brasil se deve a 1) desatenção à realidade particular brasileira, de encontro ao “espelhamento” da prerrogativa de universalidade do sistema das Nações Unidas; 2) Cultura de normalização do trabalho infantil em comunidades no país, que se transforma em barreira para as denúncias à CIDH; 3) Falta de interesse doméstico na comunicação com o sistema regional; Ineficiência dos mecanismos do CIDH em adentrar a membrana doméstica para elaboração de soluções práticas, bem como insuficiência de monitoramento e medidas punitivas. A pesquisa segue em desenvolvimento para a explicação dessas questões e para o surgimento de novas questões que servirão a pesquisas futuras.

²⁰ A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, detém, sobre direito da criança, junto à direito sobre maternidade, no artigo VII: Toda mulher em estado de gravidez ou em época de lactação, assim como toda criança, têm direito à proteção, cuidados e auxílios especiais. Já a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ou Pacto de São José da Costa Rica (1969), dispõe do Artigo 19. Direitos da criança: Toda criança tem direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte da sua família, da sociedade e do Estado.



Palavras-chave: Direito Internacional; Políticas Públicas; Trabalho Infantil.

REFERÊNCIAS

CRIANÇA LIVRE DE TRABALHO INFANTIL. **Estatísticas do Trabalho Infantil no Brasil e no Mundo**. Disponível em:
<https://livredetrabalho infantil.org.br/trabalho-infantil/estatisticas/>. Acesso em: 1 out. 2024.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatoria sobre os Direitos da Criança**. 1998. Disponível em:
<https://www.oas.org/es/cidh/jsform/?File=/es/CIDH/r/DN/default.asp>. Acesso em: 3 out. 2024.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. 1969. Disponível em:
<https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/convencion.asp>. Acesso em: 2 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem**. 1948. Disponível em:
<https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/declaracion.asp>. Acesso em: 1 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **SIMORE Interamericano**. Disponível em: <https://www.oas.org/ext/pt/direitos-humanos/simore/Recomendacoes?pagesize=12>. Acesso em: 3 out. 2024.

ESLAVA, Luis; PAHUJA, Sundhya. Between Resistance and Reform: TWAIL and the Universality of International Law. **TRADE L. & DEV.**, p. 103-130, 2011.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. Fundamentos de metodologia científica. **Atlas**, São Paulo, 2003.

OBREGÓN, Liliana. Between Civilisation and Barbarism: Creole interventions in international law. **Third World Quarterly**.p. 815–832, 2006.

SQUEFF, Tiago C. O giro decolonial no Direito Internacional. **Sequência**, Florianópolis, v.43, n. 91, p. e85235, 2022.



A ASCENSÃO DA CHINA E A ESTRUTURA DE DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DA REAÇÃO CEPALINA (2001-2024)

Sabrina Thomaz ²¹

1 INTRODUÇÃO

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), desde sua fundação, criticou o modelo econômico de especialização primário-exportador proposto por economistas clássicos, como David Ricardo. A teoria cepalina, desenvolvida por nomes como Raúl Prebisch, defendeu que a dependência da exportação de matérias-primas perpetuava a desigualdade e a vulnerabilidade econômica dos países latino-americanos. Para a CEPAL, a industrialização era o caminho para superar essa dependência e promover um desenvolvimento sustentável. No entanto, a ascensão da China, especialmente após sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, criou novas dinâmicas que desafiam essa visão histórica.

Este trabalho tem como objetivo analisar as publicações da CEPAL entre 2001 e 2024, a fim de verificar como a organização tem abordado a crescente influência da China na América Latina. A partir dessa análise, o estudo busca responder se a CEPAL considera a China uma força que perpetua o modelo de dependência estrutural criticado pela teoria cepalina clássica ou se a relação com o país asiático é vista como uma oportunidade de transformação econômica.

A hipótese central é que a CEPAL enfrenta uma ambiguidade em suas publicações recentes, pois, ao mesmo tempo em que historicamente critica o modelo primário-exportador, não tem se posicionado de maneira incisiva contra o aumento da dependência das exportações de matérias primas, impulsionada pela ascensão chinesa. O trabalho busca

²¹ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na linha de Economia Política Internacional. [[Link Lattes](#)]



esclarecer se a organização vê a China como uma perpetuadora da estrutura de dependência ou se considera que essa relação pode trazer mudanças positivas.

A metodologia adotada consiste em uma análise empírica das publicações da CEPAL entre 2001 e 2024, utilizando palavras-chave como "China", "exportação de commodities", "dependência", "industrialização" e "desenvolvimento".

Além disso, será conduzida uma revisão bibliográfica com foco na teoria da dependência cepalina clássica e sua evolução, especialmente no que tange à inserção da China na economia global. Documentos-chave, como relatórios anuais e estudos temáticos da CEPAL, serão utilizados para avaliar se há uma continuidade ou ruptura nas críticas ao modelo primário-exportador.

2 DESENVOLVIMENTO

Desde os anos 1950, a CEPAL criticou o modelo de especialização primário-exportador, argumentando que os países da América Latina sofriam com a deterioração dos termos de troca ao dependerem da exportação de produtos primários enquanto importavam bens manufaturados das economias centrais. Para a CEPAL, essa dependência impedia um desenvolvimento autônomo e sustentado, promovendo desigualdades internas e vulnerabilidades externas. A solução proposta foi a industrialização como forma de romper esse ciclo.

No entanto, a partir dos anos 1960, com o surgimento da teoria da dependência, ficou claro que a simples industrialização não resolveria completamente os problemas estruturais da América Latina. A dependência econômica era mais complexa, e as relações de poder no sistema-mundo contribuíam para manter a periferia subordinada às economias centrais. O colapso das políticas de substituição de importações e a crise da dívida nos anos 1980 expuseram ainda mais os limites desse modelo.

Com a entrada da China na OMC em 2001, os países latino-americanos, especialmente aqueles com grandes reservas de recursos naturais, viram um aumento exponencial na demanda por suas commodities. A China se tornou um dos principais parceiros comerciais da região, o que gerou crescimento econômico e aumento das



exportações. No entanto, isso também reforçou um padrão de especialização em produtos primários, semelhante ao modelo criticado pela CEPAL no século XX.

O chamado "superciclo das commodities" trouxe à tona antigas questões estruturais. Embora tenha havido crescimento econômico, a dependência das exportações de matérias-primas aumentou, tornando a América Latina vulnerável às flutuações dos preços internacionais. O impacto dessa relação com a China, portanto, levanta questionamentos sobre como a CEPAL está respondendo a essa nova realidade e se a organização enxerga a China como perpetuadora do modelo de dependência.

A análise dos documentos da CEPAL entre 2001 e 2024 mostra que a organização reconhece o papel central da China na economia global e seu impacto na América Latina. Porém, o discurso institucional revela uma certa ambivalência: por um lado, a CEPAL reconhece a importância da relação com a China, especialmente em termos de comércio e investimentos; por outro, mantém sua crítica ao modelo de desenvolvimento baseado na exportação de commodities.

A questão central é se a CEPAL acredita que a China reforça o modelo de dependência ou se ela traz elementos que poderiam ajudar a romper com essa estrutura. A análise empírica das publicações da CEPAL deverá mostrar até que ponto a organização tem adaptado suas críticas ao modelo primário-exportador para a realidade contemporânea e se há uma nova perspectiva em relação à dependência promovida pela China.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busca-se com a análise das publicações entre 2001 e 2024 esclarecer se a CEPAL vê a China como uma perpetuadora da dependência primário-exportadora ou se há elementos que apontam para uma visão mais otimista, em que a relação com a China pode contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável da região. Além disso espera-se evidenciar a opinião cepalina quanto ao modelo de dependência, ao se opor ou não se opor de maneira clara à intensificação da exportação de commodities impulsionada pela ascensão chinesa.

Palavras-chave: Comissão Econômica para América Latina e Caribe; China; Teoria da



dependência.

REFERÊNCIAS

ALTIMIR, Oscar. **Revista de la CEPAL: número extraordinario**. Outubro 1998. Santiago de Chile.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; TORRES, M. (comps.). **Desarrollo e igualdad: el pensamiento de la CEPAL en su séptimo decenio**. Textos seleccionados del período 2008-2018. Colección 70 años, N° 1 (LC/PUB.2018/7-P). Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2018.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Comp.). **Sesenta años de la CEPAL: textos seleccionados del decenio 1998-2008**. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

4 BIELSCHOWSKY, Ricardo. Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. **Revista CEPAL**, n. 97, abril, 2009.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **La CEPAL en sus 50 años: notas de un seminario conmemorativo**. Naciones Unidas, 2000.



A DIPLOMACIA DO HIDROGÊNIO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

Christian Lyrion de Barros Fontão²²

INTRODUÇÃO

As Mudanças Climáticas (MC) são resultado direto da intensa atividade antrópica, causando de forma cada vez mais grave fenômenos extremos, como o aumento das temperaturas, furacões, inundações ou secas, ampliando ainda mais os desafios econômicos, sociais e políticos do Sistema Internacional (SI) e tornando-se uma das maiores ameaças à vida no século XXI (WRI Brasil, 2023). Nesse contexto, a Transição Energética (TE) surge como uma necessidade, promovendo a descarbonização econômica e alterando as matrizes energéticas e o uso de combustíveis poluentes, para energias limpas e renováveis (EPE, 2023).

O Hidrogênio (H₂) vem sendo tratado como um recurso energético inovador, e ganhado destaque como uma alternativa promissora para a TE, possibilitando a redução de GEEs em diversas cadeias produtivas de maneira mais equitativa (IEA, 2024). Entretanto, além de avanços tecnológicos, são necessários esforços coordenados em diversos níveis para estabelecer iniciativas que viabilizem sua utilização.

Após um esvaziamento da agenda climática nos governos Temer e Bolsonaro, o governo Lula 3 tenta retomar a projeção internacional do país, em especial a partir do anúncio da COP 30 em Belém em 2025, e do trabalho da presidência brasileira no G20 2024, cujo slogan é "Construindo um mundo justo e um planeta sustentável". O H₂ vem sendo inserido nessas discussões como um ponto de partida para “uma nova agenda de desenvolvimento econômico, social e ambiental” (MME, 2023), principalmente devido à abundância de recursos naturais e energéticos que dão competitividade ao país.

Portanto, o problema de pesquisa é: “de que forma o Brasil tem promovido o

²² Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5299210327883386>



Hidrogênio como uma alternativa para a TE?”. Existem poucos estudos sobre a Política Externa Brasileira para a TE, que em sua maioria focam na questão ambiental, e mais escassos ainda sobre o H2 nas Ciências Sociais e Humanas, estando geralmente restritos à Economia ou Engenharia. Assim, a relevância da pesquisa reside no preenchimento dessa lacuna, partindo de uma abordagem interdisciplinar, combinando Análise de Política Externa e outras subáreas das Relações Internacionais (RI) aos Estudos de Transição Sustentável (ETS), para compreender o H2 e a TE como parte dos “novos temas contemporâneos” das RI.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa foi organizada com uma abordagem qualitativa e de natureza básica, pois busca compreender e gerar novos conhecimentos nos ETS e RI. O método utilizado é o hipotético-dedutivo para a interpretação do objeto, utilizando de conceitos, indicadores, hipóteses e trabalho lógico para chegar às conclusões (Gerhardt, Silveira, 2009). Os procedimentos são realizados a partir da análise de discursos e da pesquisa documental, revisão histórica e bibliográfica de livros, notícias, sites, artigos, documentos oficiais e relatórios de organizações internacionais. Os objetivos específicos são exploratórios e explicativos e buscam: 1) definir o conceito de Transição Energética Justa ; 2) descrever as características do Brasil em relação à Transição Energética; 3) analisar o histórico de atuação do Brasil em relação à energia; 4) compreender a importância do Hidrogênio para a Transição Energética; e 5) examinar as estratégias adotadas pelo Brasil de 2003 a 2024 em relação ao Hidrogênio para a Transição Energética Justa.

A Transição Energética Justa (TEJ) é o conceito final adotado no trabalho, e, a partir de sua construção com base no que é Segurança Energética, Justiça Climática e Desenvolvimento Sustentável, ela é definida como: “a necessidade de uma mudança dos sistemas de energia de forma a garantir não apenas a redução de GEE’s, mas também a equidade social e o desenvolvimento econômico. Além disso, envolve a garantia de que as fontes renováveis sejam confiáveis, resilientes e acessíveis, e que seus custos e benefícios sejam distribuídos de maneira equitativa, especialmente para os mais vulneráveis.”

Com base em Barros-Platiau (2006), Eduardo Viola (2002, 2010), Viola e Franchini



(2012, 2022) e Souza (2024), fica evidente a posição de liderança do Brasil na Governança Ambiental Global. Da Conferência de Estocolmo, em 1972, até a presidência no G20 2024 e a futura COP 30 no Pará em 2025, o país mudou do paradigma desenvolvimentista para o Desenvolvimento Sustentável. Entretanto, para concretizar a liderança na TEJ, ainda é preciso combater vulnerabilidades, como a degradação ambiental e a pobreza energética, e promover as capacidades para uma economia verde.

Em 2021, a matriz energética brasileira apresentava cerca de 44% de renováveis enquanto a elétrica apresentava 85%, já a média mundial da matriz energética era 14,7% e a elétrica 28,8% (IEA, 2023 apud EPE, 2024). Além disso, o Plano Nacional de Energia 2050 afirma que a demanda energética brasileira até 2050 seria de 15 bilhões de Toneladas Equivalentes de Petróleo (TEP), enquanto a oferta de produção total seria de 280 bilhões TEP, sendo destes, quase 260 bilhões TEP de origem renovável (EPE, 2020). Ou seja, além de estar acima da média mundial, o potencial de produção até 2050 seria muito superior ao consumo, e, mesmo que fontes poluentes fossem totalmente consumidas ou não mais utilizadas, o excedente possibilitaria a exportação de energia limpa para outros Estados, provavelmente pelos biocombustíveis e hidrogênio, favorecendo o papel do Brasil na TEJ.

O H₂ pode se inserir de diversas formas na TE, suas diferentes “cores” são rotas de produção que influenciam seu custo e intensidade de carbono (IEA, 2024). Destaque especial são dados para o Hidrogênio Verde, o Azul e o Musgo, que são obtidos respectivamente através de fontes de energias renováveis pelo processo de eletrólise, com a Captura Utilização e Armazenamento de Carbono (CCUS) ou por biocombustíveis. A utilização de termos como “H₂ Sustentável” ou “H₂ de baixa emissão” por parte do Brasil servem para financiar e desenvolver iniciativas de forma mais flexível, indo contra alguns grupos de interesse e lobbies internacionais.

O Brasil faz parte desde 2003 das primeiras parcerias de H₂, como a Carbon Sequestration Leadership Forum (CSLF) e a Parceria Internacional para o Hidrogênio e as Células de Combustível na Economia (IPHE). Além disso, recentemente, algumas iniciativas estão sendo aprimoradas ou implementadas, como o Plano de Trabalho Trienal (2023-2025) do Programa Nacional de Hidrogênio (PNH₂), a Política Nacional de Transição Energética, o



Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), o Programa Combustível do Futuro e a adesão da Empresa de Pesquisa Energética ao Programa de Colaboração Tecnológica em Hidrogênio da Agência Internacional de Energia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos resultados, é possível identificar tendências que corroboram com a hipótese proposta de que a utilização do H₂ como uma alternativa para a TE redireciona a Política Externa Brasileira para uma nova vertente de atuação: a diplomacia do hidrogênio. Entretanto, essa agenda ainda está em construção, não estando presente, por exemplo, nas vertentes da política externa para energias renováveis no site do MRE (MRE, 2024). Além disso, é necessário aprofundar a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Setor de H₂, tanto Norte-Sul, quanto Sul-Sul, para facilitar a TE.

Por fim, é importante destacar que a pesquisa está sendo desenvolvida como uma monografia para o Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa. Logo, o conteúdo apresentado é parte da estrutura do projeto com alguns dos resultados já observados. Portanto, a análise de forma mais aprofundada está sendo concluída e os resultados do trabalho devem ser publicados em dezembro de 2024 ou início de 2025.

Palavras-chave: Hidrogênio; Política Externa Brasileira; Transição Energética.

REFERÊNCIAS

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. **A política externa ambiental: do desenvolvimentismo ao desenvolvimento sustentável**. In: ALTEMANI, H. O.; LESSA, A. C. (Org.). Relações internacionais do Brasil, temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. **Mudanças climáticas e Transição energética**. 2023. Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/clima-e-energia>>. Acesso em: 16 abr. de 2024.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. **Matriz Energética e Elétrica**. 2024. Disponível em:



<<https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>>. Acesso em: 16 abr. de 2024.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. **Plano nacional de energia 2050**. 2020. Disponível em: <bit.ly/3MRpNaY>. Acesso em: 04 nov. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. UFRGS, 2009.

IEA. International Energy Agency. **Global Hydrogen Review 2024**. 2024. Disponível em: <<https://www.iea.org/reports/global-hydrogen-review-2024>>. Acesso em: 02 out. 2024.

IPEA. **TRANSIÇÃO energética justa está entre as principais recomendações para o G20 e os Brics**. 2024. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/kXDQO>>. Acesso em: 02 out. 2024.

MME. Ministério de Minas e Energia. **Hidrogênio de baixo carbono inaugura nova agenda de desenvolvimento econômico, social e ambiental, destaca Alexandre Silveira**. 2023. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/HTN46>> Acesso em: 10 abr. de 2024.

MRE. Ministério das Relações Exteriores. **Energia**. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/energia>> Acesso em: 10 abr. de 2024.

SOUZA, Matilde de. **Política Ambiental Global e o Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2024.

VIOLA, Eduardo. A política climática global e o Brasil: 2005-2010. **Revista tempo do mundo**, v. 2, p.91-117, 2010.

VIOLA, Eduardo. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 17, p. 25-46, 2002.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. Governança ambiental: da destruição das florestas até os objetivos de descarbonização. **Revista USP**, n. 134, p. 143-162, 2022.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. Os limiares planetários, a Rio+ 20 e o papel do Brasil. **Cadernos Ebape**. BR, v. 10, p. 470-491, 2012.

WRI Brasil. **10 conclusões do Relatório do IPCC sobre Mudanças Climáticas de 2023**. 2023. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/Sg0Mp>>. Acesso em: 02 out. 2024.



A MENSURAÇÃO DE VULNERABILIDADES ECONÔMICAS COMO FERRAMENTA DE ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL: PERSPECTIVAS E LIMITAÇÕES

Igor Estima Sardo ²³

INTRODUÇÃO

Este breve ensaio tem por pergunta de pesquisa a seguinte questão: o método do cálculo de vulnerabilidades econômicas externas de Reinaldo Gonçalves (2005) é aplicável a uma economia central como os Estados Unidos (EUA)? Como hipótese principal ao trabalho, sugere-se que, embora o método tenha ferramentas úteis de análise, ao ser aplicado a uma economia central, apresenta sérias limitações. Como hipótese secundária, sugere-se que a principal limitação ao método de Gonçalves (2005) reside no poder estrutural que os EUA têm sobre a economia mundial e o Sistema Internacional (SI).

Desta forma, este trabalho tem por objetivo principal verificar o método do cálculo de Índices de Vulnerabilidade Externa (IVE) aos EUA, no período de 2008 a 2019, comparando se às economias emergentes do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Ademais, o estudo tem por hipótese específica comparar os prismas de análise de Gonçalves (2005) com os de Susan Strange (1994) e Robert Gilpin (2002). Por metodologia, foram utilizados os procedimentos de revisão bibliográfica, análise e coleta de dados em documentos oficiais e organizações internacionais (FMI, 2023; UNCTAD, 2023a; 2024b; United States, 2020; 2023a; 2023b; World Bank Group, 2022). Por fim, conclui-se que as hipóteses foram confirmadas, isto é, o método de Gonçalves (2005) é útil para várias economias, sobretudo em desenvolvimento, mas limitado em economias centrais, fato que prejudica uma análise holística da economia mundial, que, no entanto, pode ser complementada por outros autores.

O método das vulnerabilidades econômicas aplicado aos EUA

O economista Reinaldo Gonçalves (2005) criou um índice de comparação na

²³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



economia mundial que reúne 16 indicadores macroeconômicas distribuídos em três esferas: comercial, produtivo-tecnológica e monetário-financeira. A ideia do autor, neste sentido, é comparar os indicadores de diferentes economias, fazendo, assim, um índice assim chamado de IVE. Em seu trabalho seminal (Gonçalves, 2005), o economista brasileiro analisou 113 economias no ano de 2002, chegando-se a uma hierarquia das economias mais vulneráveis às menos.

Para realizar o cálculo, é necessário compilar os 16 indicadores das economias amostradas, ordená-los entre o menos vulnerável (0%) e o mais vulnerável (100%) e transformá-los em índices, ou seja, fazer uma relação entre os indicadores máximos e mínimos da amostra. Sendo assim, cada indicador possui um índice que varia de 0% a 100%, necessariamente. O cálculo do índice é feito a partir da seguinte fórmula:

Figura 1 - Cálculo de índice

$$\text{Índice} = \frac{X - X_{\text{Min}}}{X_{\text{Max}} - X_{\text{Min}}} \times 100$$

Fonte: Gonçalves (2005, p. 130).

Logo, é necessário fazer uma média simples dos índices de cada indicador em cada esfera de análise, chegando-se aos índices de vulnerabilidade comercial (IVCO), de vulnerabilidade produtivo-tecnológica (IVPT) e de vulnerabilidade monetário-financeira (IVMF). Por fim, é necessário realizar a média dos três índices para se atingir o IVE geral da economia em análise em comparação com as demais economias da amostra.

Os indicadores coletados para se realizar o cálculo se tratam de (Gonçalves, 2005, p. 131-132):

*Esfera comercial (5 indicadores): exportação de bens e serviços/PIB; crescimento real do comércio (exportação + importação) de bens e serviços – crescimento do PIB real; índice de concentração das exportações; reservas internacionais líquidas [exclusive recursos do FMI] /importação de bens e serviços; e taxa de crescimento de longo prazo do valor das exportações de bens. *Esfera produtivo-tecnológica (6 indicadores): estoque de investimento externo direto [IED]/PIB; estoque de



IED/exportação de bens e serviços; estoque de IED em serviços/estoque de IED total; gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico/PIB; exportação de produtos intensivos em tecnologia/exportação de manufaturados; e pagamento de tecnologia/ gastos com P&D. *Esfera monetário-financeira (5 indicadores): dívida externa total/exportação de bens e serviços; dívida com FMI/dívida externa total; renda líquida/exportação de bens e serviços; serviço da dívida pública e garantida pelo setor.

Para o presente ensaio se utilizou os EUA em comparação com seus principais rivais na economia mundial, isto é, o grupo de países conhecidos com BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), economias emergentes que desejam reorganizar as instituições financeiras internacionais para serem mais democráticas e menos centradas nos EUA. O período de análise para se verificar a evolução do IVE foi o de 2008 a 2019, ou seja, entre duas grandes crises mundiais, momento de maior variação do IVE de qualquer economia. Baseando-se nas fontes à disposição para coleta de dados (FMI, 2023; UNCTAD, 2023a; 2024b; United States, 2020; 2023a; 2023b; World Bank Group, 2022), foi possível chegar à seguinte variação de:

Quadro 1 - Balanço do IVE e dos indicadores dos EUA

Índice ou indicador	Variação (2008-2019)	Balanço
IVE	De 10,03% a 16,46%	Deterioração de 64,11%
IVCO	De 60% para 23,12%	Melhora de 61,47%
IVPT	De 30,09% para 49,37%	Deterioração de 64,07%
IVMF	De 63,77% a 64,4%	Estável

Fonte: elaborado pelo autor.

Perspectivas e Limitações



A partir destes dados, conclui-se que o IVE estadunidense apresentou deterioração geral frente ao BRICS, sobretudo, no tocante à esfera produtivo-tecnológica. Em um primeiro momento, esta inferência parece ser respaldada pela evidência empírica da situação de desindustrialização da economia norte-americana e da desnacionalização do restante da indústria doméstica dos EUA (Costa, 2017).

Entretanto, o cálculo do IVE para economias centrais apresenta problemas centrais, ainda mais em se tratando dos EUA, o principal arquiteto das instituições financeiras internacionais pós-guerra e, logo, seu principal beneficiário. O próprio Gonçalves (2005) admite que o FMI, órgão que baliza parte dos indicadores da esfera monetário-financeira, é, na verdade, “[...] um instrumento de política econômica externa dos Estados Unidos, mais especificamente do Tesouro desse país” (Gonçalves, 2005, p. 146). Gilpin (2002) argumenta nesta mesma direção ao descrever as instituições financeiras de Bretton-Woods como instrumentos da hegemonia liberal norte-americana.

Ademais, Strange (1994) e Eichengreen (2000; 2011) contradizem os indicadores de dívida doméstica e externa, uma vez que os EUA são a única economia do mundo capaz, até o momento, de emitir dívida na própria moeda. Com isto, os EUA podem postergar problemas no Balanço de Pagamentos e finanças gastos públicos, principalmente com suas Forças Armadas, baseando-se na confiança e demanda internacional que o dólar americano goza

(Cohen, 2015; 2019). Por fim, é difícil de avaliar se as demais esferas realmente sofreram uma deterioração profundo ou se somente se trataram de uma variação de curto prazo que, porventura, pode ter sido revertida em momento posterior a 2019.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, infere-se que as hipóteses propostas à pergunta inicial do trabalho se mostraram acertadas, justo porque, o método do cálculo de IVE tem um poder explicativo para economias periféricas e em desenvolvimento, porém apresenta fortes limitações ao se analisar a vulnerabilidade de economias centrais, ainda mais em se tratando dos EUA. O cálculo e comparação dos índices dos EUA mostrou que, de fato, a economia norte-americana



demonstrou um quadro de piora em parâmetro com seus principais competidores da economia mundial. Todavia, questões centrais do modelo, como a moeda nacional dos EUA e o controle que este país exerce sobre as instituições financeiras internacionais compromete uma análise holística da economia internacional, sendo necessário sua complementação com outros autores (Eichengreen, 2000; 2011; Gilpin, 2002; Susan, 1994).

REFERÊNCIAS

ARIENTI, Patricia F. F. Os impactos da gestão macroeconômica do Governo Obama na fragilidade do dólar como moeda internacional. In: MORAES, Reginaldo Carmello Correa de. **A economia política do governo Obama**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017. p.91-120

Banco Mundial. **Data Worldbank** : indicator 2011-2019. 2023b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.RINR?end=2019&locations=US&start=2011&view=chart>. Acesso em 27 nov. 2023.

COELHO, Jaime Cesar; GAIOTTO, Felipe Camargo. As finanças como política de Estado: o primeiro Governo de Obama. In: MORAES, Reginaldo Carmello Correa de. **A economia política do governo Obama**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

COHEN, Benjamin J. **Currency power: understanding monetary rivalry**. Princeton: Princeton University Press, 2015.

COHEN, Benjamin J. **Currency statecraft: monetary rivalry and geopolitical ambition**. Chicago: University of Chicago Press, 2019.

COSTA, Karen Fernandez. Inovação e desenvolvimento nos Estados Unidos: os anos Obama. In: MORAES, Reginaldo Carmello Correa de. **A economia política do governo Obama**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

EICHENGREEN, Barry J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

EICHENGREEN, Barry. **Exorbitant privilege: the rise and fall of the dollar**. Oxford: University Press, 2011.

FMI - Fundo Monetário Internacional. **Total IMF Credit Outstanding for all members from 1984 - 2023**. 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/fin/tad/extcred1.aspx>. Último acesso em 12 nov. 2023.



GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional**: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. 2nd ed. London: Continuum, 1994.

UNCTAD. **Merchandise**: Product concentration and diversification indices of exports and imports, annual. 2023. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/datacentre/dataviewer/US.ConcentDiversIndices>. Último acesso em 12 nov. 2023. 2023a.

UNCTAD. **Annex table 04**: FDI outward stock, by region and economy, 1990-2022. Disponível em: <https://unctad.org/search?keys=fdi+stock>. Último acesso em 12 nov. 2023. 2023b.

UNITED STATES. Congressional Budget Office - CBO. **The Budget and Economic Outlook: 2020 to 2030**. 2020. Disponível em: <https://www.cbo.gov/publication/56020>. Acesso em: 27 nov. 2023.

UNITED STATES. Department of the Treasury - DOT. **Historical Debt Outstanding**. Disponível em: <https://fiscaldata.treasury.gov/datasets/historical-debt-outstanding/historical-debt-outstanding>. Último acesso em 12 nov. 2023. 2023a.

UNITED STATES. Department of the Treasury - DOT. **U.S. Gross External Debt**. 2023b. Disponível em: <https://home.treasury.gov/data/treasury-international-capital-tic-system-homepage/tic-forms-instructions/us-gross-external-debt>. Último acesso em 12 nov. 2023. 2023b.

WORLD BANK GROUP. **Real interest rates (%)**: United States. 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.RINR?end=2013&locations=US&start=2000&view=chart>. Acesso em 07 set. 2022.

WORLD BANK GROUP. **World Development Indicators**. 2023. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators#>. Último acesso em 12 nov. 2023.



LINHA DE PESQUISA 2: POLÍTICA E SOCIEDADE GLOBAL

“MÃE DA REVOLUÇÃO”: DEOLINDA RODRIGUES E A RESISTÊNCIA FEMININA NOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM ANGOLA

Laura Nascimento²⁴,

Maria Clara Junqueira Franco²⁵.

1 INTRODUÇÃO

A luta pela independência de Angola, que culminou em 1975, é um marco significativo na história contemporânea do continente africano. No centro deste processo, destaca-se a figura de Deolinda Rodrigues, uma mulher cuja atuação foi crucial na resistência ao colonialismo português. A década de 1960, período em que Deolinda emergiu como uma líder influente, foi um tempo de intensificação dos Movimentos de Libertação Nacional (MLN) em várias partes da África, e Angola não foi exceção. Neste contexto, a resistência feminina ganhou destaque, não apenas como parte integrante, mas também como uma força transformadora dentro desses movimentos.

Deolinda Rodrigues, com sua militância e ativismo, exemplifica a contribuição das mulheres na luta pela independência e na construção da identidade nacional angolana. Seu papel vai além da simples participação; ela foi uma catalisadora que ajudou a moldar a resistência angolana, ampliando a coesão e fortalecendo a base popular dos movimentos de libertação. Este artigo busca iluminar essas dimensões, analisando como a atuação de Deolinda Rodrigues influenciou os movimentos de libertação e de que forma sua liderança contribuiu para a formação de uma identidade nacional angolana.

²⁴ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

²⁵ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <https://lattes.cnpq.br/4391631609051970>



2 OBJETIVOS

O trabalho tem como objetivo geral investigar a participação de Deolinda Rodrigues na luta angolana por independência e na resistência feminina contra o colonialismo português, enquanto os objetivos específicos são: 1. Analisar a contribuição do movimento feminino na luta contra o colonialismo português para a independência angolana; 2. Investigar a biografia de Deolinda Rodrigues de forma a entender o seu papel dentro da luta pela independência de Angola; e 3. Analisar os efeitos da militância de Deolinda Rodrigues na resistência feminina angolana ao colonialismo.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

A presente pesquisa busca analisar o papel das mulheres na luta pela libertação angolana, com enfoque na participação de Deolinda Rodrigues, nomeada pela literatura como “mãe da revolução angolana” e grande expoente na luta e militância política na Guerra de Libertação de Angola (Souza, 2017). O artigo foi desenvolvido a partir da problemática “Como foi a atuação de Deolinda Rodrigues na resistência contra o colonialismo português em Angola e de que forma a sua atuação influenciou os Movimentos de Libertação Nacional?” e tem como hipótese que a liderança de mulheres como Deolinda Rodrigues fortaleceu a coesão e a resistência dentro dos movimentos de libertação em Angola, ampliando a sua base popular e sustentando a luta pela independência.

4 METODOLOGIA

O estudo desenvolveu-se a partir do método hipotético-dedutivo, ou seja, o método que une dois métodos imprescindíveis para a abordagem do tema: De um lado, o método dedutivo que cria conjecturas para serem testadas; e, do outro lado, o método indutivo, que estende-se na realização de testes que resultem em informações que corroborem ou não as hipóteses que estão sendo avaliadas (Da Silva, 2021).

Ademais, o artigo tem o estudo de caso histórico como método de procedimento. O marco teórico da pesquisa gira em torno de Teorias feministas das Relações Internacionais,



com autoras como Cynthia Enloe e Christine Sylvester; Feminismo Negro, com expoentes como Angela Davis e Bell Hooks; e, por fim, Teorias pós-coloniais, com pesquisadores como Gayatri Chakravorty Spivak, Frantz Fanon e Chimamanda Ngozi Adichie. A técnica de pesquisa se deu por documentação indireta, através de pesquisa documental e bibliográfica, sendo utilizadas fontes primárias, como os diários de Deolinda e notícias, mas também fontes secundárias, como artigos, teses e livros.

A justificativa social da pesquisa gira em torno da importância do estudo sobre resistências femininas nos MLN, com ênfase no caso de Deolinda Rodrigues em Angola, importância essa que ultrapassa fronteiras. Destacar as contribuições e importância de Deolinda para a libertação de Angola resgata e valoriza a história das mulheres africanas que resistiram ao domínio colonial português. Além disso, a justificativa acadêmica gira em torno de trazer para a academia a memória e legado de Deolinda, fornecendo reconhecimento histórico.

5 DISCUSSÃO E RESULTADOS FINAIS

O colonialismo português em Angola gerou malefícios irreparáveis ao país, algo que começaria a ser contestado com maior firmeza em meados do século XX, com o surgimento de partidos como o MPLA e a UNITA. Esses partidos foram importantes marcos no que tange à luta política e armada contra o colonialismo no país e foram essenciais para que a Independência angolana fosse alcançada com êxito em 1975. Dentro do contexto dos MLN em Angola, as mulheres representaram uma importante contribuição, tanto no papel de guerrilheiras como no papel de intelectuais e políticas, estando, entre elas, a figura de Deolinda Rodrigues, cofundadora e importante líder da OMA.

Deolinda Rodrigues Francisco de Almeida foi uma personagem feminina de enorme relevância dentro da resistência angolana em relação ao colonialismo português. Apesar da invisibilidade designada ao envolvimento das mulheres na guerra e, especificamente, nos movimentos de libertação, a participação feminina nesses eventos existiu, foi essencial e, ainda, significou a emancipação de diversas mulheres. No continente africano,



especificamente, a participação ativa feminina ocorreu amplamente nos países que ainda encontravam-se sob circunstâncias coloniais de dependência. Em Angola, da mesma forma, as mulheres marcaram a sua participação de forma a lutar por uma sociedade livre e mais igualitária no país. São trazidos no texto diversos aspectos da biografia de Deolinda Rodrigues de forma a demonstrá-la como um dos principais exemplos da importante contribuição das mulheres dentro da libertação de Angola.

A revolta de Deolinda contra a opressão, miséria e consequente exacerbação do seu próprio sentimento nacionalista (Rodrigues, 2010) inspirou uma luta com caráter muito próprio: interseccionou o espaço intelectual formal, o informal (António, 2023) e o campo de batalha; propagou os ideais e a importância da luta (inclusive da luta armada); e utilizou de todo seu conhecimento acadêmico para alcançar as mais diversas esferas da sociedade, explorando a seu favor e questionando as condutas de gênero previamente estabelecidos (Paredes, 2014). Deolinda viveu a sua vida pela independência de Angola, assim como morreu por ela, recebendo um papel de destaque dentro das mulheres envolvidas no processo de Independência de Angola, sendo considerada uma heroína nesse contexto das guerras pela independência. Ela é uma prova de que, não somente as mulheres também participaram do MLN, assim como foram importantes colaboradoras empenhadas na luta anticolonial.

Assim como Deolinda foi uma importante líder feminina por Angola, outras muitas mulheres contribuíram para o fim da subordinação angolana a Portugal, as quais não recebem o devido crédito e reconhecimento e acabam por ser invisibilizadas. Dessa forma, é de suma importância que sejam abordados nomes como o de Deolinda Rodrigues ainda nos dias de hoje, para que a história feita por essas mulheres não continue sendo menosprezada e, muito menos, esquecida.

Palavras-chave: Deolinda Rodrigues. Angola. Movimentos de Libertação Nacional.

6 REFERÊNCIAS

ALFIERI, Noemi. Deolinda Rodrigues: entre a escrita da história e a escrita biográfica. Recepção de uma guerrilheira e intelectual angolana. *Abriu*, v. 10, p. 39-57, 2021. Disponível



em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/RCAP_f99b122c8e0d5f91056ab98bd901a0a1
Acesso em 5 ago 2024.

ALGO SOBRE. **Diogo Cão**. Disponível em:
<https://www.algosobre.com.br/biografias/diogo-cao.html>. Acesso em: 22 ago. 2024.

ANGOLA. [MPLA]. **Mulheres-OMA**. Angola. Disponível em: <https://mpla.ao/mulheres/>.
Acesso em: 10 ago. 2024.

ANGOLA. Governo de Angola. 2024. **Rios**. Disponível em:
<https://governo.gov.ao/angola/rios>. Acesso em: 17 ago. 2024. ANTÓNIO, Mateus P. P.
Deolinda Rodrigues: a Intelectual Combativa. 2023. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.
54, n. 1. DOI: 10.36517/rcs.54.1.d03. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/81864>. Acesso em: 16 ago. 2024.

BASTIEN, Carlos. **A Divisão da História do Pensamento Económico Português em Períodos**. 2000. Disponível em:
<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/888/1/WP16.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BATSÍKAMA, Patrício. A mulher na luta de libertação e na construção do Estado-nação em Angola: o caso de Luzia Inglês Van-Dúnem. **Revista Cantareira**, Rio de Janeiro, p. 72-87, jul./dez. 2016. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/download/27925/16319>. Acesso em 3 jun 2024.

BATSÍKAMA, Patrício. Poder no feminino. Caso da Deolinda Rodrigues “Langidila”. **Revista África(s)**, Bahia, v. 7, n. 13, p. 14-29, 2020. Disponível em:
<https://www.revistas.uneb.br/index.php/african/article/view/9403>. Acesso em 5 ago 2024.

BIRMINGHAM, David. Country Studies - Angola. 2002. In **A History of Postcolonial Lusophone Africa**, edited by Indiana University Press, 137–184. Bloomington

BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política - Volume I. 1986. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRANSKI, R. et al. **METODOLOGIA DE ESTUDO DE CASOS APLICADA À LOGÍSTICA**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://lalt.fecfau.unicamp.br/scrifa/files>. Acesso em: 23 jul. 2024.

DA SILVA, A. C. M. Angola: História, Luta de Libertação, Independência, Guerra Civil e suas Consequências. **NEARI EM REVISTA**, vol. 4, nº 5, junho de 2018. Disponível em:
<https://revistas.faculdaadedamas.edu.br/index.php/neari/article/view/660>. Acesso em: 14 jul.



2024.

DA SILVA, Igor C. Política Externa Regional de Angola: Mudanças Frente à Ordem Sistêmica (1975-2010). 2015. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, e-ISSN 2238-6912. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/57106/35247/242559>. Acesso em: 21 ago. 2024.

Deutsche Welle. **Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)**. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/frente-nacional-de-liberta%C3%A7%C3%A3o-de-angola-fnla/t-17421396>. Acesso em: 12 ago. 2024.

DILOLWA, Carlos Rocha. **Contribuição à História Económica de Angola**. 1978. Imprensa Nacional de Angola. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about>. Acesso em: 17 jul. 2024.

DOS SANTOS, José N. ONU Estado, Proto-Estado ou Super-Estado? 1952. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/24808/T%20-%20SANTOS%2c%20JOSE%20NICOLAU%20DOS%20%28T%200928%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 ago. 2024.

EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. 1989. **The Academy of Management Review**, 14(4), 532–550. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/258557>. Acesso em: 27 jul. 2024.

HIGATE, Paul; HOPTON, John. War, Militarism and Masculinities. 2005. In **Handbook of Studies on Men Masculinities**. Thousand Oaks, Sage, p. 432-447. Disponível em: <https://sk.sagepub.com/reference/handbook-of-studies-on-men-and-masculinities/n25.xml>. Acesso em: 16 ago. 2024.

JACINTO, Ana L. P. L. **A Formação de Angola e as Resistências Africanas**. VIII Encontro Estadual de História. Feira de Santana: ANPUH-BA, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1476981752_ARQUIVO_FormacaoA ngolaeasResistenciasAfricanas.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010, p. 79. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7237618>. Acesso em: 17 jul. 2024.

LIBERATO, Ermelinda. 40 anos de independência. Uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n.3, p. 997-1006, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/dvxNhj7kZDj8LHy93PLrPXj/>. Acesso em 15 jun



2024.

LINHARES, Maria Y. **A luta contra a metrópole: Ásia e África: 1945-1975**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 97-107.

MATA, Inocência (org). **A Rainha Nzinga Mbandi, História, Memória e Mito**. 2002. Lisboa, Colibri. Disponível em:

<https://www.buala.org/pt/a-ler/a-rainha-nzinga-mbandi-historia-memoria-e-mito>. Acesso em: 16 ago. 2024.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Trad. de Roland Corbisier & Marize Pinto Coelho, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MÉTODOS de Abordagem e Procedimento. 1 vídeo (1 h 22 min). Direção geral e roteiro Igor Castellano. 2021. Publicado pelo canal Prof. Igor Castellano. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=AYIgh7q4rNg>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MIA - **Agostinho Neto**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/neto/index.htm>. Acesso em: 16 ago. 2024.

NACIONALISTA Jorge Valentim e José Pakissi Mendonça - Defendem que UNITA deve pedir desculpas (2023). 1 vídeo (6min35seg). Angola, 2023. Publicado pelo canal TPA Online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qsGK4KNQ1OI>. Acesso em: 22 ago. 2024.

NETO, Manuel B. **História e Educação em Angola: do Colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)**. 2005.

NOBLE, Jean B. Masculinities Without Men: Female Masculinity in Twentieth-Century Fictions. 2000. **Sexuality Studies**. DOI: 10.59962/9780774851893. Disponível

em: <https://scholar.archive.org/work/cp76vtherbdeldphto7bbqhism/access/wayback/http://www.collections.canada.gc.ca/obj/s4/f2/dsk2/ftp02/NQ59150.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

PAREDES, Margarida. **Combater duas vezes: mulheres na luta armada em Angola**. 1º edição, 2015.

PAREDES, Margarida I. B. F. **Mulheres na Luta Armada em Angola: Memória, Cultura e Emancipação**. 2014. p. 367. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2014.

PAREDES, Margarida. **Rodrigues, Deolinda**. 2019.

PORTUGAL. [Estatuto (1957)]. **Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da**



Guiné, Angola e Moçambique. Lisboa: 1957. Disponível em: <https://por-ti-portugal.divergente.pt/wp-content/uploads/2021/09/Estatuto-dos-Indigenas-Portugueses-das-Provi-1.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

RODRIGUES, Deolinda. **Diário de um exílio sem regresso.** 1º ed. Luanda: Nzila, 2003.

RODRIGUES, Limbânia J. **Heroínas de Angola.** Luanda: Editora Mayamba, 2010.

SALAZAR, Oliveira. **O estado Novo.** Lisboa: Edição Lello, 1950.

SOUZA, Larissa. **Militância, escrita e vida:** poesia de Deolinda Rodrigues. **Cadernos Pagu.** 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/wnx56bs93NLRQkV4SRBfsHj/?format=pdf>. Acesso em 2 ago 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Estudos Africanos do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados e Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão. **Luzia Van-Dúnem (1948).** Porto Alegre, RS, 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/africanas/van-dunem-luzia-1948/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

VENTURA, P. P. R. A contribuição intelectual da mulher angolana no processo da independência de Angola. **Identidade!**, São Leopoldo, v.19, n. 2, p. 100-109, jul/dez. 2014. Disponível em: https://revistas.est.edu.br/periodicos_novo/index.php/Identidade/article/download/1735/1439/2060#:~:text=O%20conceito%20intelectual%20org%C3%A2nico%20Gramsciano,Palavras%20chave%3A%20Mulher%20Intelectual. Acesso em 5 ago 2024.

VISENTINI, Paulo G. F. **As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia.** São Paulo: Editora UNESP, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4115420/mod_resource/content. Acesso em: 21 ago. 2024.

YIN R. K. (2009). Case study research: Design and methods (4th Ed.). Thousand Oaks, CA: Sage. **The Canadian Journal of Action Research**, v. 14, n. 1, p. 69–71, 2009. Disponível em: <https://journals.nipissingu.ca/index.php/cjar/article/view/73>. Acesso em: 17 jul. 2024.



O REFÚGIO CLIMÁTICO SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Bárbara Silveira Inácio Rocha²⁶

1 INTRODUÇÃO

Nas Relações Internacionais, questões ambientais são geralmente abordadas por teorias focadas em regimes internacionais e governança global, enfatizando a interação entre instituições, organizações e Estados no contexto da ordem mundial. No entanto, essas abordagens normativas cobrem apenas parte do debate sobre decisões e ações coletivas diante das crises ambientais, sem explorar a construção social desse sistema (Barros-Platiau et al., 2004, p. 128). Diante dessa limitação, é crucial aprofundar o debate ambiental, incluindo novos atores e dinâmicas, como o refúgio climático, para compreender como as hierarquias de gênero afetam grupos marginalizados, além das fronteiras nacionais.

Desse modo, o objeto de estudo em questão, o refúgio climático, é analisado e discutido a partir da perspectiva de gênero, buscando responder ao problema: “Como as perspectivas de gênero nas Relações Internacionais podem proporcionar uma compreensão mais profunda da crise dos refugiados climáticos?”. O objetivo geral é analisar como essas perspectivas ajudam a compreender as desigualdades exacerbadas pelas mudanças climáticas. Para isso, três objetivos específicos são destacados: 1) revisar a literatura sobre as perspectivas de gênero nas Relações Internacionais; 2) analisar como as desigualdades de gênero se manifestam em crises ambientais, enfatizando os impactos desproporcionais sobre mulheres e grupos marginalizados no Sul Global; e 3) discutir, a partir da perspectiva de gênero, as respostas internacionais e políticas públicas externas para os refugiados climáticos.

Esta reflexão é elaborada com o uso do método de abordagem hipotético-dedutivo,

²⁶ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro-pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero na Política Externa e Internacional (NEGPEI/UFSC). Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9600573307335801>



aplicado para testar a hipótese de que as perspectivas de gênero nas Relações Internacionais são capazes de compreender como as desigualdades de gênero são agravadas pelas mudanças climáticas e como as estruturas desiguais de poder ampliam a vulnerabilidade e limitam a mobilidade desses refugiados. Ademais, utiliza-se o método de procedimento histórico, a técnica de pesquisa bibliográfica, e o processamento é conduzido de forma qualitativa.

2 DESENVOLVIMENTO

Este estudo trata do conceito de refugiados climáticos, também conhecidos como refugiados ambientais, através do termo cunhado por El-Hinnawi (1985), referindo-se a pessoas que são forçadas a migrar devido a condições ambientais extremas, impedindo que indivíduos permaneçam em suas regiões de origem, levando-os a buscar refúgio temporário ou permanente em outros lugares. No entanto, é importante destacar que o Estatuto dos Refugiados de 1951²⁷ não contempla essa categoria de refugiados, e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)²⁸ não estabelece diretrizes legais claras sobre como lidar com esses migrantes, embora reconheça a relevância da questão (Delfim, 2018; Mendes, 2023).

A perspectiva de gênero analisa as relações sociais construídas nas diferenças entre os sexos, que estruturam as experiências e determinam as posições de homens e mulheres na sociedade (Scott, 1990, p. 14), contando com diversas interseções com raça e classe. Nas Relações Internacionais, diversas autoras abordam a dimensão de gênero na análise do cenário global. Sjoberg (2010) afirma que as lentes feministas revelam como o poder do gênero contribui para a produção e ampliação das desigualdades em crises globais, perpetuando essas condições ao longo do tempo. De forma complementar, Runyan e Peterson (2014, p. 81)

²⁷ ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Genebra: ACNUR, 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

²⁸ A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) deu origem ao Acordo de Paris, um tratado internacional firmado em dezembro de 2015 durante a 21ª Conferência das Partes (COP21). Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/arquivos/pdf/acordo_paris.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.



acrescentam que a análise sob essa ótica não se limita a tratar as mulheres como uma variável empírica, mas enfatiza o gênero como uma categoria analítica central. Isso permite não apenas compreender o impacto das dinâmicas da política internacional sobre os indivíduos, mas também investigar como as estruturas de poder foram construídas e são mantidas por meio das relações de gênero.

Novamente, Runyan e Peterson (2014) discutem a hierarquia de gênero, enfatizando a subordinação das feminilidades às masculinidades e explicando que o privilégio masculino é simbólico, discursivo e cultural, não beneficiando todos os homens igualmente, ou seja, quanto mais distante um indivíduo está do ideal masculino de poder, mais ele é feminizado e desvalorizado. Tickner (2001, p. 15) acrescenta que a masculinidade é associada ao poder, racionalidade e autonomia, enquanto a feminilidade é ligada à dependência, fraqueza e passividade. Assim, a categoria de gênero é crucial para análises que vão além do binarismo entre homens e mulheres.

Antes e durante as crises ambientais, o controle e o acesso aos recursos costumam ser dominados pelo homem branco hegemônico, que trata tanto as mulheres quanto a natureza como áreas sob seu controle. No Sul Global, as mulheres são particularmente afetadas pela degradação ambiental, o que resulta em um aumento de suas cargas de trabalho à medida que as condições econômicas, de saúde e ambientais se deterioram, além de serem as principais responsáveis pela obtenção de alimentos e frequentemente as últimas a ter acesso a esses recursos (Runyan; Peterson, 2014, p. 94).

Um exemplo de como a violência de gênero se manifesta em situações de crise climática, como no caso de refúgio climático, é a enchente ocorrida no Rio Grande do Sul, Brasil, em maio de 2024. Após perderem suas casas, mulheres, adolescentes e crianças foram vítimas de assédio e estupro nos abrigos onde estavam alojadas, como resposta, abrigos exclusivos foram criados para garantir sua segurança (CNN Brasil, 2024). Esse cenário evidencia como a violência de gênero, já presente no ambiente doméstico, é agravada em momentos de crise, quando essas populações se tornam ainda mais vulneráveis.

Outro exemplo que ilustra o impacto de gênero no longo prazo, na reconstrução das



vidas dos deslocados, é tratado no relatório da Organização Internacional para Migração (IOM), de 2016. O documento destaca que os indivíduos deslocados após desastres ambientais, especialmente famílias chefiadas por mulheres, são mais vulneráveis ao tráfico de pessoas, assim como as crianças. Embora homens sejam mais propensos a serem forçados a trabalhos pesados, mulheres e crianças são frequentemente exploradas em trabalhos domésticos ou prostituição. Um caso exemplificado no relatório é o de Bangladesh, após o ciclone Sidr, em 2007, onde houve um aumento significativo no tráfico de pessoas nas áreas afetadas, por conta de redes criminosas que começaram a operar na região, oferecendo falsas promessas de emprego para cruzar a fronteira com a Índia. No entanto, a maioria dessas pessoas vulneráveis foi forçada a trabalhos exploratórios, prostituição e envolvimento no tráfico de drogas (IOM, 2016).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o refúgio climático é fundamental considerando a realidade atual, onde as crises ambientais afetam cada vez mais indivíduos e tendem a aumentar drasticamente. Ressalta-se a afirmação de Van Praag (2021, p. 23), de que mulheres e homens apresentam vulnerabilidades distintas diante das mudanças ambientais, sendo afetados de maneira desigual tanto durante o deslocamento quanto após a mobilidade, em função das hierarquias de gênero. Além disso, este impacto é particularmente visível na feminização da pobreza, agravada pelas obrigações de gênero impostas e pelas dificuldades enfrentadas no acesso ao trabalho em tais situações (Lima; Oliveira, 2017). Portanto, a questão não se resume apenas à aplicação de teorias ao objeto, mas à reflexão profunda sobre como a atual realidade pode se tornar insustentável se as estruturas sociais continuarem a reproduzir as mesmas práticas.

Palavras-chave: Refúgio Climático; Gênero; Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS:



BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. **Revista brasileira de Política internacional**, v. 47, p. 100-130, 2004.

CNN Brasil. **Bases são criadas para atender mulheres e crianças no RS após denúncias de violência nos abrigos**. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/bases-sao-criadas-para-atender-mulheres-e-criancas-no-rs-apos-denuncias-de-violencia-nos-abrigos/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

DELFIM, Rodrigo Borges. **O conceito de refugiado ambiental: um tema que não pode ser ignorado**. MigraMundo, 19 maio 2021. Disponível em:

<https://migramundo.com/o-conceito-de-refugiado-ambiental-um-tema-que-nao-pode-ser-ignorado/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

EL-HINNAWI, Essam. **Environmental refugees**. Nairobi: United Nations Environment Programme, 1985.

IOM - INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **The Climate Change-Human Trafficking Nexus**. Genebra: IOM, 2016. Disponível em:

<https://publications.iom.int/books/climate-change-human-trafficking-nexus>. Acesso em: 24 ago. 2024.

LIMA, Karine Fabiane de; OLIVEIRA, Giseli Aparecida de. A Feminilização da Pobreza. In: **II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2017.

PIMENTEL, Ana. Mulheres em tempos de crise: uma tragédia dentro da tragédia do RS. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 10 mai. 2024. Disponível em:

<https://diplomatie.org.br/mulheres-tragedia-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de**

Desenvolvimento Humano 1994: Novas Dimensões da Segurança Humana. Nova York, 1994. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-1994>. Acesso em: 01 set. 2024.

RUNYAN, Anne S.; PETERSON, V. Spike. **Global Gender Issues in the New Millennium**. Westview Press, 2014.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.



SJOBERG, Laura; VIA, Sandra. **Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives**. Santa Barbara: Praeger, 2010.

TICKNER, J. Ann. **Gendering world politics: Issues and approaches in the post-Cold War era**. Columbia University Press, 2001.

VAN PRAAG, Lore. **Gender, environmental change, and migration aspirations and abilities in Tangier and Tinghir, Morocco**. Human Ecology, v. 50, n. 1, p. 23-34, 2022.



DESLOCADOS E REFUGIADOS CLIMÁTICOS: A (IN)DEFINIÇÃO NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Bruno Basílio²⁹

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa aborda a questão dos deslocados e refugiados climáticos, analisando as diferentes definições e abordagens no contexto da política internacional, apresentando uma ampla gama de contribuições de diferentes autores. Por sua vez, o objetivo é discutir as dificuldades na definição e na caracterização dos deslocamentos induzidos por fatores ambientais, identificando as implicações políticas e jurídicas dessa (in)definição para a proteção dos indivíduos deslocados. Quanto a metodologia, desenvolveu-se a revisão de literatura acadêmica e análise de conceitos apresentados por autores de destaque na área, com Dun e Gemenne (2008), Betts (2013) Martin, Weerasinghe e Taylor (2013), Claro (2012; 2015), Ramos (2011) e Boas *et al.* (2019). Por fim, o problema desta pesquisa consiste em compreender o porquê da (in)definição de termos como “migração ambiental” e “refugiados climáticos” na política internacional.

Há na academia uma divisão entre os que preveem massivas ondas de "refugiados ambientais", isolando os fatores ambientais como a principal motivação para a migração, e os que são céticos, que defendem que o processo migratório é demasiado complexo, indo ao encontro da maioria das teorias clássicas, e tendem a ignorar a mudança no ambiente como um motivo para a migração (Dun; Gemenne, 2008). Para Dun e Gemenne, ao invés de buscar uma nova categoria, é mais útil integrar fatores ambientais nas pesquisas migratórias já existentes, evitando assim generalizações excessivas que possam simplificar a realidade dos movimentos migratórios.

Alexander Betts (2013) propõe o termo “migração de sobrevivência” para se referir a pessoas que precisam deixar seus países devido a uma ameaça existencial, sem solução disponível dentro de suas nações de origem. Betts argumenta que é o nível de ameaça

²⁹ Graduando em Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa.



existencial e a ausência de solução doméstica que definem esse tipo de migração, sem entrar em detalhes sobre causas específicas como perseguição, conflito ou mudança ambiental. Tem-se como ideia ressaltar a necessidade de direitos fundamentais, o que sugere que os deslocamentos climáticos, forçados por desastres ou degradação ambiental, podem ser entendidos como migrações de sobrevivência. Para mais, Susan Martin, Sanjula Weerasinghe e Abbie Taylor (2013) abordam o conceito de “migração de crise”. Essas autoras analisam contextos de crise humanitária, como guerras internas, escassez de recursos e urbanização, e destacam que mudanças climáticas podem gerar tanto deslocamentos internos quanto internacionais.

A abordagem por meio do conceito de migração de crise propõe que, em vez de focar na especificidade das causas do deslocamento, deve-se considerar a ausência de proteção estatal. Isso ajudaria a superar deficiências nos atuais marcos legais, proporcionando aos Estados um quadro conceitual adequado para a formulação de políticas públicas preventivas. Por sua vez, Claro (2012; 2015) e Ramos (2011) defendem o uso do termo “refugiados ambientais”. Claro enfatiza a vulnerabilidade socioambiental dos migrantes, considerando que muitos são incapazes de prover para si mesmos devido a motivos como mudanças ambientais adversas. Já Ramos vê a migração ambiental como uma resposta reativa a eventos que ameaçam a vida e a segurança humana, ou mesmo como uma reação proativa a processos de degradação gradual. Essa perspectiva corrobora a necessidade de reconhecer a mobilidade humana em resposta a impactos ambientais, ajudando a destacar a vulnerabilidade dos indivíduos envolvidos.

Divergindo dos autores já citados, Boas *et al.* (2019) tratam da ideia de migração por motivos climáticos como um “mito”. Embora reconheçam o potencial da mudança climática para ameaçar meios de subsistência, os autores são críticos em relação ao uso da expressão “refugiados climáticos” e alertam que essa narrativa pode fomentar políticas anti-migração, especialmente no Norte Global. Para eles, a migração é impulsionada por uma mistura de fatores, incluindo aspectos socioeconômicos, culturais e políticos, além dos fatores climáticos. Contudo, destacam que é necessário adotar uma abordagem que capte de forma adequada a



natureza complexa e interconectada entre mudanças climáticas e migração, reconhecendo que uma visão mais detalhada pode contribuir para melhores respostas políticas.

Cabe elencar que a Organização Internacional para as Migrações (2019) utiliza definições de trabalho para descrever as várias situações de migração em um contexto de fatores ambientais, como “migração por motivos ambientais” e “migração por motivos climáticos”. A primeira é definida como o movimento de pessoas devido a mudanças súbitas ou graduais no ambiente que afetam suas vidas ou condições de vida, podendo ser temporária ou permanente, dentro ou fora do país de origem. Já a “migração por motivo climático” refere-se ao movimento induzido especificamente por alterações climáticas, constituindo uma subdivisão da migração ambiental, na qual a mudança do clima é o principal catalisador. Complementarmente, a The Nansen Initiative (2024), que busca definir o conceito de “deslocamento causado por desastres”, destaca que tais deslocamentos ocorrem quando pessoas são obrigadas a deixar suas casas em razão de um desastre ou para evitar o impacto de um perigo natural iminente, em um contexto de vulnerabilidade extrema e falta de resiliência. Essa definição aproxima-se do termo “deslocados ambientais”, sugerindo que pessoas que enfrentam catástrofes naturais, especialmente aquelas intensificadas por mudanças climáticas, devem ser reconhecidas como vulneráveis e necessitando de proteção especial.

Em suma, considera-se fundamental elencar os diversos grupos de migrantes, pois tanto o direito internacional quanto o direito interno, as demandas exigem medidas específicas e urgentes para proteger os migrantes e os deslocados internos em situação de maior vulnerabilidade, exigindo uma resposta imediata dos órgãos estatais sob cuja jurisdição esses se encontrem. Dessa forma, as divergências de políticas internas e políticas externas dificultam a negociação e a cooperação em questões migratórias, de direitos humanos, de segurança internacional, e principalmente de meio ambiente e clima. É importante frisar um último ponto: considerando a literatura clássica dos estudos de migração, as perspectivas contemporâneas analisadas e a defesa de novas conceituações, sejam elas revisitadas ou não, pondera-se que o termo que melhor elucida e corrobora com nossa pesquisa é uma interseção entre a migração forçada, dentro dos limites de um Estado, por motivos ambientais, seja por



desastres ou mudança gradual no meio em que vivem.

REFERÊNCIAS

BETTS, Alexander. **Survival Migration: Failed Governance and the Crisis of Displacement**. Ithaca/London: Cornell University Press. 2013.

BOAS, Ingrid; FARBOTKO, Carol; ADAMS, Helen; STERLY, Harald; BUSH, Simon; GEEST, Kees van Der; WIEGEL, Hanne; ASHRAF, Hasan; BALDWIN, Andrew; BETTINI, Giovanni. Climate migration myths. **Nature Climate Change**, s/l, v. 9, n. 12, p. 901-903, 26 nov. 2019. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41558-019-0633-3>. Acesso em: 29 jun. 2024.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. **Refugiados Ambientais: Mudanças Climáticas, Migrações Internacionais e Governança Global**. 2012. 114 f. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. 2012. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/11970/1/2012_CarolinadeAbreuBatistaClaro.pdf. Acesso em: 29 jun. 2024.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. **A Proteção dos “Refugiados Ambientais” no Direito Internacional**. 2015. 328 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-08042016-155605/pt-br.php>. Acesso em: 29 jun. 2024.

DUN, Olivia; GEMENNE, François. Defining ‘environmental migration’. **Forced Migration Review**, University of Oxford, Oxford, n. 31, out. 2008. Disponível em: <https://www.fmreview.org/dun-gemenne/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

OIM - Organização Internacional para as Migrações. **Glosario de la OIM sobre Migración**. Derecho Internacional sobre Migración. n. 34. 2019. Disponível em: <https://publications.iom.int/es/node/2407>. Acesso em: 29 jun. 2024.

RAMOS, Érika Pires. **Refugiados ambientais: em busca de reconhecimento pelo Direito Internacional**. 2011. 105 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-10082012-162021/publico/TESE_verse_o_integral_ERIKA_PIRES_RAMOS.pdf. Acesso em: 29 jun. 2024.



MARTIN, Susan; WEERASINGHE, Sanjula; TAYLOR, Abbie. Crisis Migration. **The Brown Journal of World Affairs**, v. 20, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24590889>. Acesso em: 29 jun. 2024.

THE NANSSEN INITIATIVE. **Disaster-Induced Cross-Border Displacement**. Key Definitions. 2024. Disponível em: <https://disasterdisplacement.org/the-platform/key-definitions/>. Acesso em: 29 jun. 2024.



RELAÇÕES INTERNACIONAIS ALTERNATIVAS: ARTICULAÇÕES GLOBAIS DO EZLN (1994-2024)

Gabriela Oliveira Elesbão³⁰

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa compreender o alcance das ações do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em relação aos movimentos sociais globais, formando redes de solidariedade transnacionais, ao longo dos trinta anos de atuação pública do grupo insurgente.

A justificativa para este estudo reside na lacuna de pesquisas que investigam o impacto dessas articulações globais alternativas e na necessidade de aprofundar o entendimento das narrativas latino-americanas em um cenário internacional multipolar. Ao considerar o papel dos movimentos sociais e insurgentes na formulação de dinâmicas internacionais, este projeto busca desvendar as interações complexas entre Estado, sociedade civil e atores não estatais. A análise das ações zapatistas revela como a insurgência local pode influenciar tendências globais, especialmente em contextos de resistência ao neoliberalismo e à globalização, trazendo implicações não apenas para o México, mas para outros Estados latino-americanos e movimentos sociais internacionais.

Durante a década de 1990, no contexto pós-Guerra Fria, a América Latina adotou modelos neoliberais de maneira quase unânime, embora com diferentes graus de implementação. No México, sob o governo de Carlos Salinas de Gortari, essas reformas sociais e econômicas visavam integrar a economia mexicana ao mercado global, impulsionando políticas de abertura e desregulamentação econômica (Bethell, 2015). A emergência do EZLN, portanto, desafiou a legitimidade dessas reformas e promoveu a conexão entre indígenas e camponeses marginalizados no México, a uma rede mais ampla de resistência global. (Darling, 2008; Dinerstein, 2010).

³⁰ Mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2757461732301974>



Neste cenário, os objetivos desta pesquisa são investigar as parcerias e alianças formadas pelo EZLN com outros movimentos sociais globais, avaliando como essas conexões moldam suas estratégias e práticas. Além disso, pretendemos explorar o impacto do EZLN nas redes transnacionais de solidariedade e, por fim, examinar as dinâmicas de cooperação e troca de conhecimentos entre o Exército Zapatista e movimentos sociais em diferentes regiões do mundo, destacando seu papel na difusão de ideias e práticas insurgentes.

Ao investigar a articulação do grupo com movimentos sociais globais, este estudo procura contribuir para um entendimento mais abrangente das dinâmicas entre insurgências locais e redes transnacionais. A capacidade dos zapatistas de influenciar não apenas o debate doméstico, mas também de mobilizar solidariedade internacional, demonstra o poder dos movimentos sociais em moldar práticas de resistência e alternativas ao neoliberalismo no cenário global. Essa análise pode, assim, informar estratégias diplomáticas de outros países e oferecer uma visão mais inclusiva e decolonial das Relações Internacionais.

2 DESENVOLVIMENTO

A ascensão de movimentos sociais na década de 1990, especialmente na América Latina, pode ser compreendida como uma resposta direta às reformas neoliberais que marcaram o período. Esses movimentos, como o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México, surgiram em um contexto de crescente liberalização econômica e integração ao mercado global. A assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), em 1994, representou um marco dessa tendência, promovendo a abertura de mercados e a expansão das exportações mexicanas, especialmente nos setores automotivo e de manufatura (Cervo, 2000; Zanatta, 2012). Contudo, o NAFTA também agravou as desigualdades sociais, especialmente entre as populações indígenas e camponesas, que viram seu acesso à terra e suas condições de vida ainda mais precarizados (Bowness, 2013; Sarson, 2007).

Para compreender esse cenário, utilizaremos análise bibliográfica para explorar de forma abrangente e crítica as diferentes dimensões do Exército Zapatista de Libertação



Nacional (EZLN) e seu contexto nacional e internacional de insurgência. Essa abordagem permite a contextualização histórica e social e estabelece uma base teórica e metodológica que permite a comparação e contraste de diferentes interpretações, ajudando a entender a evolução e o impacto do movimento. (Eco, 2005)

O EZLN emergiu como uma força crítica a esse modelo de desenvolvimento. Influenciado pela Revolução Mexicana, pela ancestralidade Maia e pela Teologia da Libertação, o movimento zapatista denunciou a marginalização econômica e social das populações indígenas e rurais, reivindicando autonomia e justiça social (Darling, 2008; Ramírez, 2008). O levante armado de 1994, no estado de Chiapas, simbolizou a resistência ao neoliberalismo, destacando os impactos negativos das políticas econômicas internacionais sobre as comunidades locais e trazendo à tona a necessidade de reformular a política externa mexicana para melhor atender às demandas internas.

O aporte historiográfico desta pesquisa é baseado nas obras de Leslie Bethel (2015), Eric Hobsbawm (1994) e Claudia Wasserman (2010). O panorama histórico sobre a América Latina e a década de 1990 no cenário internacional são também complementados por obras e estudos de internacionalistas como: Cervo (2000), Zanatta (2012) e Ibarra (2011).

Movimentos sociais em outros países, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e os movimentos indígenas no Equador e na Bolívia, também se destacaram durante esse período. Esses grupos questionaram a concentração de terras, o impacto ambiental de grandes projetos de infraestrutura e a submissão das economias nacionais aos interesses de corporações multinacionais.

Em comum, os movimentos sociais da década de 1990 lutaram pela defesa dos direitos dos mais marginalizados, propondo modelos alternativos de desenvolvimento que priorizassem a justiça social e a inclusão. A resistência zapatista ajudou a evidenciar a importância de considerar as vozes das populações marginalizadas na formulação de políticas, contribuindo para uma crítica mais ampla ao neoliberalismo na América Latina e fomentando a busca por alternativas econômicas que promovam maior equidade e sustentabilidade (Castellanos, 1997; Dinerstein, 2010).



A partir de análise documental serão examinadas as declarações oficiais do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Os documentos do EZLN revelam as motivações, demandas e perspectivas internas do movimento. Essa análise permite identificar a dinâmica do conflito em Chiapas e avaliar o impacto das ações e políticas do movimento na sociedade, ajudando a construir uma resposta mais completa e objetiva à hipótese.

Esses movimentos desafiaram as estruturas políticas e econômicas tradicionais, destacando a relevância da identidade indígena, da organização comunitária e da autonomia. O EZLN, mesmo sem uma presença militar robusta, se tornou um símbolo de resistência contra a desigualdade e continua a inspirar movimentos sociais em toda a América Latina e além, moldando agendas políticas que promovem inclusão, justiça social e alternativas ao modelo neoliberal hegemônico (Ross, 2017).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A insurreição do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) desempenhou um papel fundamental ao trazer para o centro do debate político a questão dos direitos indígenas e humanos na América Latina. Ao desafiar diretamente as reformas neoliberais e expor a exclusão econômica e social sofrida pelas populações rurais e indígenas, o movimento zapatista não apenas reivindicou a autonomia dessas comunidades, mas também forçou uma reavaliação das políticas de integração econômica que ignoravam as realidades locais. Sua capacidade de se articular com movimentos sociais globais e utilizar estratégias de comunicação inovadoras contribuiu para ampliar a visibilidade das pautas indígenas, fortalecendo debates sobre justiça social, soberania e autodeterminação em toda a região.

Além disso, a insurgência do EZLN evidenciou a importância de considerar as relações entre atores não estatais, como movimentos sociais e insurgentes, no entendimento das dinâmicas de poder contemporâneas. Ao se opor às políticas de um Estado que se alinhava aos interesses neoliberais, os zapatistas demonstraram que atores não estatais podem ter um impacto significativo na formulação de políticas e nas relações internacionais, desafiando a hegemonia do Estado como único agente relevante.



Palavras-chave: México; Movimentos sociais; Zapatismo.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antônio. O que são os movimentos antissistêmicos? **Revista Eletrônica História em Reflexão**. Dourados, v. 7, n. 13, jan-jun. 2013.

ALKMIN, Fabio. **Por uma geografia da autonomia:** a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México. 195 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A revolução mexicana**. São Paulo: Unesp, 2010. 136 p.

BARTRA, Armando. **De rústicas revueltas:** añoranza y utopía en el México rural. Proceso agrario en Bolivia y América Latina. La Paz: CIDES-UMSA, Plural Editores, 2003

CAMPOS, R. S. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. **Polis**. 2019.

CASTELLANOS Guerrero, Alicia; López y Rivas, Gilberto. Autonomías y movimiento indígena en México: debates y desafíos Alteridades, vol. 7, núm. 14, 1997, pp. 145-159 **Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa Distrito Federal, México.**

CECEÑA, A. E., Barreda, A. **Chiapas y sus recursos estratégicos**, Chiapas, n. 1, México: IIEc, UNAM-Ediciones ERA, 1995, p. 53-99.

CERVO, L. A. **Sob o signo neoliberal:** as relações internacionais da América Latina. 2000

DARLING, V. **Movimientos de resistencia al neoliberalismo en América Latina:** el recto de la construcción de utopías en el siglo XXI. Dissertação, 200 fls. – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade do México, Cidade do México, 2008.

DARLING, V. La episteme zapatista: otra forma de ver el mundo y hacer política. **Revista de Relações Internacionais**. v. 5, n. 3, 2019. p. 78-94

DEMUNER, D. M. M. A internacionalização do Movimento Zapatista: a presença da solidariedade da classe transnacional em Chiapas. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 3, 2017. p. 73-89

DINERSTEIN, A. C.; The speed of the snail: the zapatista's autonomy de facto and the Mexican state. 2010



FIGUEIREDO, G. G. **A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN.** 2003. 366 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FUENTES, Waldo Lao. **Autonomía indígena: el caso del reconocimiento de la autonomía regional en Nicaragua y de la resistencia autónoma del movimiento Zapatista en México.** 2019. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

GONZÁLEZ Esponda, J., Pólito Barrios, E. **Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista**, Chiapas, n. 1, México: IIEc, UNAM-Ediciones ERA, 1995, p. 101-123.

GUTIÉRREZ, Diana I.L. El arcoíris terrestre como universal posible desde el zapatismo. **Revista Argumentos**. México: UAM- XOCHIMILCO, Año 26, n. 73, set.- dez. 2013

HOLLOWAY, J.; PELÁEZ, Eloina. **Zapatista!** revolution in Mexico. Londres: Pluto Press. 1998, 213 p.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**. v. 5, nov. 2011. p. 235-270

LÓPEZ Bárcenas, Francisco. ¡La tierra no se vende! Las tierras y los territorios de los pueblos indígenas en México. México: COAPI/IMDEC/TOSEPAN/CECCAM, 2015.

MAIZ, Ramon. The Indian heart of the nation: the evolution of the political discourse of the EZLN in Mexico (1993-2009). In **Latin American and Caribbean Ethnic Studies**. v. 5, nov. 2010 p. 245-272 DOI: 10.1080/17442222.2010.513827

MARES, David R (ed.). **Routledge handbook of Latin American Security**. New York: Routledge, 2016. 386 p.

MARTÍNEZA Espinoza, Manuel Ignacio. Las juntas de buen gobierno y los caracoles del movimiento zapatista: fundamentos analíticos para entender el fenómeno RIPS. **Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas**, Santiago de Compostela, v. 5, n. 1, 2006, p. 215-233.

MIGNOLO, W.; Walsh, C. **On decoloniality: concepts, analytics, praxis**. Duke University Press Books, 2018. 304 p.

MORA, M. Producción de conocimientos en el terreno de la autonomía. La investigación como tema de debate político. In: **Luchas “muy otras”**. Zapatismo y autonomía en las



comunidades indígenas de Chiapas, de Bruno Baronnet, Mariana Mora Bayo y Richard Stahler-Sholk, número 16 de la Colección Teoría y Análisis de la DCSH de la UAM-Xochimilco, 2011.

ORNELLAS, R. **A autonomia como eixo da resistência zapatista**. Do levante armado ao nascimento. Ed. Clacso. 2005

RAMÍREZ, A. **The fire and the word: a history of the Zapatista movement**. San Francisco. Ed. The City Light Books. 2008. 580 p.

ROCHA, Otávio Gomes. Reflexões sobre a etnicidade da luta pela terra no México entre o capitalismo e o colonialismo. **Revista Pegada**. vol. 19. n.2. maio-agosto/2018 Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5590> Acesso em 30 de março de 2020

ROSS, Nicholas. Authority, legitimacy and support for armed groups: a case study of the Ejército Zapatista de Liberación Nacional. **Civil Wars**. DOI: 10.1080/13698249.2019.1604934

SILVEIRA, Renata F. Apontamentos sobre as territorialidades zapatistas. In: **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**. São Paulo: PROLAM/USP, 2016. Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/SILVEIRA_SP01-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9ricaLatina.pdf f. Acesso em 15 agosto 2024

SPEED, S. Ejercer los derechos/reconfigurar la reistencia en las Juntas de Buen Gobierno zapatistas. In: **Luchas “muy otras”**. Zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas, de Bruno Baronnet, Mariana Mora Bayo y Richard Stahler-Sholk, número 16 de la Colección Teoría y Análisis de la DCSH de la UAM-Xochimilco, 2011.

WALSH, C. Pensamiento critico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas. **Revista da UASB**. n. 16, 2005. p. 12-32

WILLIAMS, Phill. Violent non state actors and national and international security. **International Relations and Security Network**. Zurich: ISN, 2008.

ZANATTA, L. **Historia de América Latina: de la colonia al siglo XXI**. Ed. Siglo XXI. 2012
Fontes:

EZLN. **Primeira Declaração da Selva Lacandona**. Chiapas, México. 01 de janeiro de 1994. Disponível em:



<https://www.dhnet.org.br/direitos/blocos/questaozapatista/primeiradeclaracao.html> Acesso em: 01 de junho de 2024.

EZLN. **Segunda Declaração da Selva Lacandona.** Chiapas, México. 01 de janeiro de 1994. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/blocos/questaozapatista/segundadeclaracao.html> Acesso em: 01 de junho de 2024.

EZLN. **Quarta Declaração da Selva Lacandona.** Chiapas, México. 01 de janeiro de 1994. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/blocos/questaozapatista/quartadeclaracaoselva.html> Acesso em: 01 de junho de 2024.

EZLN. **Quinta Declaração da Selva Lacandona.** Chiapas, México. 01 de janeiro de 1994. Disponível em: <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/lacandona5.htm> Acesso em: 01 de junho de 2024.



AS PROFESSORAS DO ITAMARATY: UMA PESQUISA QUANTITATIVA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA DOCÊNCIA DO INSTITUTO RIO BRANCO

Carolina Tombezi Moreira³¹;

Maria Clara Junqueira Franco³²;

Maria Fernanda Fonseca de Oliveira³³

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa desenvolve-se a partir de um estudo de caso, no qual visamos expor os dados processados que levantamos sobre a presença de docentes mulheres no Instituto Rio Branco (IRBr). A representação insuficiente de professoras na instituição é entendida como um dos indicadores de disparidade de gênero³⁴ dentro do Estado brasileiro e na elaboração da política externa brasileira, evidenciando a fundamentalidade dessa discussão para os estudos de gênero no âmbito das Relações Internacionais.

2 OBJETIVOS

O objetivo geral do artigo é coletar informações sobre as professoras do Itamaraty, de modo a fornecer base de dados acerca da presença feminina no IRBr. No que tange aos objetivos específicos: 1) Abranger o número – quantificação – de professoras; 2) Tecer uma análise comparativa em relação ao total de professores do sexo masculino; 3) Analisar o tempo de permanência na instituição e comparar com os mesmos dados dos docentes do sexo masculino.

³¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade de Lisboa (Ulisboa). <https://lattes.cnpq.br/0810874318025043>

³² Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <https://lattes.cnpq.br/4391631609051970>

³³ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <http://lattes.cnpq.br/6855588327469501>

³⁴ Elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos. (SCOTT, 1990).



3 PROBLEMA DE PESQUISA

O tema advém da curiosidade provocada por um questionamento feito por uma aluna, na disciplina de História das Relações Internacionais C, que questionou a pouca – ou quase nula – menção de mulheres no estudo das Relações Internacionais e da diplomacia brasileira. Nesse sentido, notou-se a necessidade de averiguar se as mulheres estavam devidamente presentes na formação dos futuros estadistas e formuladores de política externa do Brasil. Portanto, o problema da pesquisa gira em torno da pergunta “Onde estão as mulheres?”.

4 METODOLOGIA

A fim de responder o questionamento e melhor compreender a realidade da inserção das mulheres nesses cenários, tem-se como fontes primárias os Anuários do IRBr, e, como fontes secundárias, livros, teses e dissertações paralelos à temática, os quais foram grandes aliados da pesquisa.

Os Anuários são de autoria do próprio IRBr e suas informações são de total responsabilidade da instituição. Embora o centro de estudo tenha sido criado em 1945, o primeiro Anuário disponível é de 1951. É imprescindível ressaltar que, apesar de não existirem Anuários dos primeiros seis anos de existência do centro, as informações referentes aos profissionais que atuaram nesse período estão contidas no documento referente à 1951. Ademais, dos anos de 1991 a 2012 os anuários não foram produzidos, impossibilitando que informações a respeito do quadro profissional do Instituto fossem elaboradas nesse período, sendo retomados apenas em 2013, com a última edição disponível sendo a do ano de 2020. Desse modo, o recorte temporal adotado guiou-se pelas fontes primárias, abrangendo o período de 1945 a 1990 e 2013 a 2020 para conjecturar a análise.

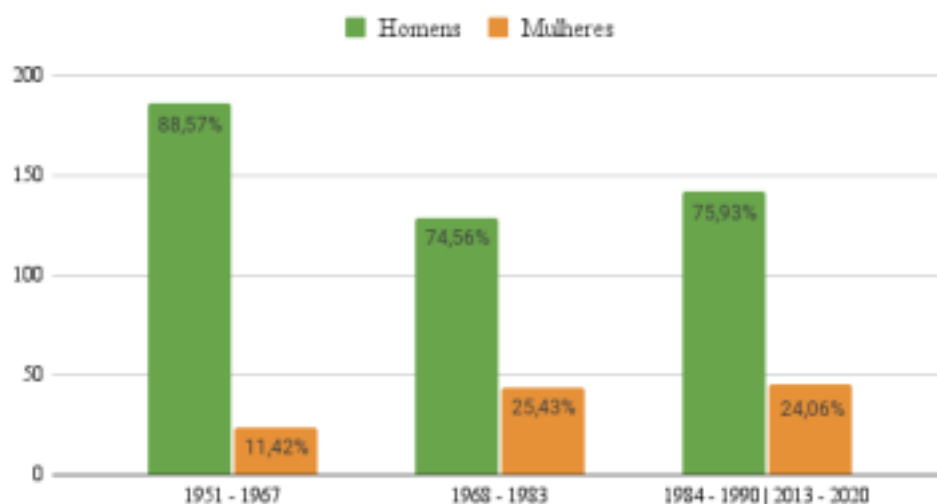
Dentre as fontes secundárias revisadas, pode-se destacar o livro “Mulheres Diplomatas no Itamaraty (1918-2011): Uma análise de trajetórias, vitórias e desafios”, do autor Guilherme José Roeder Friaça. Adicionalmente, observou-se também o documentário “Exteriores -Mulheres Brasileiras na Diplomacia”, desenvolvido pelo grupo Mulheres Diplomatas, que aborda as relações entre gênero e o Itamaraty.

5 DISCUSSÃO E RESULTADOS FINAIS

Após metódica análise dos Anuários, coletaram-se os seguintes dados principais: quantidade total de professoras mulheres, quantidade total de professores homens, tempo de permanência de professoras mulheres, tempo de permanência de professores homens, média dos tempos de permanência encontrados, quantidade de professoras mulheres por período, quantidade de professores homens por período. Após o processo de reunir tais informações, fez-se 3 gráficos principais e uma tabela complementar que escancarou a gritante desigualdade entre mulheres e homens docentes do IRBr.

O primeiro gráfico elucida a quantidade de professoras e professores separados por quatro períodos: de 1951 a 1967, de 1968 a 1983, de 1984 a 1990 e de 2013 a 2020. O hiato encontrado nos anos de 1991 a 2012 se dá pela falta de anuários desses anos.

Gráfico 1 - Quantidade de professoras e professores por período

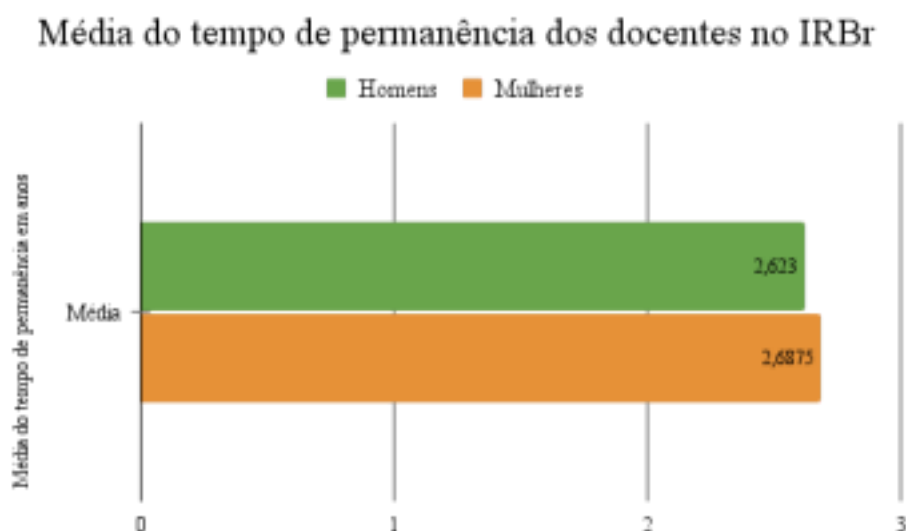


Fonte: Autoral, 2023.

Por meio dele, nota-se que o número de docentes homens sempre foi mais que o dobro do de mulheres, com 3,7 homens por mulher. Entre 1968 e 1983, houve um aumento

significativo de 20 mulheres no corpo docente, mas de 1984 a 1990 e de 2013 a 2020, apenas 1 mulher foi adicionada. Já entre os homens, houve uma incomum redução de 57 docentes de 1968 a 1983, seguida por um aumento de 13 de 1984 a 1990 e de 2013 a 2020. O segundo gráfico traduz a média do tempo de permanência das professoras e professores no IRBr:

Gráfico 2 - Média do tempo de permanência dos docentes no IRBr.



Fonte:

Autoral, 2023.

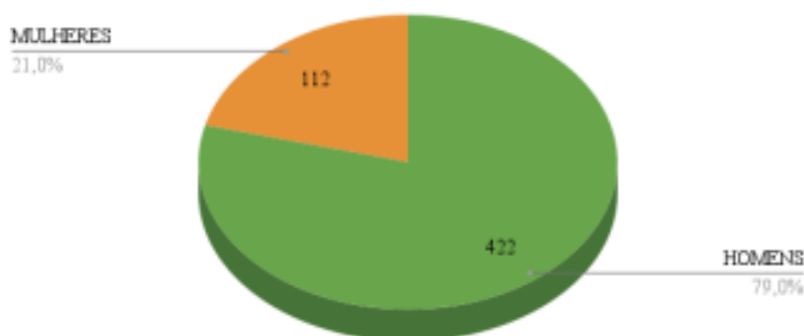
Apesar de estarem constantemente em menor número, a média de permanência das mulheres no IRBr foi de 2,6875 anos, levemente superior à dos homens, que foi de 2,623 anos, uma diferença de 0,0645 anos. Embora as médias sejam próximas, o cálculo da média revela que as mulheres permaneceram tanto ou mais tempo que os homens no IRBr. Contudo, quando analisou-se individualmente os dados encontrados, percebeu-se que havia um desvio padrão. Para demonstrar tal desvio, foi feita uma tabela que identifica quantas professoras e professores permaneceram durante determinado período de tempo no IRBr. Por meio dela, é possível perceber que 50% das mulheres ficaram apenas um ano no IRBr, já os homens que ficaram somente um ano na instituição representam 42,42% do total. Mas, dentre as mulheres,



houve uma grande exceção: a professora Sara Burkitt que lecionou 30 anos e alavancou a média de permanência feminina.

O terceiro e último gráfico, trata-se da comparação entre o total de professoras e professores do IRBr:

Gráfico 3 - Comparação entre o total de professores e professoras do IRBr³⁵



Fonte: Autoral, 2023.

Nota-se que o número total de professores que passaram pelo IRBr é massivamente superior ao número total de professoras. Os homens representam 79% do corpo docente, enquanto as mulheres apenas 21%. Temos 422 professores para 112 professoras, há uma discrepância de 310 homens a mais, sendo assim, as professoras representam pouco mais de um quinto da quantidade total de professores.

³⁵ No gráfico 1, o total de professores e professoras difere dos dados apresentados no gráfico 3 por causa da repetição de docentes por período. O gráfico 3 exclui os(as) professores(as) que se repetem e conta apenas a totalidade de docentes.



A partir dos dados coletados, utilizou-se dois conceitos principais para analisar a discrepância entre professoras e professores do IRBr, são eles: segregação horizontal e segregação vertical. A segregação horizontal diz respeito à distribuição de homens e mulheres em distintos setores do mercado de trabalho em função de obstáculos formais e informais, relacionados a seu gênero. Já a segregação vertical refere-se a uma divisão de cargos entre homens e mulheres, no mesmo setor, que coloca as mulheres em posições subordinadas aos homens, sendo poucas as que conseguem transcender as barreiras impostas e ocupar cargos de maior nível hierárquico (RESKIN; PADAVIC, 1994; COLLINSON, 1992).

Desse modo, é possível perceber que as professoras do IRBr sofrem com ambos os tipos de segregação, tendo o acesso ao cargo dificultado e ocupando posições hierarquicamente inferiores aos professores do Instituto. Ocorre uma clara genderização do trabalho (FAGAN; BURCHELL, 2002), promove-se uma disparidade causada pela designação do gênero das(os) docentes, e o Itamaraty não revoluciona essas relações, nem demonstra interesse em adotar políticas para conter tal desigualdade. Infortunadamente, as mulheres seguem sub-representadas no IRBr e ainda precisam reivindicar seu espaço na instituição.

Analizados os Anuários, notou-se a grande disparidade entre o número de professoras e professores no IRBr, como indicado nos gráficos deste artigo. Ao longo dos recortes temporais adotados, da totalidade do quadro docente, 79% eram homens e apenas 21% eram mulheres. Entre os anos de 1951 a 1967, 88,57% do corpo docente era formado por homens e meramente 11,42% era constituído por mulheres. Já entre 1968 e 1983, os professores eram 74,56% do total e as professoras apenas 25,43%. No último período delimitado, de 1984 a 1990 e 2013 a 2020, homens e mulheres representavam 75,93% e 24,06%, respectivamente.

Palavras-chave: Instituto Rio Branco. Mulheres. Docência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Felipe Pessanha de. **A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. *Online*. Disponível em:



[https://www.bing.com/ck/a?!&&p=9491df4ab9b0f461JmltdHM9MTY5ODM2NDgwMCZpZ3VpZD0wZWZjNGYxOC04MGM2LTZmNTMtMjlkNi01YzY1ODExYjZlNmEmaW5zaWQ9NTE4NQ&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=0efc4f18-80c6-6f53-29d6-5c65811b6e6a&psq=ALMEIDA%2c+Felipe+Pesanha+de.+A+Secretaria+de+Estado+dos+Neg%c3%b3cios+da+Guerra+\(1821-1889\).+Rio+de+Janeiro%3a+Arquivo+Nacional%2c+2013.+\(S%c3%a9rie+Cadernos+Mapa%3b+n.+6\).&u=a1aHR0cDovL21hcGEuYW4uZ292LmJyL2luZGV4LnBocC9wdWJsaWNhY29lc3sYXlvdXQ9JmlkPTQ3MA&ntb=1](https://www.bing.com/ck/a?!&&p=9491df4ab9b0f461JmltdHM9MTY5ODM2NDgwMCZpZ3VpZD0wZWZjNGYxOC04MGM2LTZmNTMtMjlkNi01YzY1ODExYjZlNmEmaW5zaWQ9NTE4NQ&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=0efc4f18-80c6-6f53-29d6-5c65811b6e6a&psq=ALMEIDA%2c+Felipe+Pesanha+de.+A+Secretaria+de+Estado+dos+Neg%c3%b3cios+da+Guerra+(1821-1889).+Rio+de+Janeiro%3a+Arquivo+Nacional%2c+2013.+(S%c3%a9rie+Cadernos+Mapa%3b+n.+6).&u=a1aHR0cDovL21hcGEuYW4uZ292LmJyL2luZGV4LnBocC9wdWJsaWNhY29lc3sYXlvdXQ9JmlkPTQ3MA&ntb=1). Acesso em: 14 out. 2023.

AMPARO, G. Almeida Santos Do; MOREIRA, J. Bertino. A diplomacia não tem rosto de mulher: o Itamaraty e a desigualdade de gênero. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S. l.], v. 22, 2021. DOI: 10.20889/M47e22001. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/32441>. Acesso em: 19 out. 2023.

ARQUIVO NACIONAL. **Alvará pelo qual é Vossa Majestade servido criar três secretarias de Estado, de 28 de julho de 1736**. Fundo Diversos Códices, código 796, v. 2, fls. 19-21. Acesso em: 17 out. 2023.

ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DIPLOMATAS BRASILEIRAS. Nota Pública. **Mulheres são apenas 12,7% das designações para chefia de missões diplomáticas da atual gestão do Itamaraty**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://mulheresdiplomas.org/documentos-oficiais>. Acesso em: 14 out. 2023.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0Bwm3dI13n5jIMDQwNTBlOTEtZGUzOC00OGZhLWJkNjAtMjFmNTU0ZGQxMmZk/edit?resourcekey=0-Qo0Cb_36oyyXon75XELU4w. Acesso em: 15 out. 2023.

BRANDÃO, Luciana [et.al]. As Mulheres No Itamaraty: As Reformas Do Ministério Das Relações Exteriores à Luz Da Teoria Feminista. **Monções 6.11 (2017): 281-304**. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_d96669ab5c904a28ad317a884299a1c0. Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 out. 2023



BRASIL. **Decreto lei nº 11.357, de 1º de janeiro de 2023.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Relações Exteriores e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11357.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Decreto lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945.** Dispõe sobre a criação do IRBr e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7473.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Decreto lei nº 791, de 14 de outubro de 1938.** Reorganiza o Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-791-14-outubro-1938-350339-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Decreto lei nº 23, de 30 de outubro de 1891.** Reorganiza os serviços da Administração Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-23-30-outubro-1891-507888-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASIL. **Decreto lei nº 9.202, de 26 de abril de 1946.** Dispõe sobre pessoal do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9202-26-abril-1946>. Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. **Decreto lei nº 2.171, de 18 de janeiro de 1954.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2171-18-janeiro-1954-361602-norma-atualizada-pl.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%202.171%2C%20DE%2018%20DE%20JANEIRO%20DE,par%C3%A1grafo%204%C2%BA%2C%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%2C%20a%20seguinte%20Lei%3A>. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14600.htm. Acesso em: 24



out. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Anuário**. Brasília: gov.br, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/instituto-rio-branco/anuario>. Acesso em: 23 out. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, 1990. *Online*. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=75b458587627f1e1JmltdHM9MTY5ODM2NDgwMCZpZ3VpZD0wZWZjNGYxOC04MGM2LTZmNTMtMjlkNi01YzY1ODExYjZlNmEmaW5zaWQ9NTIwNg&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=0efc4f18-80c6-6f53-29d6-5c65811b6e6a&psq=BUTLER%2c+Judith.+Prob+lemas+de+G%3%aanero%3a+Feminismo+e+subvers%3%a3o+da+identidade.+Rio+de+Janeiro%2c+1990.&u=a1aHR0cHM6Ly9kcml2ZS5nb29nbGUuY29tL2ZpbGUvZC8xdE9LbjZvTVRhX3NqOUYzVzdrTEFkV3ZwOVUtNGJoRF8vdmlldz91c3A9c2hhcmZw&ntb=1>. Acesso em: 24 out. 2023.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **História da Organização do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, Editora UnB, 1983. 591 p. ilust. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/36186>. Acesso em: 20 out. 2023.

COLLINSON, David. **Managing the Shopfloor: Subjectivity, Masculinity, and Workplace Culture**. Berlin: Walter Gruyter, 1992. Disponível em: (PDF) Managing the Shop Floor: Subjectivity, Masculinity and Workplace Culture (researchgate.net) Acesso em: 24 out. 2023.

Dicionário Online de Português. 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 13 jun 2024.

EXTERIORES: Mulheres na Diplomacia Brasileira (2019). 1 vídeo (52 min). Direção geral de Ivana Diniz e roteiro de Ana Beatriz Nogueira. Publicado na plataforma *Vimeo*. Disponível em: <https://vimeo.com/303550770>. Acesso em: 24 out 2023.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Disponível em: https://www.bing.com/search?q=FACHIN%2C+O.+Fundamentos+de+Metodologia.+5+ed.+São+Paulo%3A+Saraiva%2C+2005.&cvid=61d158f914cf4b0b98380604c35dd20f&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUqBggAEEUYOzIGCAAQRRg70gEHNjY3ajBqNKgCALACAA&FORM=ANAB01&PC=NMT. Acesso em: 21 out. 2023.



FAGAN, Collin; BURCHELL, Brendan. Gender, Jobs and Working Conditions in the European Union. Dublin: EFILW, 2002. Disponível em: <https://www.eurofound.europa.eu/en/publications/2012/gender-jobs-and-working-conditions-european-union>. Acesso em: 24 out. 2023.

FRIAÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres Diplomatas no Itamaraty (1918-2011):** Uma análise de trajetórias, vitórias e desafios. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. *Online*. Disponível em: [https://www.bing.com/ck/a?!&&p=3b518424a6ca0619JmltdHM9MTY5ODM2NDgwMCZpZ3VpZD0wZWZjNGYxOC04MGM2LTZmNTMtMjlkNi01YzY1ODExYjZlNmEmaW5zaWQ9NTE4OQ&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=0efc4f18-80c6-6f53-29d6-5c65811b6e6a&psq=Mulheres+Diplomatas+no+Itamaraty+\(1918-2011\)%3a+Uma+an%C3%A1lise+de+trajet%C3%B3rias%2c+vit%C3%B3rias+e+desafios%280%9d&u=a1aHR0cHM6Ly9mdW5hZy5nb3YuYnIvYmliGlvdGVjYS9kb3dubG9hZC9taW9sby1tdWxoZXJlcy1kaXBsb21hdGFzLW5vLWI0YW1hcmF0eS5wZGY&ntb=1](https://www.bing.com/ck/a?!&&p=3b518424a6ca0619JmltdHM9MTY5ODM2NDgwMCZpZ3VpZD0wZWZjNGYxOC04MGM2LTZmNTMtMjlkNi01YzY1ODExYjZlNmEmaW5zaWQ9NTE4OQ&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=0efc4f18-80c6-6f53-29d6-5c65811b6e6a&psq=Mulheres+Diplomatas+no+Itamaraty+(1918-2011)%3a+Uma+an%C3%A1lise+de+trajet%C3%B3rias%2c+vit%C3%B3rias+e+desafios%280%9d&u=a1aHR0cHM6Ly9mdW5hZy5nb3YuYnIvYmliGlvdGVjYS9kb3dubG9hZC9taW9sby1tdWxoZXJlcy1kaXBsb21hdGFzLW5vLWI0YW1hcmF0eS5wZGY&ntb=1). Acesso em: 19 out. 2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2019.

GÔMES, Sônia. In: PORTAL GELEDÉS. **Itamaraty cria comitê pela igualdade de gênero e raça**. [S.l.], 20/09/2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/itamaraty-cria-comite-pela-igualdade-de-genero-e-raca/>. Acesso em: 20 out. 2023.

MARTINS, Ana Canas Delgado. **Governança e arquivos: D. João VI no Brasil**. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2006. *Online*. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=0dd8a700482b5be3JmltdHM9MTY5ODM2NDgwMCZpZ3VpZD0wZWZjNGYxOC04MGM2LTZmNTMtMjlkNi01YzY1ODExYjZlNmEmaW5zaWQ9NTIzMw&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=0efc4f18-80c6-6f53-29d6-5c65811b6e6a&psq=MARTINS%2c+Ana+Canas+Delgado.+Governa%C3%A7%C3%A3o+e+arquivos%3a+d.+Jo%C3%A3o+VI+no+Brasil.+Lisboa%3a+Instituto+dos+Arquivos+Nacionais%2fTorre+do+Tombo%2c+2006.+&u=a1aHR0cHM6Ly9sb2phL>



mRnbGFILmdvdi5wdC9nb3Zlcm5hJUMzJUE3JUMzJUEzby1lLWFycXVpd m9zLWQ tam8l QzMlQT NvLXZpLW5vLWJyYXNpbA&ntb=1. Acesso em: 18 out. 2023.

NUNES, Cristina. **O conceito de movimento social em debate:** dos anos 60 até à atualidade. Sociologia, Problemas e Práticas [Online], 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/1596>. Acesso em: 26 out. 2023.

RESKIN, Barbara F., PADAVIC, Irene. **Women and Men at Work.** SAGE Publications, Feb 14, 1994. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/3435?lang=en>. Acesso em: 22 out. 2023.

SÍGOLO, Vanessa Moreira; GAVA, Thaís; UNBEHAUM, Sandra. **Brasil - Equidade de gênero na educação e nas ciências:** novos desafios no Brasil atual. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/jgB4hTT5v4S8q5F9kcPLVMn/>. Acesso em: 21 out. 2023.

UFSC. Tecnologias Digitais no Letramento Estatístico. **Tópico IV – Desvio Padrão.** Disponível em: <https://sgmd.nute.ufsc.br/content/especializacao-cultura-digital/letramento-estatistico/pagina-16.html>. Acesso em: 18 out. 2023.



ONTOLOGIAS INSURGENTES PARA PENSAR A POLÍTICA E A SOCIEDADE INTERNACIONAL - CORPOS/POVOS-TERRITÓRIOS DE ABYA AYALA/AFRO/LATINO AMÉRICA

Letícia Garroni Moreira Franco³⁶

1 INTRODUÇÃO

O artigo "Ontologias Insurgentes para Pensar a Política e a Sociedade Internacional: Corpos/Povos-Territórios de Abya Ayala/Afro/Latino-América" explora as formas como a decolonialidade e a contra-colonialidade podem contribuir para uma compreensão crítica e ação libertadora dos povos do Sul Global frente a dinâmica hegemônica da política e da sociedade internacional, especificamente no que diz respeito às práticas e discursos de desenvolvimento. Diante essa problemática, afirmam-se ontologias insurgentes e modos de vida alternativos que desafiam as monoculturas impostas pela modernidade/colonialidade.

Adoto como marco teórico os estudos da modernidade/colonialidade/decolonialidade e me alicerço metodologicamente na analítica proposta por Enrique Dussel (1994), em que a metodologia é construída a partir das experiências vividas dos sujeitos negados e produzidos como ausentes na modernidade e na afirmação da condição de “exterioridade” que se revela, se auto-apresenta e se afirma. A construção do raciocínio ainda se dá conjuntamente com a abordagem multiescalar caracterizada por Walter Mignolo (2003), evidenciando como

³⁶ Pós Doutoranda em Política e Sociedade Internacional pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Direitos Humanos, Processos de Integração e Constitucionalização do Direito Internacional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2021). Mestre em Direitos Humanos, Processos de Integração e Constitucionalização do Direito Internacional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2016). Possui graduação em Bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (2012) e graduação em Bacharelado em Filosofia pela Faculdade Católica de Pouso Alegre (2010). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito Internacional (GEPDI) na linha de pesquisa de Direito Internacional Crítico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Assessora Jurídica Plena no Grupo de Estudos e Pesquisa Socioambientais (GEPSA/UFOP).



histórias locais e projetos globais se conformam reciprocamente.

Em um primeiro momento realizo o esforço reflexivo em compreender as raízes da ideia de desenvolvimento, assim, contextualizando-o na Modernidade-totalidade, e a sua face ocultada a colonialidade. O que permite identificar o eurocentrismo e seu componente concomitante a “falácia desenvolvimentista” (DUSSEL, 1994) como princípio germinativo (*asili*) (MARIMBA ANI, 1994) da modernidade-totalidade que traz intrinsecamente percepções sobre: o tempo, o espaço e o “outro”; e que passa a se manifestar transversalmente nas diversas esferas estruturais, ao mesmo tempo em que cria o centro e a periferia do sistema mundo moderno-colonial.

A partir disto passo a refletir especificamente sobre os modos como os mecanismos jurídico-político rearticulam as experiências do Sul Global, por meio das noções de ordem, soberania, Estado e desenvolvimento.

Por fim, a partir da ideia de se observar a realidade a partir “de baixo”, trago alternativas insurgentes a partir da identificação dos corpos/povos-territórios de Bem Viveres e suas ontologias relacionais para pensar a política e a sociedade Internacional, que podem nos possibilitar caminhos para reconstrução da relação global-local em termos de inter territorialização e complementariedade.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa se estruturou em torno de três principais questões: i) - a crítica à "falácia desenvolvimentista" em termos ontológico e epistemológico; ii) - análise do direito internacional como mecanismo jurídico-político de perpetuação das desigualdades globais; iii) - como outras cosmopercepções podem se articular em temas de organização sócio- jurídico política-econômica?

Assim a decolonialidade permitiu perceber que o próprio sentido de desenvolvimento se revela de forma mais profunda, não só como um imperativo global da segunda metade do século XX, ou apenas como uma perspectiva desenvolvimentista de história. Ao constatar a concomitância entre eurocentrismo e falácia desenvolvimentista, a falácia desenvolvimentista



como uma posição ontológica no sentido de Dussel (1994) e em diálogo com as proposições de Marimba Ani (1994) na identificação dos elementos que con-formam uma cultura, *asili*, *utamawazo* e *utamahoho*, consegui perceber que a modernidade carrega como princípio germinativo (*asili*) percepções sobre: o tempo, o espaço e o “outro”. Por isso considerei o eurocentrismo e o triplo sentido da falácia des-envolvimentista, triplo sentido, pois se refere às dimensões da *asili*, do *utamawazo* e do *utamahoho*.

A modernidade vai se revelando como uma “cosmofobia” que destrói ou oculta concepções outras sobre o tempo, a relação com a natureza e os territórios, a relação com a diversidade, a relação com o espiritual, formas outras de organização social e econômica, toda essa “cosmofobia” vai sendo marcada nos corpos, nos povos, nos territórios e na natureza. Assim, a *asili* eurocêntrica, a qual eu identifico como a falácia desenvolvimentista, passa a gerar, determinar e limitar a possibilidade criativa dentro da sociedade moderna colonial em termos de “des-envolvimento”. O desenvolvimento, portanto, é antes de tudo “desenvolvimento” dos seres humanos de uma visão orgânica de mundo passando para uma visão sintética (BISPO, 2015) em que a condição de humanidade se afirma pelo abandono do corpo, pela capacidade de apropriação racional do espaço e da natureza enquanto recurso e pela imposição sobre o “outro”, isto é não há envolvimento com a diversidade dos elementos que constituem a vida.

Diante disso o des-envolvimento e seus elementos de tempo, espaço e o “outro”, passam a se manifestar na concretude da realidade nos âmbitos:

- i) Da formação das subjetividades; o outro como não-ser, ausência, impossibilidade, morte;
- ii) Das relações intersubjetivas, quebra dos afetos, quebra da comunidade e enunciação do indivíduo, o outro aparece como corpo oprimido e explorado;
- iii) Do conhecimento, a afirmação de diversas divisões radicais entre mente e corpo; o sagrado, o homem e natureza; indivíduo e comunidade. A afirmação da razão que considera o outro como ignorância, selvageria;



iv) Na formação e funcionamento das estruturas econômicas, o capitalismo centro periferia alicerçado nos racismos e nos extrativismos;

v) Na estrutura política - jurídica: o Estado-Nação como elemento homogeneizador a partir da delimitação de um território em termos de fronteiras e vinculado à noção de propriedade, a construção das nacionalidades, e da soberania em seu duplo sentido: interno e externo. E o Direito Moderno como totalidade excludente determinado por um específico modus operandi “monismo jurídico – por parte das hegemonias políticas”. (FAGUNDES, 2015).

Todas essas dimensões passam a condicionar e serem condicionadas umas pelas outras em uma relação heterárquica. Assim, para o propósito do trabalho, evidenciam-se as maneiras pelas quais, o que identifiquei enquanto falácia desenvolvimentista, opera na modernidade colonialidade. Em que torna possível des-ocultar os pressupostos ativamente ocultados do (e no) ato de produzir conhecimento, ao mesmo tempo em que revela a relação entre o estabelecimento de não-conhecimentos e não-seres com as noções de progresso, civilização e desenvolvimento. Assim, a decolonialidade permitiu expor: i) as relações imbricadas entre conhecimento, história, poder e direito; ii) a construção da “narrativa desenvolvimentista” do Norte Global e a criação do Sul Global; iii) e a visualização da dinâmica do sistema-mundo moderno-colonial em que os âmbitos internacional e nacional/local são conformados conjuntamente. Demonstrando a interligação entre eles, permeada pela “falácia desenvolvimentista” nas diversas esferas estruturais que passa a criar o centro e a periferia do sistema mundo moderno-colonial. O que nos faz perceber que a política, o direito e desenvolvimento passam a adquirir sentidos distintos para o Norte Global e o Sul Global. O que me faz concluir que só é possível refletir sobre política, direito e desenvolvimento, considerando-os no arcabouço da modernidade-totalidade.

A partir disto, fiz um esforço em apresentar estratégias contra-hegemônicas que confrontam a falácia desenvolvimentista e que se atentam para a dinâmica global - local. Assim, a partir da ideia de observar a realidade “de baixo”, como nos aponta Rajagopal e Eslava, se torna possível lidar de formas outras com o encontro dessas duas esferas. O que nos



abre a possibilidade de compreender essa dinâmica a partir dos sujeitos políticos ausentes na própria constituição das sociedades colonizadas. A partir de perspectivas que confrontam a manutenção das colonialidades, que estão historicamente localizadas, situadas e desde como percepções outras, contra-hegemônicas. Tendo isto em vista, foquei na perspectiva local como lugar de potencialidade para a reconstrução da relação entre política, direito e desenvolvimento.

Por fim, parti da afirmação da exterioridade da modernidade, guiada pela pergunta: como percepções outras podem se articular em temas de organização sócio- jurídico política-econômica? Para isso frisei as noções de distinções e semelhanças, a partir da analítica dusseliana, que nos oportuniza o entendimento da complexidade da realidade em termos de diversidade e complementariedade e não do binômio identidade e diferença. A partir disto, situada em Abya Ayala/Afro/Latino América trouxe elementos comuns que emergem das lutas na região. Optei por trazer alguns elementos, pois cada corpo/povo-território interpreta a si mesmo, se autodenomina a partir de seu próprio universo de percepção e sentido para o mundo e traz intrinsecamente um projeto de vida a partir de suas especificidades. Assim, a apresentação dos elementos se deu conjuntamente com a reflexão sobre quais aspectos da totalidade eles tencionam.

Identifiquei a própria noção do que passei a chamar de “corpos/povos territórios” na tentativa de conseguir expressar a diversidade da afirmação ontológica distinta, sócio-histórica-cultural dos sujeitos oprimidos e explorados pela modernidade-colonialidade em Abya Ayala/Afro/Latino America.

As lutas de corpos/povos-territórios indígenas, quilombolas, camponeses, entre outros em termos de “lutas ontológicas” no sentido de Escobar (2014) são lutas que confrontam a ontologia dualista, o desenvolvimentismo ontológico enquanto falácia desenvolvimentista, que confrontam o “ser” único do mundo moderno-colonial. Em que resistência passa a ser re

existência (PORTO GONÇALVES, 2006), que deixa de ser uma luta contra algo e passa a ser uma luta a favor de algo, da existência em sua pluralidade, da vida. Isto traz contribuições importantes no sentido das transições econômicas, políticas, jurídicas,



ecológicas e culturais para a pluriversalidade, que enfrentam as diversas crises produzidas pela ontologia desenvolvimentista, monológica, monocultural, da modernidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a libertação dos povos do Sul Global só pode ser alcançada por meio de uma revolução da dimensão ontológica. A decolonialidade e a contra-colonialidade oferecem um caminho para essa transformação, permitindo a criação de novos espaços de poder e contrapoderes sociais que rompem com a hegemonia do Estado-nação moderno. O reconhecimento dos corpos/povos-territórios como sujeitos políticos e a valorização de suas onto-epistemologias relacionais abrem caminhos para se pensar a política e a sociedade internacional de modos que tornam possíveis a superação das limitações do paradigma moderno-colonial, podendo promover parâmetros de justiça social que se alicerçam na pluralidade de modos de vida.

As alternativas são pensadas no plural, pois, o propósito não é apresentar uma alternativa totalizante, mas evidenciar a necessária proposição de múltiplas alternativas holísticas que partam das realidades locais e que se entrelaçam e se articulam entre si, objetivando a construção de relações multiescalares pautadas pela complementariedade, interculturalidade e, em última instância pela vida em sua diversidade. Alternativas que se constroem nas confluências de alternativas sistêmicas que confrontem a colonialidade global.

Palavras-chave: Pensamento Decolonial; Contra-colonial; Ontologias Insurgentes; Alternativas ao Desenvolvimento.

REFERÊNCIAS:

AFONSO, Henrique Weil. **A reconstrução histórica da diversidade no direito internacional**. Alexandre Bernardino Costa, José Luiz Quadros de Magalhães (org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

ANGHIE, Antony. **Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law**. New York: Cambridge University Press, 2004.



ANI, Marimba. Yurugu. **Uma crítica africano-centrada do pensamento e comportamento cultural europeu**. Trenton, Africa Word Press, 1994. Disponível em: <https://estahorareall.wordpress.com/2015/08/07/dr-marimba-ani-yurugu-uma-criticaafricano-centrada-do-pensamento-e-comportamento-cultural-europeu/>.

BORDA, Orlando Fals. **Una sociología sentipensante para América Latina**. México-DF: Siglo XXI; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

CAJIGAS-ROTUNDO, Juan Camilo. Ontoepistemologías indígenas. **Tabula Rasa**. Bogotá, n. 26, enero/jun. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39652540007>.

DAMASCENO, Gabriel Pedro Moreira. Direito Internacional Descolonial: Diálogos entre as TWAIL e o pensamento descolonial. In: Revista de Direito Público. Brasília, Volume 19, n. 104, out./dez. 2022

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1996.

DUSSEL, Enrique. Una década argentina (1966-1976) y el origen de la “filosofía de la liberación”. In: DUSSEL, Enrique. **Historia de la filosofía y filosofía de la liberación**. Bogotá: Nueva America, 1994b.

ESCOBAR, Arturo. **Desde abajo, por la izquierda u con la tierra**. 2014

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la Tierra: las luchas territoriales y la dimensión ontológica de las epistemologías del Sur. **Revista de Antropología Iberoamericana**, Madrid, v. 11, n. 1, p. 11-32, enero/abr. 2016.

ESLAVA, Luis. **Local space, global life: the everyday operation of international law and development**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

ESLAVA, Luis; PAHUJA, Sundhya. **The State and International Law: a Reading from the Global South. Humanity: an international journal of human rights, humanitarianism and development**, v. 10, special issue Technologies of Stateness, 2019. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3161211.

FAGUNDES, Lucas Machado. **Juridicidades Insurgentes: elementos para o pluralismo jurídico de libertação latino-americano**. 2015, 791f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina,



Florianópolis, 2015.

FRANCO, Letícia Garroni Moreira. **Alternativas decoloniais ao Des-envolvimento, caminhos entre o global e o local a partir de baixo: Corpos/povos-territórios de Bem Viveres**. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2021

FUKURAI, Hiroshi. Fourth World Approaches to International Law (FWAIL) and Asia's Indigenous Struggles and Quests for Recognition under International Law. **Asian Journal of Law and Society**, v. 5, n. 1, p. 221-231, 2018.

GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. cap. 5, p.174-212.
HAESBART, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**: Revista do programa de pós-graduação em geografia, Niterói, v. 22, n. 48, p. 75-90, jan./jun. 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global**: dilemas de la región y de la regionalización en la geografía contemporánea. Buenos Aires: CLACSO, 2019.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. Série Vozes da Floresta – **A aliança dos Povos da Floresta de Chico Mendes a nossos dias**, 2020. Youtube: [www.youtube.com](https://www.youtube.com/watch?v=KRTJIh1os4w). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KRTJIh1os4w>.

MARTINS, Leda Maria. A oralitura da memória. *In*: FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). **Brasil afro-brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MIGNOLO, Walter. **Historias locais/ diseños globales**: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

MIRANDA, Eduardo O. **Corpo-território & educação decolonial**: proposições afro brasileiras na invenção da docência. Salvador: Edufba, 2020.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Filosofia da ancestralidade**: corpo e mito na filosofia da



educação brasileira. Curitiba: Gráfica Popular, 2007.

OYEWUMI, Oyeronké. **La invención de las mujeres**: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá: Editorial en la frontera, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino americana e caribenha. In: CECENÇA, Ana Esther (org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Bem viver entre o desenvolvimento e a decolonialidade. **Revista da Faculdade de Direito UFG**, [Goiânia] v. 37, n. 1, p. 46-57, jan./ jun. 2013.

RAJAGOPAL, Balakrishnan. **International law from below**: development, social movements and Third World Resistance. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Entrevista com Antônio Bispo dos Santos. [Entrevista cedida a Thiago Mota Cardoso] **Coletiva**, 4 abr. 2020. Disponível em: <https://www.coletiva.org/entrevista-antonio-bispo>.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Saberes Tradicionais**. UFMG: Mestras e Mestres, 2018. Disponível em: <https://www.saberestradicionais.org/antonio-bispo-dos-santos/>.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **Encantamento**: sobre política de vida. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

SOLON, Pablo. Algumas reflexões, autocríticas e propostas sobre o processo de mudança na Bolívia. In: LEITE, José Correa; UEMURA, Janaína; SIQUEIRA, Filomena (org.). **O eclipse do progressismo**: a esquerda latino-americana em debate. São Paulo: Elefante, 2018.

SQUEFF, Tatiana de A. F. R. Cardoso; DAMASCENO, Gabriel Pedro Moreira. Descolonizar o Direito Internacional em prol de múltiplas miradas: entre desmistificações e ressignificações. In: **Direitos humanos em múltiplas miradas** [livro eletrônico] / Gabriel Antonio Silveira Mantelli, Laura Degaspere Monte Mascaro, (organizadores). -- São Paulo: Escola Superior de Advocacia da OAB SP, 2021.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniais**: práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Tomo I. Série Pensamiento decolonial. [Quito]: Abya-Yala, 2012.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula rasa**, n. 9, p. 131-152, 2008.



WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas**, v. 5, n. 1, 2019.

WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo jurídico: um referencial epistêmico e metodológico na insurgência das teorias críticas no direito. **Revista direito e práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 2711-2735, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rdp/v10n4/2179-8966-rdp10-4-2711>.



NACIONALISMO NEOLIBERAL SUBALTERNO: ANÁLISE DO DISCURSO PATRIÓTICO BOLSONARISTA, E SEUS EFEITOS PARA AS POLÍTICAS DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Pablo Magno Hernandez Gomes de Moraes³⁷

Atritos entre nação e povo no contexto brasileiro

Quando se pensa sobre a emancipação do Sul Global, a problemática do Estado-nação e do nacionalismo é algo frequentemente circundado, mas raramente abordado com profundidade. Reside nessa problemática uma contradição, perceptível especialmente por seu recorte de classes, entre o ideário patriótico e os diversos povos, parcelas populares e movimentos sociais de emancipação que precisaram ser erradicados para a construção desse ideário. No contexto do Brasil, ninguém resumiu melhor essa contradição do que o sociólogo Clóvis Moura, que em um artigo publicado em 1990 escreveu:

Defender a Pátria é, historicamente, esmagar a República de Palmares; é esmagar a República Pernambucana de 1817; a Inconfidência Baiana; a Sabinada; a Cabanagem; a Balaiada; Canudos e Contestado; os Mukers; as revoltas escravas; a Revolução Praieira; o movimento da Aliança Nacional Libertadora e os guerrilheiros do Araguaia. [...] Em um programa na TV Cultura de São Paulo, do qual participamos, o repórter de rua perguntou a uma criança “o que era Pátria”. Ela respondeu: - a parada do dia, os soldados marchando... Ora, de fato, para uma criança do Brasil, carente de educação, alimentação, família estável, bem-estar e lazer, a Pátria somente se materializa no dia 7 de setembro, através de uma demonstração de força militar. [...] É apenas uma ficção, pois os seus indicadores concretos são concedidos aos privilegiados, ficando para os pobres apenas uma pátria simbólica. (Moura, 2020, p. 9)

Essa tensão entre os campos políticos representantes das classes populares e dominantes na história do Brasil tem se exacerbado devido à onda conservadora dos últimos anos. Especificamente, o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) representou um divisor de águas no que se refere ao discurso patriótico no Brasil, e seu uso pela extrema-direita. A construção da identidade nacional, enquanto um aparato ideológico de Estado, utilizado para se atingir certos objetivos políticos (Althusser, 1971) tem sido

³⁷ Instituto de Ciência Política (IPOL)/ Universidade de Brasília (UnB) .



mobilizada no sentido de gerar engajamento da população para um projeto político distintamente antipopular e antinacional.

Com fortes bases nas parcelas conservadoras e cristãs fundamentalistas da população, o governo Bolsonaro se caracterizou por sua retórica racista e sexista. Sua negligência proposital com relação à degradação ambiental e a pandemia do coronavírus resultou na morte de centenas de milhares de brasileiros, em especial, membros da população indígena e periférica. O bolsonarismo, enquanto movimento que transcende a figura do ex-presidente, encaixa-se facilmente na “onda neofascista” crescente das últimas décadas.

Governo Bolsonaro: neofascismo e subalternidade

Aplica-se o rótulo de neofascista aos movimentos ultra patrióticos e ultraconservadores que, diferentes do fascismo original dos anos 1920, não se opõem diretamente aos ideais do liberalismo clássico. Em vez disso, visam uma adesão completa à oligarquização da sociedade que advém das instituições e dos valores do neoliberalismo, a atual face das economias mundiais de mercado. Assim, a pauta conservadora e patriótica surge como uma ferramenta auxiliar às demandas da atual fase do capitalismo global: menor regulação do mercado, das relações trabalhistas, da exploração dos recursos ambientais, etc. (Brown, 2019)

A retórica nacionalista mobilizada por esse projeto político padece de intensa incoerência. Um país agrário-exportador, com um passado colonial e imensamente subordinado aos interesses econômicos das grandes potências, a conservação da ordem, no contexto brasileiro, executada pelo projeto bolsonarista, não simbolizou um engrandecimento da “pátria”, mas sua contínua subordinação econômica e cultural enquanto nação pertencente ao Sul Global. (Berringer, Maringoni, Schutte; 2021)

A fim de examinar essas contradições, a análise da conexão entre o discurso ultrapatriótico e o desmonte das políticas de erradicação da pobreza demonstra-se um bom passo inicial. Isso porque, em sua raiz, o bolsonarismo é uma ideologia excludente, e sua idealização do povo brasileiro é uma em que a diversidade que o compõem seja apagada. Portanto, um estudo crítico desse discurso nacionalista, alinhado a uma perspectiva de



superação da subalternidade, deve ter como seu principal foco os alvos desse apagamento, e as consequências materiais desse discurso em suas vidas.

Proposta de pesquisa e resultados esperados

Almejamos com esse projeto de pesquisa ampliar a compreensão dos efeitos da onda neoconservadora no Brasil, com um foco em seu discurso patriótico, presente na construção da identidade nacional proposta pelo bolsonarismo. Para isso, será utilizada a metodologia da Análise Crítica do Discurso, estruturada em três etapas:

1) Análise de conjuntura: reflexão sociológica sobre o patriotismo brasileiro. Essa análise será desenvolvida a partir dos conceitos de nação e nacionalismo presentes no texto *Imagined Communities, Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (Anderson, 1991), assim como a teorização do conservadorismo neoliberal presente em *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente* (Brown, 2019). Combinaremos essas teorias com os marcos teóricos de pensadores brasileiros, em especial os textos *Racismo e Luta de Classes no Brasil* (Moura, 2020) e *Introdução à Revolução Brasileira* (Sodré, 1978), além de fundamentações históricas e sociológicas de autores(as) não citados que se demonstrarem relevantes.

2) Análise do discurso: envolve a interpretação de dos textos que servirão como representação do bolsonarismo, com foco principal nos discursos do ex-presidente Bolsonaro, arquivados na Biblioteca da Presidência da República. As obras *Critical Discourse Analysis* (Fairclough, 2001) e *Análise de discurso crítica - Um método de pesquisa qualitativa* (Magalhães; Martins; Resende, 2017), constituirão as bases metodológicas dessa análise.

3) Reflexões finais e conclusões esperadas: ao fim do processo de pesquisa, se buscará relacionar os eixos teórico e discursivo e, a partir deles, retomar as problemáticas iniciais. Esperamos alcançar alguma correlação presente no governo Bolsonaro entre sua retórica ultra patriótica e o desmonte das políticas de erradicação da pobreza. Esperamos, no decorrer do processo de pesquisa, fazer uso de mais marcos teóricos advindos de pensadores do sul global



a respeito da problemática do nacionalismo, da análise crítica do discurso e da relação entre discurso, ideologia e políticas públicas de Estado.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Lenin and Philosophy and Other Essays. **Monthly Review Press**, 1971.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. London: Verso Books, 1991.

BERRINGER, Tatiana, MARINGONI, Gilberto, SCHUTTE, Giorgio Romano. **Relações Internacionais em um mundo em transformação: As Bases da Política Externa Bolsonaroista**. Santo André: Editora Universidade Federal do ABC, 2021.

BROWN, Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical Discourse Analysis. **International Journal of Engineering and Advanced Technology**, 2001.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica - Um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MOURA, Clóvis. Racismo e Luta de Classes no Brasil. Terra Sem Amos, 2020. SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978



UNIDAS: DIALOGANDO SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE GÊNERO EM MEIO A SITUAÇÕES ADVERSAS

Maria Fernanda Fonseca de Oliveira³⁸;

Mariana Selister Gomes³⁹;

Patricia Lunardi Martins⁴⁰.

1 INTRODUÇÃO

Em 2024, um evento climático extremo devastou o estado do Rio Grande do Sul. As enchentes de abril e maio se tornaram uma das maiores tragédias ambientais da história do Brasil. O fenômeno é resultado do aquecimento global que é provocado principalmente pelos países do norte global, mas traz consequências mais graves em países do Sul Global, atualizando as hierarquias da colonialidade do poder que marcam o sistema internacional. Como resultado, muitas pessoas perderam suas casas e entes queridos, sendo realocadas para abrigos espalhados pelos municípios afetados. A hierarquia de gênero também é reproduzida e as mulheres são àquelas que mais sofrem, a exemplo dos casos de assédio e abuso sexual registrados em abrigos durante a calamidade. Foram notificados à polícia, segundo matéria do G1, 5 casos de abuso sexual em abrigos na segunda semana de maio de 2024. Nesse contexto, o projeto de extensão Unidas emerge da união de mulheres comprometidas em promover uma intervenção atenta e transformadora para a reconstrução da realidade no Rio Grande do Sul.

2 OBJETIVOS

O objetivo central é refletir sobre a experiência do Unidas, no acolhimento de mulheres de Santa Maria e região, à luz dos conceitos de Colonialidade do Poder nas Relações

³⁸ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria. <http://lattes.cnpq.br/6855588327469501>.

³⁹ Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais e da Especialização em Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria. <http://lattes.cnpq.br/4111932033395194>.

⁴⁰ Mestranda em Educação em Ciências pela Universidade Federal de Santa Maria. <http://lattes.cnpq.br/7071613400303991>.



Internacionais e Colonialidade de Gênero.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema da pesquisa gira em torno da investigação sobre como a Colonialidade de Gênero contribui para explicar situações vividas por mulheres em casos de emergência climática no Sul Global.

4 METODOLOGIA

A metodologia adotada pelo projeto baseia-se na teoria feminista interseccional, entendendo a interseccionalidade como um conceito analítico e crítico, desenvolvido por mulheres negras, como Patrícia Hill Collins, que examina como diferentes formas de opressão, discriminação e desigualdade se sobrepõem e se interconectam, impactando as experiências de indivíduos e grupos sociais. Ademais, reconhece-se que as identidades e experiências das pessoas são multifacetadas e que as categorias sociais como gênero, raça, classe, orientação sexual, entre outras, não operam de maneira isolada, mas interagem de maneira complexa, produzindo formas únicas de vantagem e desvantagem.

Para a utilização dessa teoria, constrói-se a pesquisa também centrada no conhecimento situado e na pesquisa-ação. O conhecimento situado enquanto metodologia científica ressalta o contexto da experiência do sujeito para um estudo crítico de sua realidade, distanciando-se de abordagens universalistas e eurocêntricas. Já a pesquisa-ação visualiza a prática enquanto essencial à observação, ou seja, para além da produção teórica, é necessária também a intervenção na realidade do objeto. Nesse sentido, as ações do projeto são construídas pautando-se no diálogo entre extensionistas e comunidade afetada, visando compreender as diversas formas de violência e opressão vivenciadas por esse grupo no período da catástrofe e atuar na transformação dessa realidade.

5 DISCUSSÃO E RESULTADOS FINAIS/PRÉVIOS/ESPERADOS

Realizaram-se 3 rodas de conversa aliadas à distribuição de uma cartilha sobre forma



de violências contra a mulher e os canais de denúncia oficiais, além de kits relacionados à saúde e bem estar da mulher, contendo calcinhas, absorventes e bombom. A primeira atividade ocorreu no dia 19/05/2024 no que nomeou-se “abrigo 1” (para preservação do anonimato) e contou com a presença de 25 mulheres e cerca de 12 crianças. A segunda roda de conversa ocorreu no mesmo dia, no “abrigo 2”, e estiveram presentes aproximadamente 15 mulheres e 5 crianças. No dia 23/06/2024, foi realizada a terceira roda de conversa, no “abrigo 3”, com a participação de aproximadamente 10 mulheres e 6 crianças.

A dinâmica nesses momentos incluía a apresentação das mulheres presentes, contextualização do que é o Unidas e da importância dos projetos de extensão universitária, seguidos pela expressão de um elogio para si mesma e da nomeação de um sonho, os quais eram registrados em cartazes. Cabe acrescentar que, para que esse momento fosse possível, parte de nossas extensionistas ficaram responsáveis por cuidar das crianças, fazendo atividades de desenho e conversa, visto que os filhos estavam sob cuidado das mães em tempo integral, não tendo nenhum homem, fosse pai, parente ou conhecido, que assumisse essa responsabilidade para que as mulheres pudessem integrar a roda.

No que tange aos resultados, observou-se que, no elogio para si mesma, elas responderam: 'humilde', 'boa ouvinte', 'organizada', 'forte' e 'boa mãe e esposa', evidenciando a tendência das mulheres a valorizar valores tradicionais que refletem expectativas sociais. Analisa-se que a subjugação da mulher e a imposição do dever de cuidar do lar e de ser dona de casa, ainda não foi superada e segue refletindo uma vida permeada pelo machismo e influenciada diretamente pelo modelo patriarcal da sociedade. Já as ambições eram similares, elas relataram o desejo de ter uma 'casa' e 'vida nova', respostas que refletem o desejo de estabilidade e recomeço em meio às dificuldades enfrentadas.

Em somatória às rodas de conversa em abrigos, foi solicitada ao grupo Unidas uma fala com estudantes do ensino fundamental, sobre violência de gênero, realizada no dia 11/07/2024, em parceria com o projeto Discutindo Gênero, também da Universidade. Nessa ocasião, pelo público ser de crianças, tanto meninas, quanto meninos, a dinâmica foi adaptada de acordo com a faixa etária. Assim, houve uma conversa sobre as enchentes, os impactos na



cidade e em suas famílias, também discutiu-se sobre a violência contra a mulher em suas diversas formas, além das leis que amparam e protegem as mulheres. A partir desses diálogos, os alunos elaboraram cartazes com frases e palavras pedindo pelo fim das violências contra mulheres, os cartazes foram expostos no mural da escola, para que outras(os) estudantes pudessem ler sobre.

Ademais, outra visita foi feita no dia 24/09/2024, na cidade de Agudo/RS. Foram levados absorventes para doação, cartilhas e o “violentômetro” desenvolvido pela Casa Verônica. Exibiu-se o curta-metragem “Acorda, Raimundo... Acorda!!!”, seguido de um debate sobre o mesmo. Após, os alunos foram divididos em grupos, sendo que cada grupo leu uma das perguntas levadas por nós, “Quais as diferenças entre meninas e meninos?”, “Meninos podem chorar?”, “Quais tarefas você ajuda em casa?”, “Você acha que os meninos são mais violentos?”. O intuito dos questionamentos era refletir sobre aspectos como o conceito de gênero, estereótipos de gênero, papéis de gênero, masculinidades e trabalho reprodutivo. Ao fim das reflexões, cada grupo elaborou um cartaz, exposto em um espaço disponibilizado pela escola, com seus aprendizados acerca da temática.

Como conclusão, as atividades realizadas pelo projeto Unidas demonstram a importância de promover espaços de diálogo e reflexão sobre o papel da mulher e as questões de gênero, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, escolar e pós-tragédias. As rodas de conversa e as ações nas escolas permitiram identificar tanto as expectativas tradicionais ainda presentes nas vidas dessas mulheres e meninas quanto o desejo de transformação e recomeço. Ao abordar a violência de gênero e incentivar discussões sobre os estereótipos e papéis sociais, o projeto não só fortaleceu a autoestima e a voz das mulheres, mas também semeou nas crianças a importância de construir uma sociedade mais igualitária e livre de violência. As iniciativas realizadas são passos significativos na reconstrução de realidades mais justas e conscientes no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Abrigos; Emergência climática; Violências; Gênero.



REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNELL, Raewyn; PEARSE. **Gênero: uma perspectiva global**. 5ed. São Paulo: Versos, 2019.

LUGONES, María. **Colonialidade e Gênero**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020a.

No Rio Grande do Sul, 70 mil pessoas estão vivendo em abrigos. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/05/10/no-rio-grande-do-sul-70-mil-pessoas-estao-vivendo-em-abrigos.ghtml>. Acesso em: 4 out. 2024.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila. 1989.

SELISTER-Gomes, Mariana; QUATRIN-Casarin, Eduarda; DUARTE, Giovana (2019). **O conhecimento situado e a pesquisa-ação como metodologias feministas e decoloniais: um Estudo Bibliométrico**. Revista CS, 29, 47-72. <https://doi.org/10.18046/recs.i29.3186>.



LINHA DE PESQUISA 3: SEGURANÇA, ESTRATÉGIA E DEFESA

REDES NARCÓTICAS NA PAN-AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE A EMERGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A SEGURANÇA REGIONAL

Luciele Lemes Marques⁴¹

INTRODUÇÃO

A globalização do problema das drogas no contexto internacional vem se destacando como um fenômeno de grande relevância. Isso significa que a base de sua oferta mundial, denominada *narcotráfico*, não apenas desencadeia conflitos nas relações políticas internacionais, mas também permeia o cotidiano, afetando comunidades, famílias e indivíduos. Em outras esferas, se manifesta e incide de maneira direta em vários segmentos da sociedade, inclusive internacional. Outrossim, a combinação do narcotráfico com atividades ilícitas como o contrabando de ouro e diamantes, a biopirataria e o desmatamento ilegal tem desafiado a soberania dos Estados e sua capacidade de controle nas áreas afetadas (Hopenhayn, 1997). Neste trabalho, especificamos a demanda narcótica na grande área amazônica.

A Pan-amazônia, crucial tanto para a produção quanto para a distribuição de drogas, destaca a necessidade de uma cooperação regional e internacional robusta para enfrentar essas ameaças. Composta por nove países sul-americanos e rica em recursos naturais e diversidade cultural, também enfrenta sérios riscos em sua estabilidade e segurança regional. Dessa forma, a cooperação entre os países constituintes, incluindo o Brasil, facilitada por organizações como

⁴¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0433308742541237>.



a OTCA⁴², e a adoção de estratégias integradas são vitais para garantir a estabilidade regional e promover o desenvolvimento sustentável (FBSP, 2023).

Sendo assim, este estudo tem como objetivo analisar o impacto do narcotráfico na região e destacar a importância de abordagens colaborativas entre os países que promovam proteção regional e, consequentemente, o desenvolvimento da zona. A pesquisa também objetiva descrever a região amazônica, oferecendo conhecimento sobre os atores envolvidos, além de esclarecer a importância da cooperação em prol do desmantelamento e repressão da interiorização de facções criminosas na região. Ainda, ao investigar a participação do Brasil em iniciativas internacionais de confronto à economia narcótica na região, esta pesquisa não apenas amplia nosso entendimento sobre o papel de defesa e segurança do país nesse contexto, mas também contribui para o fortalecimento das relações internacionais.

Assim, em função das circunstâncias apresentadas, chegou-se ao seguinte problema de pesquisa: qual a importância da cooperação internacional para o desmantelamento das redes narcóticas na Pan-Amazônia e reforço da segurança regional?

PAN AMAZÔNIA: IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A SEGURANÇA

A pesquisa em questão adota uma abordagem voltada para o aprofundamento da compreensão de um tópico atual. Dessa forma, é classificada como básica, de abordagem qualitativa, voltada para o avanço do conhecimento teórico sem a intenção imediata de resolver lacunas práticas ou aplicar soluções diretas. O método hipotético-dedutivo utilizado na pesquisa permitiu a construção e teste de hipóteses relevantes para o projeto. Utilizou-se, principalmente, pesquisa bibliográfica, com busca e análise de referências teóricas relacionadas ao tema em fontes impressas e digitais. Isso inclui livros, artigos acadêmicos, notícias, sites, relatórios de organizações internacionais, além de teses, dissertações e manuais,

⁴² A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica é responsável por promover o fortalecimento dos direitos dos povos indígenas, comunidades locais e outras comunidades tribais, e o empoderamento das mulheres na Região Amazônica. Promovemos a gestão do conhecimento para alcançar o desenvolvimento sustentável na Região Amazônica.



tanto brasileiros quanto estrangeiros.

Isso posto, iniciaremos destacando que, em termos políticos e administrativos, a Pan-Amazônia abrange os territórios nacionais da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, além do protetorado francês da Guiana Francesa. Trata-se de uma região geopolítica estratégica, rica em recursos naturais valiosos e com grande diversidade cultural e de povos indígenas (FBSP, 2023). Suas dinâmicas envolvem a interação de interesses econômicos, políticos e sociais que influenciam as relações internacionais na América do Sul e em outras regiões. Embora seja de grande relevância, é altamente vulnerável, enfrentando ameaças que colocam em risco sua estabilidade e segurança regional.

Dessa forma, é perceptível a importância do fortalecimento da cooperação entre seus países integrantes, com destaque para as relações multilaterais no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), visando o progresso regional (Couto, 2023; 2020).

Assim sendo, um dos maiores empecilhos deste progresso é o narcotráfico. Segundo Couto (2023), consolidado como um dos maiores problemas atuais na região amazônica, o tráfico de drogas conecta-se a outras atividades ilegais, como crimes ambientais, incluindo o garimpo. Somado a isso, observa-se a interiorização de facções criminosas oriundas do Sudeste (Primeiro Comando da Capital, Família do Norte, etc.) nos estados e municípios da região, bem como o surgimento de facções locais e regionais. Esses grupos exercem controle e coerção sobre a população, representando uma ameaça às instituições. Nesse contexto, o sucesso no combate ao narcotráfico está diretamente ligado à coordenação entre agências, à cooperação internacional e à descapitalização das organizações criminosas (Couto, 2020).

À vista disso, a cooperação internacional na construção de uma agenda institucional para a segurança regional é essencial devido à complexa organização transnacional do narcotráfico na Pân-Amazônia. Três aspectos principais dessa estrutura se destacam: a) as redes de narcotráfico na Amazônia são formadas por conexões que partem de um intercâmbio Sul-Americano, criando "nós" que constroem rotas entre si; b) essas redes são instáveis ao longo do tempo, transitando de simples para complexas, com mudanças constantes nas rotas,



em busca das opções mais seguras e estáveis; c) estrutura dessas redes é influenciada pelas dinâmicas de mercado, que controlam as principais rotas de drogas, com a Amazônia como área central de trânsito.

Portanto, a troca de informações, o desenvolvimento de operações conjuntas, a capacitação de agentes e o intercâmbio de técnicas especiais de investigação são ferramentas essenciais para fortalecer a ação estatal contra o crime organizado. Ou seja, a integração regional permite que os países amazônicos adotem uma presença coletiva e uma estratégia comum no cenário em que vivem (Becker, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segurança regional, nesse contexto, não pode ser tratada de forma isolada por cada país, mas deve ser resultado de estratégias políticas conjuntas entre os Estados da região, integrando políticas de segurança pública e desenvolvimento social. Tal perspectiva tem como objetivo coibir as atividades criminosas, fortalecendo a presença do Estado e a sua capacidade de controle territorial.

No entanto, a efetividade dessas políticas depende da capacidade dos países Pan-Amazônicos de institucionalizar a cooperação em defesa e segurança, estabelecendo parcerias sólidas e construindo agendas mútuas que transcendam interesses individuais. A defesa deve ser parte central dessa agenda integrada, promovendo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento socioeconômico, a proteção ambiental e a preservação das populações tradicionais. Avançar nessa direção exige uma política de segurança pública que busque a preservação da vida, a manutenção da ordem, a proteção do meio ambiente e a soberania dos Estados. Contudo, é fundamental reconhecer que tais estratégias só terão sucesso se acompanhadas por um comprometimento genuíno com o fortalecimento institucional e a inclusão social, sem os quais qualquer esforço de cooperação será superficial e ineficaz.

Palavras-chave: Narcotráfico; Cooperação Internacional; Pan-Amazônia.



REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da amazônia**. Estudos avançados, v. 19, p. 71-86, 2005.

COUTO, Aiala Colares. **Fronteiras e estrutura espacial do narcotráfico na Amazônia**. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 47, n. 1, 2020. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/10267723> > Acesso em: 03 out. de 2024.

COUTO, Aiala Colares. **Redes transfronteiriças do narcotráfico na Amazônia: emergência de cooperação internacional para a segurança regional**. Diálogos Soberania e Clima. 2023. Disponível em: < <https://soberaniaeclima.org> > Acesso em: 03 out. de 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br> > . Acesso em: 03 out. de 2024.

HOPENHAYN, Martín. **La grieta de las drogas. Desintegración social y políticas públicas en América Latina**. Santiago de Chile: CEPAL, 1997.



REFUGIADOS AMBIENTAIS: A SECURITIZAÇÃO DE MIGRANTES DO PAQUISTÃO E DO BANGLADESH NA ÍNDIA

Ana Clara Batoqui Costa e Silva⁴³

1. INTRODUÇÃO

Considerando o contexto ambiental contemporâneo, verifica-se a crescente ocorrência de eventos ambientais e climáticos extremos, que têm ocasionado o deslocamento forçado de milhões de pessoas ao redor do mundo. Assim, tais mudanças levam a um aumento no número de eventos climáticos extremos, que se intensificam continuamente (Dryzek; Norgaard; Schlosberg, 2011). De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), há três categorias de migração humana relacionadas a mudanças climáticas: a incidência de secas, a ocorrência de ciclones de maiores intensidades e o aumento do nível do mar.

Paul Smith (2007) pontua a crescente tendência de securitização da migração internacional enquanto uma ameaça à integridade territorial e à segurança nacional, o que se relaciona ao uso do clima como uma metáfora política (Doyle; Chaturvedi 2010, p. 532 - 533). Por fim, é possível afirmar que os refugiados ambientais são vistos como um “problema de segurança” internacional, pois eles ultrapassam as fronteiras dos Estado-nação. Portanto, a categoria é frequentemente utilizada nas mais diversas agendas para a obtenção de maior controle e dominação, pois delimita o espaço que é “nosso” e aquele que é “deles” (Gregory, 2009).

Dessa maneira, o objetivo da pesquisa é a compreensão da resposta da Índia diante da entrada de refugiados ambientais vindos do Bangladesh e do Paquistão no território indiano, uma vez que a maior parte da sua população imigrante é advinda desses países. Isso porque, segundo Ritu Bharadwaj, investigadora no Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (IIED), fenômenos causados pelas mudanças climáticas, como ciclones e

⁴³ Curso de Graduação de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria.



inundações, já afetaram cerca de 20 milhões de pessoas na Índia. Assim, busca-se analisar as prioridades securitárias da agenda da indiana, com foco nos âmbitos ambiental e de migração, além da maneira como ela é construída frente à sua audiência, além dos efeitos do deslocamento e da securitização na vida dos migrantes.

Para a realização da pesquisa, será utilizado o método hipotético-dedutivo, buscando responder à pergunta acerca da ação do Estado indiano com relação à crise migratória advinda da crise climática, por meio de revisão bibliográfica sistemática. Por fim, busca-se aprofundar a compreensão das prioridades estabelecidas pela Índia e os seus efeitos sobre a sua agenda, a opinião pública e os migrantes.

2. DESENVOLVIMENTO

Uma das principais dificuldades encontradas até o momento se refere ao fato de que o termo “refugiados ambientais” não é reconhecido como uma categoria legalmente definida no direito internacional. No entanto, a partir da publicação de um relatório das Nações Unidas em 1985, o termo passou a ser amplamente utilizado na discussão pública e no meio acadêmico para se referir a pessoas deslocadas devido a eventos climáticos, para assim possibilitar o destaque da urgência e da gravidade do problema.

Ademais, uma característica marcante na região foram os processos de independência, seguidos por ondas de violência em âmbito doméstico decorrentes dos conflitos de identidades locais. Enquanto a Índia nasce, como Estado moderno, apoiada na sua herança civilizacional pré-colonial, na pluralidade social e na laicidade - ainda que com maioria Hindu -, o Paquistão aparece como a sua antítese, representando um ideal de reunião das comunidades muçulmanas da região em um Estado-nação (Ribeiro; Draghi; Almeida, 2016).

Assim, a partir do fato de que a agenda de segurança regional do Estado indiano se volta à sua disputa territorial fronteiriça com o Paquistão, principalmente na região da Caxemira, e que tal disputa possui um caráter simbólico para ambos, observa-se uma escalada da tensão e a presença de uma resistência à entrada desses imigrantes no país. Além disso, a constante disputa pela região contribui para justificar a militarização dentro do Estado



paquistanês.

Portanto, para a realização dessa pesquisa, utiliza-se a teoria da securitização, compreendendo a mesma como um processo político e social que ocorre quando um ator caracteriza uma questão como uma ameaça que demanda ações extraordinárias, justificando a implementação de políticas de segurança. Portanto, o presente estudo propõe analisar a resposta do Estado indiano diante da entrada de imigrantes vindos do Bangladesh e do Paquistão no seu território, considerando as tensões históricas na região e a crescente ocorrência de migrações na região sul-asiática.

Por fim, há de se considerar que a mudança climática é um problema global que afeta desproporcionalmente os países mais pobres e vulneráveis. Ou seja, aqueles menos desenvolvidos que pouco têm contribuído para as emissões de gases de efeito estufa que causam o problema climático. Tais mudanças também têm um impacto negativo significativo nos direitos humanos, como o direito à vida, à saúde, à alimentação e à água, entre outros (Natarajan, 2017). Logo, diversas dimensões do desenvolvimento humano são afetadas diariamente, entre elas a saúde, a educação e a renda.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explicita-se que o estudo se apresenta em seus estágios iniciais, não sendo possível determinar, no momento, os seus resultados com clareza. Portanto, a análise de conteúdo ainda não foi realizada e não possibilitou a sistematização dos dados. Entretanto, com base na pesquisa bibliográfica já realizada, verifica-se a continuidade das tensões históricas nas relações entre os países, além de se notar a preferência do Estado indiano em realizar a securitização dos migrantes, o que pode ser percebido tanto na retórica quanto na prática, a partir do discurso político e da militarização fronteiriça. Observa-se, ainda, um número crescente de medidas consideradas excepcionais que são empregadas pela Força de Segurança de Fronteira indiana com relação aos migrantes, com o argumento da prevenção da entrada de ameaças terroristas no seu território. De tal forma, não se nota apenas a discriminação e a tendência à permanência da população migrante à margem da sociedade, como também o



aumento de deportações, detenções indevidas e mortes nas fronteiras.

Palavras-chave: Refugiados ambientais; Securitização; Região Sul-Asiática.

REFERÊNCIAS

ABEL, Guy J.; BROTTTRAGER, Michael; JESUS CRESPO CUARESMA; et al. Climate, conflict and forced migration. **Global Environmental Change**, v. 54, p. 239–249, 2019. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378018301596>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Nota sobre mudanças climáticas, direito internacional dos refugiados e o mandato do ACNUR, dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.unhcr.org/media/unhcr-note-climate-change-international-refugee-law-and-unhcrs-ma-ndate-dec-2023>. Acesso em: 14 jul. 2024.

AHMED, Imtiaz. Environmental refugees and environmental distress migration as a security challenge for India and Bangladesh. In: Facing global environmental change: Environmental, human, energy, food, health and water security concepts. Berlin, Heidelberg: **Springer Berlin Heidelberg**, 2009. p. 295-308.

ALAM, Sarfaraz. Environmentally induced migration from Bangladesh to India. **Strategic Analysis**, v. 27, n. 3, p. 422–438, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/26525384/Environmentally_induced_migration_from_Bangladesh_to_India>.

AYOOB, Mohammed. **The security problematic of the Third World.** *World Politics* 43.2 (1991): 257-283, doi:10.2307/2010473.

AYOOB, Mohammed. **The Third World Security Predicament:** State Making, Regional Conflict, and the International System, Boulder, USA: Lynne Rienner Publishers, 1995. <https://doi.org/10.1515/9781685853778>.

AZAR, Edward E.; MOON, Chung-in. **National Security in the Third World:** The Management of Internal and External Threats. College Park, Md.: Center for International Development and Conflict Management, University of Maryland, 1988, 308p.

BALL, Nicole. **Security and economy in the Third World.** Princeton: Princeton University Press, 1988.

BALZACQ, T. The three faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context.



European Journal of International Relations, v. 11, n. 2, p. 171-201, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F1354066105052960>.

BALZACQ, Thierry. **Securitization theory. How security problems emerge and dissolve** (2011).

BALZACQ, Thierry, Sarah Léonard, and Jan Ruzicka. **Securitization revisited: Theory and cases. International relations** 30.4 (2016): 494-531.

BASRUR, Rajesh M. **South Asia's Cold War: Nuclear Weapons and Conflict in Comparative Perspective**. New York: Routledge, 2008.

BIERMANN, Frank; BOAS, Ingrid. Preparing for a warmer world: towards a global governance system to protect climate refugees. In: **Global Environmental Politics**, v. 10, n. 1, p. 60-88, 2010.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CATTANEO, Cristina; BEINE, Michel; FRÖHLICH, Christiane; et al. **Human migration in the era of climate change**. [s.l.]: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://media.rff.org/documents/WP_19-13.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

Chaturvedi, S.; Doyle, T. "Geopolitics of fear and the emergence of 'climate refugees': Imaginative geographies of climate change and displacements in Bangladesh." **Journal of the Indian ocean Region** (2010): p. 206-222. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19480881.2010.536665>. Acesso em 07. dez. 2023.

CUNHA, Luís Veiga da. Segurança ambiental e gestão dos recursos hídricos. **Nação e Defesa**, Lisboa, n. 137, p. 9-36, 2015.

DALLMANN, Ingrid ; KATRIN MILLOCK. Climate Variability and Inter-State Migration in India. **CESifo Economic Studies**, v. 63, n. 4, p. 560–594, 2017. Disponível em: <https://academic.oup.com/cesifo/article/63/4/560/4259760>.

DRYZEK, J.; NORGAARD, R. B.; SCHLOSBERG, D. **The Oxford handbook of climate**



change and society. **Oxford University Press**, 2011. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=RsYr_iQUs6QC&oi=fnd&pg=PP1&dq=the+oxford+handbook+of+climate+change+and+society&ots=r8KC44ke4J&sig=8igedQflqHrm4hx_TNTkas6scs8#v=onepage&q=the%20oxford%20handbook%20of%20climate%20change%20and%20society&f=false. Acesso em: 10 dez. 2023.

EL-HINNAWI, E. Environmental refugees. United Nations Environment Programme (UNEP), 1985. Nairobi. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/121267>. Acesso em: 14 ago. 2024.

GONG, Gerrit W. **The standard of 'civilization' in international society**. Oxford: Clarendon Press, 1984.

GRAVES, Philip E. Migration and climate. **Journal of Regional Science**, v. 20, n. 2, p. 227–237, 1980.

GREGORY, D. Imaginative geographies. Progress in human geography 19,4. **Sage Journals**: p. 447-485, 1995. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/030913259501900402>. Acesso em 10 dez. 2023.

INDIAN COUNCIL OF WORLD AFFAIRS. Índia. Shreya Singh. Indian Council of World Affairs, 2024. Disponível em: https://www.icwa.in/show_content.php?lang=1&level=3&ls_id=10543&lid=6710. Acesso em: 15 jun. 2024.

Migration as adaptation strategy to cope with climate change: A study of farmers' migration in rural India. **Emerald Insight. International Journal of Climate Change Strategies and Management**, v. 10, n. 1, p. 121–141, 2019. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJCCSM-03-2017-0059/full/html>.

Natarajan, Usha. Climate Change and the Right to Solidarity. In Research Handbook on International Law and Natural Resources, edited by Elisa Morgera and Kati Kulovesi, 435-454. **Edward Elgar Publishing**, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Protocolo de 1967 relativo ao estatuto dos refugiados. Nova Iorque, 1967. [-https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf). Acesso em: 08. dez. 2023.



Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability** — IPCC. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/>. Acesso em: 09 dez. 2023.

REUVENY, Rafael. Climate change-induced migration and violent conflict. **Political Geography**, v. 26, n. 6, p. 656–673, 2007. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0962629807000601>. Acesso em: 20 jul. 2024.

RIBEIRO, E. H.; DRAGHI, Debora; ALMEIDA, V. G. P. O Complexo Regional de Segurança Sul Asiático: bipolaridade conflituosa, identidades fragmentadas e as dinâmicas externas. In: HENDLER, Bruno. (Org.). **Os complexos regionais de segurança no século XXI: conflitos, agendas e ameaças**. 1ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. p. 183-211.

RUDZIT, Gunther. O debate teórico em segurança internacional: mudanças frente ao terrorismo?. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 297–323, 2006. DOI: 10.15448/1984-7289.2005.2.5. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/5>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ŠEDOVIÁ, Barbora; KALKUHL, Matthias. Who are the climate migrants and where do they go? Evidence from rural India. **World Development**, v. 129, p. 104848–104848, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X19304978>.

SILVA, C. C. V.; PEREIRA, A. E. A Teoria de Securitização e a sua aplicação em artigos publicados em periódicos científicos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 69, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/ygPZ8HJLnHCLWj4W5ZjxZKB/>. Acesso em: 08 dez. 2023.

SMITH, Paul J. Climate change, mass migration and the military response. **Orbis**: p. 617-633, 2007. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438707000786?casa_token=AL25GuUfoHgAAAAA:SYUBnnlcyIQqsc0UgQFLWYcYi9iw9tHEcPaF5IfgdjW0MndQVkBvnUv agPNgLCbCbWYIs0AKxI. Acesso em 10 dez. 2023.

THOMAS, Caroline. **In search of security: the Third World in international relations**. Boulder: Lynne Renner, 1987.

WILLIAMS, M. C. Securitization as political theory: The politics of the extraordinary. **International Relations**, v. 29, n. 1, p. 114-120, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0047117814526606c>.



A MENTALIDADE AERONÁUTICA DE VARGAS NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: A CRIAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA (1937-1945)

Bruna Naiara S. Andrade dos Santos⁴⁴

INTRODUÇÃO

O avião, como uma arma de guerra, foi um instrumento relativamente novo na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mas seus primórdios ocorreram desde a guerra do Paraguai, que foram usado balões para espionagem, ou seja, à navegação aérea percorreu diversos caminhos para concretizar seus feitos. Mesmo que alguns países não usassem diretamente esse mecanismo para defesa nacional, havia a noção de que seria necessário o desenvolvimento do instrumento de defesa aérea e a estimulação do estudo da navegação aérea para a evolução e segurança do Estado. No que tange à economia, isso vale para o crescimento econômico também. O Estado Novo, implantado por Getúlio Vargas, foi um dos desafios enfrentados pelo Brasil em diversas temáticas. O cenário mundial vivido pela maioria dos países, independentemente da localidade, era de posicionamento perante a segunda guerra, sendo necessário haver uma escolha por um dos lados para declaração de apoio, o que levou ao Brasil a aproximações com os Estados Unidos, havendo influências nortes-americanas na formação de pilotos e doações de aviões. Fraga (2018) expõe as questões que levaram o Brasil a se posicionar ao lado dos aliados na guerra, e um fato que ajudou na decisão foi o torpedeamento dos navios brasileiros na costa da Bahia, com a ajuda de infiltrados alemães no país.

A necessidade de ampliar o tema perante a população brasileira foi grande e de certa forma necessária. Criando uma identidade nacional, os brasileiros estavam orgulhosos da participação do Brasil na guerra, momento que o governo enviou a FEB (Força Expedicionária Brasileira). Vargas, com astúcia, percebe que desenvolver-se a aviação civil seria mais fácil ter

⁴⁴ Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa. E-mail: Brunanaiara991@gmail.com



aviadores militares. A política nacional por determinado tempo se moveu através do desenvolvimento da navegação aérea e movimentou os âmbitos econômicos, sociais e políticos.

Em 1941, é criada a Ministério da Aeronáutica, com a ajuda de Salgado Filho, tornando-se nacional o sentimento de dar asas ao Brasil. O antigo Departamento Nacional de Propaganda (DNP), se tornou através do decreto presidencial, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e teve um árduo processo para criar formas de chamar a atenção em determinados públicos: infantil, adolescente e adulto. As movimentações nacionais foram criadas através da propaganda e da imprensa, para todos os públicos. A Campanha Nacional de Aviação (CNA) alcançou quase todas as famílias, de algum modo. A visão nacionalista fez com que a unidade nacional fosse promovida, deixando as decisões centralizadas em Vargas, em quem se acreditava ser o detentor da verdade para o progresso.

1. O “Estado Novo” de Getúlio Vargas.

Getúlio Vargas, na revolução de 1930, assume o comando do Brasil em um governo provisório, com previsão de um mês de duração. Sobretudo, este tempo perdurou por longos anos. A constituição de 1891 é anulada, decretando o fechamento do Congresso e todos os governadores dos Estados brasileiros são destituídos, exceto o de Minas Gerais, mas o fim não está longe. As medidas implementadas pelo “pai dos pobres” logo após o golpe foram: criação dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio; Educação; Saúde Pública. Na época o desenvolvimento das indústrias nacionais estava a todo vapor, o objetivo era deixar de importar e promover a produção industrial nacional. Houve também a regulamentação das profissões, porém apenas dos trabalhadores urbanos, e essa medida serviu como uma forma atrativa para trazer mais pessoas aos grandes centros.

O Estado Novo formalmente instituído em 10 de Novembro de 1937 por Getúlio Vargas caracterizava-se pela extrema centralização política, repressão a partidos políticos oposicionistas e fortalecimento da presença do Estado em todas as esferas da vida nacional. Esse modelo governamental não foi um projeto idealizado exclusivamente por Vargas, mas contou com apoio da grande maioria das forças oligárquicas estaduais e da Igreja Católica, além da participação ativa dos militares e grupos burocráticos que defendiam o estabelecimento de um regime autoritário, estável e capaz de modernizar o Brasil. (PIMENTA, pág. 19)



A crise de 1929, logicamente, foi antecessora do golpe de 30 e levou à queda do preço do café. O Brasil era o maior exportador de café do mundo, com um percentual de 60% da escala das economias. Vargas, quando toma ciência da queda do preço do produto de maior estoque no país, tem a atitude de comprar dos fornecedores brasileiros logo após queimar parte do café, para estabilizar o preço. A política do café com leite era localizada em São Paulo e Minas Gerais, sendo assim, o desenvolvimento econômico estava localizado exclusivamente nessas cidades.

Em 1932, São Paulo teve reações contra Vargas e começou uma guerra civil, alegando que era preciso eleições diretas e uma constituição para reger o país. Na época, as forças armadas eram apenas o exército e a marinha, a aeronáutica seria criada no futuro, em 1941. Vargas isola São Paulo das demais regiões e meses depois o derrota, acabando com as revoltas civis. Em 1933 é lançada uma nova constituição e a lei de segurança nacional, logo após essa lei, Carlos Preste é preso, levando a um levante comunista em 1935. Porém não obtém sucesso e Getúlio continua no poder.

O governo do Estado Novo, implantado em 1937, foi pensado por Getúlio, formando uma ditadura mascarada por algumas medidas impostas que visavam ir contra o comunismo, que na época, foi a justificativa para a instalação da falsa democracia, baseada na constituição polonesa. Foi decretado Estado de sítio e guerra, o fechamento de partidos políticos e anulada a constituição de 1934.

Começava-se então, a construção de uma nova identidade nacional, onde se usava das mídias sociais, escritores e formas de persuasão, entrando na vida dos brasileiros discretamente, mostrando a cultura presente do governo. A censura na imprensa era tão grande que foi criado um órgão específico para cuidar disso, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que seria muito usado para propagar a visão aeronáutica. Também houve como alvo os jovens, investindo na formação de doutrinas nas escolas, para imunizar todos contra outra forma de governo, sendo o mais temido, o comunismo. Foi tão amplo, que até o ensino de línguas foi proibido no Brasil.

[...]Ao contrário, a necessidade imperativa da ordem e da disciplina define o que será e a que servirá a educação. Não é por outra razão, me parece, que o Exército, a



quem pertence o monopólio da **segurança nacional**, interveio incisivamente nas questões relativas à educação sempre e quando esteve em questão a manutenção dos regimes autoritários no Brasil. O período do Estado Novo é rico em exemplos dessa natureza. A definição de uma política educacional depois do golpe de 37 contou com a participação ativa do Exército, participação refletida em depoimentos ou mesmo em incursões diretas do então ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra. Em documento reservado dirigido ao presidente Vargas, em 1939, Dutra define a educação como setor de atividades estreitamente ligado aos imperativos da segurança nacional. “O problema da educação, apreciado em toda a sua amplitude, não pode deixar de constituir uma das mais graves preocupações das autoridades militares.” (BOMENY, pág. 133. Grifo nosso).

Fraga (2017) analisa os ideais de Getúlio Vargas para o não posicionamento a respeito da guerra não fazia sentido, e o próprio Vargas afirmava que a guerra estava na europa, sendo assim, usando do pan-americanismo, as américas não tinham que se envolver (Fraga, pág.26). A Segunda Guerra (1939-1945) foi um marco no governo, pois as nações cobraram um posicionamento do Brasil. O que hoje se denominaria posicionamento ideológico. A estratégia regional que o Brasil oferecia já era vista pelos norte-americanos. Tempone (2007) aborda a temática da posição transoceânica para as bases aéreas, que se implantaria no nordeste brasileiro, onde os Estados Unidos criaram bases para movimento de aeronaves.

A ilha de Fernando de Noronha, distando cerca de 480 km. de Natal, além de proporcionar uma excelente base para o controle do tráfego aéreo transoceânico, podia ser útil também como ponto de apoio para aeronaves em pane ou com dificuldades de voo. (TEMPONE, 2007, pág. 119).

Tendo dois grupos com ideologias totalmente diferentes, o Eixo e os Aliados. Sabe-se que Vargas mantinha apressos pelas ideologias nazista/facista, mas em determinado momento teve que acirrar suas relações com os Estados Unidos. Depois de alguns navios serem torpedeados pelos alemães, é escolhido um lado. O Brasil teve dois momentos marcantes na guerra, sendo eles, o momento em que enviou a FEB (Força Expedicionária Brasileira) para a Itália facista e como citado acima a base aérea no Nordeste brasileiro, para uso dos norte-americanos. Mas a contradição de Getúlio gerou uma força na sua oposição dentro do país, como um ditador podia ser contra a países ditatoriais? Esta era a pergunta que a nação fazia todos os dias e não obtinham respostas.

Vargas além disso, mantinha do seu lado os militares para a sua permanência no poder,



mas logo após, o mesmo apoio recebido seria a causa de sua destituição.

Para isso se tornava essencial a presença dos militares no poder, juntamente com Vargas. Contudo, a presença deste grupo no Estado Novo também se justifica pela necessidade de manutenção deste regime, assim os militares se tornaram o braço direito de Getúlio Vargas. (PIMENTA, pág. 25).

Em 1945 ocorreram as eleições presidenciais, o que seria a redemocratização, já que a escolha para presidente era feita entre alguns candidatos. Esse evento não quer dizer que a população ficou satisfeita, pelo contrário começou a corrente “ele voltará”, um clamor nacional a favor de Vargas. O PSD e o PTB, partidos criados para defender o legado de Vargas, atuaram nas eleições posteriores.

No governo Provisório e no governo Constitucional já se falava de aviação, e algumas medidas foram tomadas, mas o seu auge foi no Estado Novo de Vargas. A exposição do Estado Novo que ocorreu por todo o território nacional, Vargas tinha o intuito de mostrar como suas políticas e ministérios do seu governo estavam gerando o enriquecimento e engrandecimento da nação, sendo o recém ministério da aeronáutica umas das pautas centrais. Vargas sempre lidou propaganda pesada nos seus feitos, e cada ação que se fazia no governo, tinha-se que passar uma boa imagem, não é atoa que o “amigo da aviação” vendeu os quatros cantos essa ideologia varguista.

A Exposição Nacional do Estado Novo logo alcançou destaque, tornando-se sucesso de crítica e de público. Por essa razão, a data de encerramento, marcada para 31 de dezembro, foi prorrogada. (FRAGA, pág. 43)

Sobretudo, o Estado Novo foi o governo que encorajou a aviação, por mais que fosse por interesses próprios, levou o Brasil a um destaque regional, fortalecimento da defesa aérea e valorização de indústrias de base. (Fraga, pág. 138, 217. Apud)

A MENTALIDADE AERONÁUTICA DO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS.

O Brasil de Vargas conquistou vários momentos marcantes na história da política brasileira, como relatado acima, e um deles foi o estatuto da aeronavegação independente e capaz. Pode-se começar esse tópico abordando a mentalidade aeronáutica, que levou ao crescimento constante da aviação brasileira, não apenas militar, mas principalmente civil,



sendo esse o principal motivo dos planos do projeto, mentalidade esta que se deu no governo de Getúlio Vargas, ao decorrer da Segunda Guerra Mundial, com o intuito de fortalecer o Brasil no cenário internacional e gerar uma reserva de pilotos civis. Muitos outros nomes marcantes fizeram partes desse momento, como Salgado Filho que será tema do tópico a seguir. (Fraga, pág 49, 2017) Apesar de incluir os adultos, todo o projeto de construção de uma mentalidade aeronáutica tinha nos jovens o público-alvo.

Todavia, Vargas, como presidente do Brasil foi o impulsionador principal, fazendo da aviação uma necessidade brasileira e esforços não foram medidos para que esse anseio se tornasse realidade. Em 1941 foi fundado a FAB (Força Aérea Brasileira), com objetivos centralizados na guerra ou em alianças de apoio aos Estados que tinham um alinhamento com o Brasil. Sendo uma solução inicial, pois tinha-se uma necessidade da criação de órgão dedicado a esse novo evento, mas que viria futuramente a tomar uma proporção maior.

A Itália já havia se adaptado ao formato na aviação, sendo a pioneira na estruturação das formas de divisão dos cargos, tendo se tornado inovadora, percebendo o potencial dos militares aviadores, logo o Brasil enviou soldados para treinamento intensivo com os italianos. A Alemanha também teve seu papel na segunda guerra, sendo um país que detinha aeronaves militares com bons desempenho.

Decorrente da FAB surge um embrião de mentalidade aeronáutica, que foi capaz de mexer em toda uma sociedade. Mesmo que a aviação civil não fizesse parte desse meio, foi entendido que através desse modo, poderia formar muitos pilotos, e esta foi a isca usada para atrair mais “pilotos”.

Vargas, que usou dessa imagem de mentalidade aeronáutica na época, para promover sua rede de apoiadores, mas isso se deu em função das duas guerras que tinham ocorridos, propagando essa vertente não apenas ao Brasil, mas ao mundo todo. A aviação passava a ser quase exclusivamente universal. A época da mentalidade é dividida em dois períodos, o primeiro onde a aviação era regida pelo exército e a marinha, sendo a aviação civil pelos ministérios viação e obras públicas; e o segundo momento foi a criação do ministério da aeronáutica, como afirma Fraga. Os investimentos para a criação da força aérea brasileira



foram sem medidas, e será visto mais a frente.

Jornalistas dos Estados Unidos, inclusive, chegaram a vir ao Brasil para entrevistar o presidente e observar o desenvolvimento tão anunciado da aviação. Uma das mais importantes e atuantes no sentido de repercutir a expressão “amigo da aviação” e escrever artigos e livros abordando a navegação aérea no Brasil foi a norte-americana Alice Rogers Hager, especialista em assuntos aeronáuticos. (FRAGA, pág. 146, 2017).

O período entre guerras marca o começo da aviação no Brasil, fazendo com que a máquina da guerra pudesse ser usada para outros sentidos. Não apenas no Brasil, mas em vários países ao redor do mundo, começava a surgir a aviação civil, e no Brasil essa aviação civil seria futuramente pretexto para a aviação militar. Na guerra os aviões são usados para vários pretextos, como o uso para salvar uma vidas a arma mortal. Sempre ligada a uma vertente administrativa, os países não possuíam um ministério específico para lidar com assuntos aviaçionarios.

Da mesma maneira, a decisão do Brasil de entrar na guerra, ao lado dos Aliados, foi motivada principalmente pelos ataques sofridos a mando do Eixo, entre os dias 14 e 16 de agosto de 1942, quando submarinos torpedearam cinco navios brasileiros situados nas costas da Bahia, matando dezenas de pessoas, entre mulheres e crianças. Os navios pertencentes às nações agressoras seriam incorporados ao patrimônio brasileiro para pagamento dos prejuízos causados. Além disso, essa ação contra o país teria contado com o auxílio de alemães aqui residentes e que, servindo de espiões, revelaram a rota das embarcações afundadas. No dia 18 de agosto, manifestantes, reunidos em passeata contra os ataques sofridos, dirigiram-se ao Palácio Guanabara procurando ouvir uma declaração do presidente. Recebidos pelo chefe de Estado, este esclareceu que os denunciadores da partida dos navios destruídos seriam identificados e responsabilizados, bem como todos os bens e a fortuna que por ventura teriam feito no Brasil acabariam confiscados pelo governo. (FRAGA, pág. 186).

A aviação já era no mundo desenvolvido algo comum, e atraia os olhos de líderes políticos e comerciais, como algo novo que poderia gerar desenvolvimento e verba, a ascensão da ideia de voar na Europa já era comum a população de classe média, nos jornais e cotidiano. O setor aéreo, a integração com outros países por meio da expansão da comunicação através dos aviões. Para que a notícia de uma nova onda se espalhasse, o governo contou com a ajuda das mídias sociais, que na época eram as rádios e revistas que a população mais jovem do país consumia. “A semana da asa”, evento que Salgado Filho criou para promover a longo alcance



os brasileiros, era um sentimento de pertencimento nacional, com a exaltação da figura como Santos Dumont e a mostra de que o governo financiaria os pilotos que o Brasil precisa. Os números de aeroclubes dobraram em apenas um ano, tendo em quase todos os estados brasileiros.

Brasil Novo, na Exposição Nacional do Estado Novo, na Feira de Amostras”. Há também inúmeros elogios aos esforços do presidente, que, dentre tantas ações, instituiu o Dia do Aviador e a “Semana da Aviação”. (FRAGA, pág. 50)

A preocupação não era apenas pilotos, mas tinha-se o desejo de formar mecânicos e de construir uma indústria para fabricação de aviões, por mais que na época o anseio pela indústria fosse menor, começava a se gerar o sentimento da aviação ser nacional ao ponto de produzir os próprios aviões.

A integração entre as regiões foi um momento marcante. Nem todas as cidades do Brasil possuía avião, então, havia um empréstimo entre as regiões. Muitas vezes o Rio Grande do Sul enviava à Bahia aviões, a Bahia enviava para Minas Gerais e assim dava-se a aplicação dos estudos dos alunos apaixonados pela aviação. Mas as inaugurações dos aeroclubes estavam a todo vapor, como será discutido no tópico seguinte.

O Soft Power, termo surgido depois, mas muito impregnado no governo de Vargas, para alcançar o que seria difícil naquela época. A comunicação, logicamente não era digital como nos dias atuais, mas o poder de persuasão para com as pessoas era tão grande, que apenas Vargas se deslocar de avião, o fazia um transporte seguro. Vargas não foi o tipo de pessoa que fez muitas viagens para o exterior, mas sempre que podia se deslocar para dentro do Brasil, fazia questão de ir voando de avião. Ainda, para ressaltar mais sua “paixão”, gostava de voar junto à cabine de piloto, para observar todos os trajetos como se fosse o copiloto. O amigo na aviação foi premiado nos Estados Unidos, mostrando ainda mais a população que ele fazia parte de uma aviação segura e sem neuras.

No dia 7 de setembro, no mesmo local, realizou-se às 16 horas um cerimônia na qual o proprietário da Aero Digest entregou a taça Getúlio Vargas ao Segundo Grupo de Bombardeio das Forças Aéreas Americanas. (FRAGA, pág. 144, 2017).

Era característica primordial se intitular de “amigo” para se aproximar da população. Vargas se intitulava “amigo dos pobres”; “amigo dos trabalhadores”; “amigo da aviação”. Pura



jogada política, para sempre que algo parecesse errado, a culpa não poderia ser dele, afinal, amigo que é amigo faz de tudo para o bem de seu próximo.

SALGADO FILHO, O PRIMEIRO MINISTRO DA AERONÁUTICA.

Salgado Filho foi escolhido por Vargas como uma alternativa de não entrar em atrito com os ministérios da marinha, do exército e da viação, que eram contra a criação do ministério da aeronáutica. Salgado Filho já continha experiência no governo de Vargas, atuando como deputado federal e cuidando da pasta do trabalho, indústria e comércio. Havia uma rivalidade entre os ministérios das forças militares, pressupondo que os aviões tomaram proporções muito grandes, e quem estaria à frente do seu controle, automaticamente, estaria com o poder maior.

Uma das minhas maiores preocupações será, sem dúvida, a de dotar o Brasil do maior número de pilotos. Criando em todos os Estados e municípios escolas de pilotagem, com uma instrução racionalizada, em cursos à altura de todas as bolsas, poderemos, no fim de um prazo curto, ter milhares de jovens aviadores. Os aeroclubes, que até agora mereceram do presidente um grande carinho, além dos 100 aviões já mandados construir por S. Excia. terão, também, um aparelhamento moderno e de acordo com as suas necessidades. Campos de pouso serão espalhados por todo o país, assim como será coberto o solo com um sistema de comunicações de telegrafia para controle do serviço. (FRAGA, pág. 57. APUD)

A Campanha Nacional de Aviação (CNA) foi uma das medidas que Salgado Filho e Assis Chateaubriand encontrou para ampliar a mentalidade aeronáutica, incentivando a população a participar e desenvolver o sentido nacional. Uma comoção nacional se iniciou em 1941, entre os jovens, crianças e pessoas mais velhas. A campanha da doação de alumínio foi nacional, gerando uma mobilização entre a população. A arrecadação de alumínio aconteceu em lugares mais aleatórios possíveis, como por exemplo escolas, bares, mercados, hospitais, fórum, supermercados, ginásios, ou qualquer lugar que pudesse ser ponto de coleta. As crianças e jovens chegavam em suas casas pedindo que suas mães doassem painéis para o Brasil ter asas. É válido deixar apresentado que a campanha do alumínio começou nos Estados Unidos, que serviu como referências para o governo brasileiro. A campanha de doações de jornais entre as pessoas mais velhas também foi um marco necessário para elevar mais a



participação da população. Doar era cooperar e doar algo que não tinha valor financeiro estava ao alcance de todos, já que muitas casas tinham jornais velhos. Perceber que doações de bens que não serviam para quase nada, ainda assim gerava o sentimento de ajuda ao país para desenvolver a navegação aérea, a população sentia que estava protegendo o país de futuras ameaças.

Assim, os meios de comunicação controlados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), evidenciam a necessidade de um Estado forte e centralizado que servisse a toda a nação, não a interesses classistas. (PIMENTA, pág. 19).

A maratona que percorreu, indo em diversas cidades, participando de vários eventos, inaugurando muitos aeroclubes, entregando aviões e brevês não foi fácil, mas foi desempenhada com sucesso. Muito se sabe através de jornais todas as medidas que foram necessárias para que fosse real e vivido o céu do país. Os incentivos criados pelo ministério para que jovens recorressem à aviação foram tanto, sendo eles, auxílio gasolina, subsídio para curso de pilotagem caso fosse universitário e plano de carreira aérea.

O número de aeroclubes entre 1941 e 1943 cresceram tanto, que em algumas cidades chegaram a triplicar. Pode-se citar como exemplo o caso do Rio Grande do Sul que antes havia 19 e depois 25. Fraga (2017) aborda o crescimento dos aeroclubes e suas inaugurações. Assim, cada Estado tinha o seu aeroclube oficial.

Unir os Estados e fortalecer os pontos de todos partirem da mesma perspectiva, fez com que a integração regional também se tornasse parte do projeto instantaneamente. Assegurar a defesa dos países latinos, mesmo que em segundo plano, fazia parte da visão do governo. Para estimular esse ponto, alguns aviões foram batizados com o nome de líderes de países latino-americanos, exemplo foi Jorge Chávez, um desbravador peruano do céu. Talvez a fé em muitos aspectos efetivasse união, não sendo diferente na aviação. Foi usado batizado de aviões para gerar o sentimento de proteção e segurança humana nos aparelhos voadores. Este era um dos rituais, outro como banho de champanhe e nomeação dos aeroplanos eram feitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Para concluir este trabalho, pode-se observar que a análise feita dos feitos de Vargas junto com outras figuras, fizeram com que a aviação tivesse um avanço. Para além disso, mostrar que a participação da população foi essencial para o crescimento do próprio conceito de cidadão. Salgado Filho, mesmo que nunca tenha sido ministro, desempenha papel corajoso ao assumir o posto de comando e guiar a aviação com asas fictícias. Nunca querendo trabalhar sozinho, não exitou em pedir ajuda para desempenhar o papel de tirar um projeto do papel. A nossa hipótese de início permanece, mantendo a ideia de que a aviação foi desempenhada para a segurança nacional e os pilotos civis caso precisassem serviriam de piloto militar.

A metodologia escolhida para abordar este tema foi de grande valia, levando a uma exploração maior e precisa do tema. Pode-se observar uma escassez do tema estudado, mas muitos dos trabalhos encontrados eram ricos em conteúdo de qualidade. O principal resultado mostrou que o Brasil seguiu o desenvolvimento da época, não ficando para trás, sendo pioneiro em aviação entre os países latinos americanos. A contribuição deste trabalho é gerar um maior banco de pesquisa para o estudo em questão, livrando da limitação encontrada que foi encontrar autores que falassem sobre a criação da Força Aérea Brasileira. Nas futuras pesquisas: CINDACTA (Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo); NURAC (Núcleos Regionais de Aviação Civil); COMAER (Comando da Aeronáutica); Anexos da International Civil Aviation Organization (ICAO); DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo); DTCEA (destacamentos de Controle do Espaço Aéreo); Entre outros que sejam válidos para a pesquisa em questão abordada.



Fonte: Arquivo Getúlio Vargas, GV foto 105. FGV/CPDOC (APUD FRAGA, pág.. 148).

Palavras-chave: Força aérea brasileira; Getúlio Vargas; Política Externa; Salgado Filho; Mentalidade Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

FRAGA, ANDRÉ. **O BRASIL TEM ASAS: A CONSTRUÇÃO DE UMA MENTALIDADE AERONÁUTICA NO GOVERNO VARGAS**. Orientador: Profa. Dra. DENISE ROLLEMBERG. 2017. 418 f. TESE (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, NITERÓI, 2017

PIMENTA, RENATA WALESKA. **A AVIAÇÃO NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO: UM DISCURSO EM TEMPO DE PAZ E DE GUERRA**. Orientadora: Dra. Sandra Maria Lubisco Brancato. 2008. 94 f. Dissertação (Mestre em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul., Porto Alegre, 2008

SILVA, JOSELIA. **“Deem asas para a vitória!” A Fraternidade do Fole e o Brasil na Segunda Guerra Mundial (1940-1945)**. Orientador: Alexandre Luis Moreli Rocha. 2019. 247 p. Tese (Doutorado) - Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2019

FAY, Claudia Musa; FONTES, Rejane de Souza. **O PAPEL DO AERoclube DO BRASIL**



NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE AVIAÇÃO BRASILEIRA (1911-1972). Google acadêmico , Rio Grande do Sul, p. 1-35, 2017

TEMPONE, Victor. **O BRASIL VAI À GUERRA: A INSERÇÃO BRASILEIRA EM UM CONFLITO GLOBAL.** Orientador: Dra. Lená Medeiros de Menezes. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2007

SCHEER, Maj Brig Ar José Roberto (ed.). **Ideias em Destaque.** N° 55 . ed. Rio de Janeiro: INCAER, 2020. 164 p

BERCHO, CAROLINA FUZARO. A EDUCAÇÃO MILITAR AERONÁUTICA BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE A ORIGEM DA FORMAÇÃO DE OFICIAIS AVIADORES PARA A FAB (1941-1950). Orientador: Dra Tânia Regina Pires de Godoy. 2017. 164 p. **Tese de Doutorado** (Doutor em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Rio de Janeiro, 2017

FRAGA, André Barbosa. A aviação como elemento estratégico para o fortalecimento do mito Vargas. Temporalidades – **Revista de História, Rio de Janeiro**, ano 2018, p. 1-15, 16 jun. 2024.

OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial.** Curitiba: Juruá, 2015.

MARQUES, Luis Felipe. **Problemas da administração da construção aeronáutica no Brasil.** Rio de Janeiro: Milone, 1948.

A AVIAÇÃO no Rio – **O campo de aviação: a iniciativa d’ “A Noite”.** A NOITE, Rio de Janeiro, 2 ago. 1911, Anno I, n. 14, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/348970_01/52>. Acesso em: 1o set. 2016.



DEFESA E MUDANÇA DO CLIMA: O CASO DO ÁRTICO

Cássio Alex Wohlenberg Pires⁴⁵

Flávia Silva Lanza⁴⁶

Igor Loiola Belizario da Silva⁴⁷

1 INTRODUÇÃO

O trabalho aborda os Estudos Estratégicos, destacando a concepção de guerra, segundo Clausewitz, como uma continuação da política por outros meios. A estratégia envolve o uso racional da força e da violência, englobando aspectos táticos, logísticos e políticos, com o intuito de pressionar o oponente a aceitar termos de paz. O meio ambiente é um elemento fundamental nas estratégias militares, pois as condições naturais influenciam diretamente as operações.

A mudança do clima, como o aquecimento global e o efeito estufa, têm impactos profundos, incluindo a elevação do nível do mar, o derretimento de geleiras e a desertificação, que afetam tanto populações quanto ecossistemas, ainda destaca a crescente acessibilidade do Ártico, devido ao derretimento das geleiras, tornando a região um foco de interesse econômico e militar.

O objetivo do trabalho é mapear o debate sobre mudanças climáticas e defesa nos Estudos Estratégicos, utilizando o Ártico como estudo de caso. A análise se concentra em como as estratégias dos países se adaptam à realidade da região polar. O trabalho está estruturado em seções que investigam diferentes dimensões da interseção entre a mudança do

⁴⁵ Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestrando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares e de Pesquisas em Relações Internacionais (GEIPRI)

⁴⁶ Graduada e Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutoranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro do Grupo de Instituições Internacionais e Segurança (GPIIS).

⁴⁷ Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Mestrando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.



clima e a defesa no campo dos Estudos Estratégicos.

2. DEFESA, MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

A relação entre os problemas causados pela mudança do clima e as questões de segurança e defesa surgiu quase simultaneamente à conferência de Estocolmo. Defende-se que não há desenvolvimento sem defesa, e nem defesa sem desenvolvimento. Dessa forma, as questões de defesa precisam ser incorporadas na reflexão sobre o desenvolvimento sustentável. O agravamento das questões ambientais pode funcionar como catalisador de conflitos ou multiplicador de riscos. A ampliação da noção de segurança, para além dos Estados, inclui também indivíduos e sociedades, que passam a ser vulneráveis a ameaças ligadas ao acesso a serviços básicos como alimentação, saúde, educação e um meio ambiente saudável. Isso destaca a urgência dessas questões e a necessidade de políticas de adaptação. Contudo, persiste um debate na literatura de defesa quanto à militarização de problemas socioeconômicos, que deveriam ser tratados separadamente (Duarte, 2022a).

A mudança do clima podem gerar riscos significativos para as populações, como o aumento de eventos climáticos extremos, comprometendo o acesso à água potável e à alimentação saudável, além de provocar a elevação do nível do mar, ameaçando cidades costeiras e até mesmo países-ilha (Duarte, 2022b; Santos, 2018). Esses fenômenos impactam também a soberania dos Estados e o funcionamento das Forças Armadas, ao afetar infraestruturas críticas, alterar condições de operação e modificar a natureza das missões militares, que podem incluir assistência humanitária em desastres naturais (Duarte, 2022a).

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) reconhece que as questões climáticas moldam o futuro ambiente de segurança e podem influenciar o planejamento e as operações militares (NATO, 2014, p. 30). Duarte (2022b) identifica quatro dimensões em que as mudanças climáticas afetam as Forças Armadas: prevenção, logística, emprego das Forças e adaptação. A prevenção envolve esforços para atingir metas de emissões; a logística se refere ao impacto dos custos e escassez de materiais; o emprego das Forças está ligado às mudanças no perfil das missões; e a adaptação implica ajustes ao clima e aos efeitos previstos (Duarte,



2022b).

A securitização das mudanças climáticas também é debatida. Esse conceito refere-se ao processo em que um tema é tratado como ameaça existencial, demandando medidas excepcionais e justificando o uso da força, o que poderia legitimar a militarização das respostas às crises climáticas (Van Dijck, 2006; Buzan, Wæver, De Wilde, 1998). Consequentemente, a mudança do clima tornou-se um problema de defesa, afetando diretamente as Forças Armadas dos países (Duarte, 2022b).

3. ÁRTICO E SUA IMPORTÂNCIA GLOBAL

Dupuy (1991) define o Ártico como as terras e mares situados ao norte do Círculo Polar Ártico, enquanto Jegorova (2013) enfatiza a complexidade dessa delimitação. Heininen (2018) complementa que a ausência de fronteiras claras leva a diferentes interpretações, afetando as percepções políticas e sociais. A região tem sofrido com a mudança do clima, com temperaturas anuais elevadas desde 2005 e previsões de derretimento total do gelo até 2037 (IPCC, 2022). A Rota do Mar do Norte se destaca como alternativa comercial, atraindo a Iniciativa Cinturão e Rota da China (Marques, 2013). A infraestrutura de transporte está sendo reavaliada, levantando possíveis disputas geopolíticas (CIA, 2024).

Historicamente, a exploração do Ártico foi impulsionada após as Guerras Napoleônicas, com o Reino Unido liderando pesquisas (Le Mière; Mazo, 2013). Disputas por recursos como petróleo e baleias já eram comuns antes do século XX (Franco, 2014), e no início desse século, surgiram disputas territoriais (Stimson, 2013). Após a Segunda Guerra Mundial, a relevância estratégica do Ártico aumentou, especialmente durante a Guerra Fria, quando a região foi vista como uma zona de conflito militar (Roucek, 1983). O potencial estratégico da área desafiou sua falta de grandes centros populacionais e caráter remoto. A economia do Ártico é centrada em indústrias extrativas, como petróleo, gás e pesca, esta última crucial para as comunidades locais. A industrialização da região iniciou-se com a construção de ferrovias, como a que ligava Gällivare e Kiruna, na Suécia. Após a Segunda Guerra Mundial, a importância militar da região aumentou, refletindo seu valor estratégico



(Tamnes; Holtsmark, 2014).

O Conselho do Ártico, criado em 1996, é um fórum de cooperação internacional entre Estados árticos e organizações indígenas, focado em questões ambientais e desenvolvimento sustentável, promovendo o diálogo entre Estados e comunidades locais (Santos, 2018). A segurança no Ártico tornou-se um tema cada vez mais relevante devido à exploração de recursos e a mudança do clima (Früge; Belsky, 2013). Os Estados Unidos lançaram a *National Strategy for the Arctic Region*, com foco em segurança e desenvolvimento sustentável (THE WHITE HOUSE, 2022). A UNCLOS regula disputas marítimas, fundamentais diante do degelo (Le Mière; Mazo, 2013). Desafios ambientais, como mudanças climáticas e poluição, afetam os ecossistemas e as comunidades locais (Young, 2011).

A exploração de recursos e o desenvolvimento da Northern Sea Route (NSR) são prioridades para a Rússia, que controla o tráfego na rota com quebra-gelos (Arctic Review, 2023; The Arctic Institute, 2011). Em 2022, a maioria dos navios na NSR era de bandeira russa, e o país continua investindo em quebra-gelos (Arctic Review, 2024; Paul e Swistek, 2022).

4. CONCLUSÃO

No primeiro capítulo, foram abordadas as principais perspectivas sobre a interseção entre Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Defesa. A mudança do clima surge como uma questão global capaz de intensificar conflitos e afetar a segurança internacional, demandando adaptações nas doutrinas militares. A securitização dessas mudanças, considerando-as uma ameaça existencial, também foi discutida.

O segundo capítulo consistiu em uma análise bibliográfica e documental sobre o Ártico, contemplando sua geografia, história e aspectos econômicos e sociais. A região, rica em recursos minerais e hidrocarbonetos, desperta o interesse de diversos países, incluindo atores não árticos como China e Índia, o que evidencia sua complexidade geopolítica.

A mudança climática, ao reduzir barreiras à exploração, torna o Ártico mais acessível e cria novas rotas marítimas, elevando a relevância estratégica da região. Isso tem fomentado a



militarização e a reavaliação das estratégias de defesa dos países envolvidos. Conclui-se, assim, que a mudança do clima está reconfigurando a dinâmica geopolítica do Ártico, exigindo uma abordagem integrada que leve em conta tanto os aspectos ambientais quanto às implicações para a segurança e a defesa.

Palavras-chave: Ártico; Defesa; Mudança do clima.

REFERÊNCIAS

ARCTIC REVIEW. **Future of the Northern Sea Route**. Disponível em: <https://arctic.review/future/northern-sea-route/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: A new framework for analysis**. Lynne Rienner Publishers, 1998.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **Arctic Ocean**. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/oceans/arctic-ocean/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

DUARTE, Rubens de Siqueira. (2022b). Os documentos de defesa e as mudanças climáticas. **Diálogos**, Soberania e Clima, V.1 No8. Brasília. Centro Soberania e Clima. 2022. ISSN online 2764-9717.

DUARTE, Rubens. (2022a). **Defesa, Segurança e Meio Ambiente: atores e perspectivas do Brasil diante de desafios comuns mundiais**. Projeto de Pesquisa, Edital FAPERJ no 19/2022 – Programa Jovem Cientista do Nosso Estado.

DUPUY, René Jean et al. (Ed.). **A handbook on the new law of the sea**. 2 (1991). Martinus Nijhoff Publishers, 1991.

FRANCO, João. **Uma introdução à geopolítica das regiões polares**. Revista de Geopolítica, v. 5, n. 2, p. 50-66, 2016.

HEININEN, Lassi. **Arctic geopolitics from classical to critical approach—importance of immaterial factors**. Geography, Environment, Sustainability, v. 11, n. 1, p. 171-186, 2018.

IPCC. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on



Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, pp. 2043–2121, doi:10.1017/9781009325844.017.

JEGOROVA, Natalja. **Regionalism and globalisation: The case of the Arctic**. Arctic Yearbook, p. 125-141, 2013.

LE MIÈRE, C.; MAZO, J. **Arctic opening: insecurity and opportunity**. Abingdon: Routledge for the International Institute for Strategic Studies, 2013.

MARQUES, Lúcia et al. **Ártico: novo mapa na tensão EUA X China e Rússia e o interesse do Brasil na região**. 2023.

NATO. **Wales Summit Declaration**. 05 Sep. 2014. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_112964.htm. Acesso em: 25 de jul. 2024.

ROUCEK, Joseph S. **The geopolitics of the Arctic**. American Journal of Economics and Sociology, v. 42, n. 4, p. 463-471, 1983.

SANTOS, Leo Evandro Figueiredo dos, et al. **O Brasil e o Ártico**. Finisterra, v. 53, n. 107, 2018.

STIMSON. **Climate, natural resources: Energy, water, oceans**. Disponível em: <https://www.stimson.org/research/climate-natural-resources/energy-water-oceans/>. Acesso em: 24 jul. 2024

TAMNES, Rolf; HOLTSMARK, Sven G. **The geopolitics of the Arctic in historical perspective**. In: **Geopolitics and security in the Arctic**. Routledge, 2014. p. 12-48.

THE ARCTIC INSTITUTE. **The future of the Northern Sea Route: A golden waterway or a niche?** Disponível em: <https://www.thearcticinstitute.org/future-northern-sea-route-golden-waterway-niche/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

THE WHITE HOUSE. **Fact Sheet: The United States National Strategy for the Arctic Region**. 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/10/07/fact-sheet-the-united-states-national-strategy-for-the-arctic-region/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

UNFCCC. **UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE**. Rio de Janeiro: 1992. Disponível em: <https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2020.



VAN DIJCK, Dominique. **Is the EU policy on illegal immigration securitized? Yes of course.** In: Pan-European Conference on EU Politics, Istanbul. 2006.

YOUNG, Oran R. **The future of the Arctic: cauldron of conflict or zone of peace?.** International Affairs, v. 87, n. 1, p. 185-193, 2011.



COOPERAÇÃO MILITAR SINO-RUSSA: TRANSFERÊNCIAS TECNOLÓGICAS E O PAPEL ESTRATÉGICO NA RECONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA GLOBAL

Wander Catarina dos Santos⁴⁸

Rodrigo Cantu de Souza⁴⁹

1. INTRODUÇÃO

A cooperação militar sino-russa é um dos pilares da nova dinâmica de poder global, em especial no setor de defesa. Desde o fim da Guerra Fria, as relações entre os dois países evoluíram de uma cooperação limitada para uma aliança estratégica consolidada. Nos últimos anos, a Rússia forneceu à China tecnologia avançada, incluindo sistemas de defesa aérea como o S-400 e motores de aeronaves, fortalecendo a capacidade chinesa de projetar poder regional e desafiar a hegemonia ocidental no Pacífico (RADIN et al., 2021; SCHWARTZ, 2021). Para compreender como a cooperação militar sino-russa se insere no cenário global o arcabouço teórico adotado na pesquisa, considera a Análise do Sistema-Mundo de WALLERSTEIN (1974) que oferece um exame da estrutura hierárquica do sistema internacional, dividida entre centro e periferia, com as nações centrais detendo o controle econômico e militar. Segundo ARRIGHI (1994), que contribui com a ideia de que a hegemonia global está intrinsecamente ligada à capacidade de projeção militar e econômica que uma dada potência consegue exercer; a China, por meio da cooperação militar com a Rússia, se beneficia no cenário global, ampliando sua influência geopolítica (ARRIGHI, 1994).

Ao mesmo tempo, essa parceria também reflete a necessidade da Rússia em diversificar suas alianças no contexto das sanções ocidentais impostas após a anexação da Crimeia e a guerra na Ucrânia. No entanto, as transferências de tecnologia entre Rússia e China não são isentas de desafios. A relação, que antes era de dependência unilateral chinesa,

⁴⁸ Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

⁴⁹ Universidade Federal de Pelotas (UFPel)



está se tornando cada vez mais assimétrica, com a China se tornando uma potência militar autossuficiente. Isso levanta questões sobre a capacidade da Rússia em manter seu papel de liderança na cooperação, especialmente em setores como a produção de aeronaves e mísseis, onde a China já começa a competir diretamente com produtos russos (WEINBAUM et al., 2022). Esta pesquisa investiga as implicações estratégicas dessa cooperação no contexto das sanções e das transformações tecnológicas, buscando entender as reconfigurações do poder global.

A hipótese central desta pesquisa é que a cooperação militar sino-russa, particularmente através da transferência de tecnologia avançada no setor de defesa aérea, como os sistemas S 400 e motores aeronáuticos, tem acelerado a modernização militar da China de maneira estratégica e assimétrica. Embora a Rússia tenha inicialmente mantido um papel predominante na cooperação, fornecendo tecnologias cruciais, o rápido desenvolvimento autônomo da indústria de defesa chinesa sugere que a China, em breve, poderá superar a dependência de armamentos russos e consolidar-se como uma potência militar independente. Este processo, além de contribuir para o reposicionamento geopolítico da China no cenário internacional, também coloca a Rússia em uma posição delicada, em que sua capacidade de manter relevância na aliança depende cada vez mais da habilidade de integrar-se à emergente estrutura multipolar de poder.

Assim, a pesquisa busca examinar as implicações dessa transição, analisando como o fortalecimento da autossuficiência militar chinesa pode desafiar o equilíbrio de poder, tanto na Ásia-Pacífico quanto globalmente, e avaliar se essa aliança ainda favorece a Rússia ou se está gerando um novo cenário onde a hegemonia chinesa prevalecerá. A conclusão antecipada desta investigação sugere que, enquanto a Rússia enfrenta desafios econômicos e industriais resultantes das sanções ocidentais, a China se consolida como um player decisivo no cenário internacional, aproveitando-se da cooperação para fortalecer sua base industrial de defesa e projetar poder militar em uma escala sem precedentes. Consequentemente, a relação sino-russa, embora fundamental para a reconfiguração do poder global, apresenta dinâmicas de dependência e competição que podem redefinir o papel de cada nação na arena geopolítica



nas próximas décadas.

2. OBJETIVOS

O principal objetivo deste trabalho é analisar os impactos da cooperação militar sino-russa sobre as capacidades tecnológicas e industriais de ambos os países, com ênfase nas transferências de tecnologia no setor de defesa aérea e suas implicações para a geopolítica global. Especificamente, os objetivos incluem:

1. Investigar como as transferências de tecnologia da Rússia para a China, especialmente no sistema S-400, influenciaram o desenvolvimento autônomo da defesa aérea chinesa.
2. Analisar as consequências dessa cooperação para a indústria de defesa russa, que atualmente enfrenta desafios em manter sua competitividade global frente às sanções ocidentais.
3. Explorar as implicações geopolíticas dessa aliança, incluindo o impacto sobre o equilíbrio de poder no Pacífico e as relações sino-russas em termos de dependência tecnológica.

3. PROBLEMA DE PESQUISA

O problema central desta pesquisa é entender como as transferências tecnológicas russas moldaram o desenvolvimento militar da China e quais são as implicações dessa cooperação para a sustentabilidade da indústria de defesa russa. Além disso, investigamos como essa parceria modifica a distribuição de poder no cenário global, particularmente na região da Ásia-Pacífico.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho é de caráter qualitativo, com base em métodos comparativos e análise causal, conforme proposto por RAGIN (2007), MAHONEY e GOERTZ (2006) e LEE e WALLERSTEIN (2000). A pesquisa combina a análise documental



com o método de *process tracing*, a fim de identificar as relações causais e marcos relevantes da cooperação militar sino-russa, especialmente em relação à transferência de tecnologia nos sistemas de defesa aérea S-400 e S-500. Conforme RAGIN (2007), "o método comparativo é essencial para examinar dinâmicas de cooperação ao longo do tempo", permitindo triangulação de informações e verificação da consistência das evidências.

A análise documental construiu a base empírica deste estudo. Como afirmam MAHONEY e GOERTZ (2006, p. 229), "a análise documental permite mapear atores e identificar marcos críticos". O *process tracing*, conforme definido por MAHONEY e GOERTZ (2006), é utilizado para mapear eventos-chave da cooperação sino-russa, analisando o impacto de contratos bilaterais e transferências de tecnologia no setor de defesa. A análise documental inclui fontes como o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) e a RAND Corporation, que fornecem dados detalhados sobre transações de armamentos e desenvolvimento tecnológico (SIPRI, 2024; WEINBAUM et al., 2022).

Essa abordagem permite rastrear as consequências das sanções internacionais sobre a Rússia e o impacto dessas transferências para a indústria de defesa da China. O uso do Índice Herfindahl-Hirschman (IHH) será uma ferramenta adicional para avaliar a concentração e vulnerabilidades nas indústrias de defesa de ambos os países, fornecendo uma análise mais detalhada sobre os efeitos de mercado dessas cooperações tecnológicas.

5. RESULTADO PRELIMINARES

Os resultados preliminares diagnosticam que a transferência de tecnologia russa, especialmente no setor de defesa aérea, teve um impacto significativo no desenvolvimento autônomo da China. A aquisição do sistema S-400 é um exemplo claro de como essa parceria acelerou a modernização militar chinesa, permitindo ao país contestar a supremacia militar dos EUA na Ásia-Pacífico (GORENBURG et al., 2023). Além disso, a China conseguiu adaptar essa tecnologia para desenvolver seus próprios sistemas de defesa, como o HQ-9, aumentando sua capacidade de projeção de poder (WEINBAUM et al., 2022).

Por outro lado, a Rússia enfrenta desafios crescentes em manter sua competitividade no



mercado global de armamentos, especialmente sob o impacto das sanções ocidentais. A dependência russa de contratos com a China tem levado a um aumento de vulnerabilidades estratégicas, com uma crescente assimetria nas relações bilaterais (RADIN et al., 2021). O uso do Índice Herfindahl-Hirschman (IHH) indica uma alta concentração de dependência em determinados setores, particularmente no fornecimento de componentes eletrônicos e motores de aeronaves.

6. REFERÊNCIAS

ALMAZ ANTEY. **Cooperação técnico-militar**. Disponível em:

http://www.almaz-antey.ru/voenno_tekhnicheskoe_sotrudnichestvo/. Acesso em: 13 out. 2024.

ARRIGHI, G. **The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times**. London: Verso, 1994.

ARRIGHI, __. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008. 412 p.

GORENBURG, D.; SCHWARTZ, P.; WAIDELICH, B.; WISHNICK, E.; CHESNUT, M.; LENNOX, B. **Russian-Chinese Military Cooperation: An Increasingly Unequal Partnership**. CNA Report, Washington, v.1, p. 1-120, 2023. Disponível em: <https://www.cna.org/reports/2023/05/russian-chinese-military-cooperation>. Acesso em: 13 ago. 2024.

KIRSCHBAUM, C. Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, São Paulo, v.28, n.179, p.179-193, 2013.

KONG, Weilong. **Russia's War in Ukraine Could Reshape the Global Arms Market in Favor of China**. RAND Corporation, 2023. Disponível em:

<https://www.rand.org/pubs/commentary/2023/07/russias-war-in-ukraine-could-reshape-the-global-arms.html>. Acesso em: 11 out. 2024.

Property Rights Alliance. **Índice Internacional de Direitos de Propriedade 2024**. 2024.

LEE, R.; WALLERSTEIN, I. Overcoming the Two Cultures: Science versus the Humanities in the Modern World-System. In: WALLERSTEIN, I. (Ed.) **The Modern World-System**. New York: Routledge, 2000. Cap. 5, p. 45-60.

MAHONEY, J.; GOERTZ, G. A Tale of Two Cultures: Contrasting Quantitative and Qualitative Research. **Political Analysis**, New York, v.14, n.227, p.227-249, 2006.



RADIN, A.; SCOBELL, A.; TREYGER, E.; WILLIAMS, J.D.; MA, L.; SHATZ, H.J.; ZEIGLER, S.M.; HAN, E.; REACH, C. **China-Russia Cooperation: Determining Factors, Future Trajectories, Implications for the United States**. RAND Corporation, 2021. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR3067.html. Acesso em: 11 dez. 2023.

RAGIN, C. **La construcción de la investigación social**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. Capítulos 4 e 5.

SIPRI. **Arms Transfers Database**. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/armstransfers>. Acesso em: 13 out. 2024.

UNROCA. **United Nations Register of Conventional Arms**. Disponível em: <https://www.unroca.org/>. Acesso em: 13 out. 2024.

WALLERSTEIN, I. **O Sistema Mundial Moderno: agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. São Paulo: Hucitec, 1974.

WALLERSTEIN, I. **World-Systems Analysis: An Introduction**. 5ª ed. Durham and London: Duke University Press, 2004.

WEINBAUM, C.; O'CONNELL, C.; POPPER, S. W.; BOND, M. S.; BYRNE, H. J.; CURRIDEN, C.; FAUERBACH, G.; LILLY, S.; MONDSCHIEIN, J.; SCHMID, J. **Assessing Systemic Strengths and Vulnerabilities of China's Defense Industrial Base**. RAND Corporation Research Brief, California, v.1, p.1-12, 2022. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RBA930-1.html. Acesso em: 13 set. 2024.



TRANSFORMAÇÃO MILITAR E A GUERRA DO IRAQUE (2003-2011): O NOVO MODO AMERICANO DE FAZER A GUERRA COMO UM DOS FATORES DO DECLÍNIO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE

Fernando Speggorin Martini⁵⁰

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um resumo expandido da pesquisa que está sendo realizada pelo autor, sob orientação do Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins, na linha de Segurança Internacional no âmbito do PPGEEI/UFRGS. A pesquisa estuda a correlação entre a Transformação Militar Restrita adotada pelos EUA (RUMSFELD, 2002) e o declínio relativo da hegemonia americana no Sistema Internacional, buscando compreender tal processo com enfoque na Guerra do Iraque (2003).

A Guerra do Iraque foi iniciada pelos EUA em 2003, que lideraram uma coalizão militar cujo objetivo declarado era a derrubada do governo de Saddam Hussein. Muitos pesquisadores apontam a Guerra do Iraque como um fracasso estratégico americano, frequentemente relacionado – ora como uma das causas, ora como uma das consequências – ao fim da hegemonia unipolar americana.

As linhas norteadoras da ação americana estiveram baseadas, politicamente, nos marcos da Doutrina Bush (TRIZOTTO, 2018), como convencionou-se o conjunto de enunciados de política externa presidenciais feito a época do governo de George W. Bush. Em seu centro estavam: a previsão dos EUA agirem unilateralmente, a legitimidade da guerra preemptiva e a disposição de empreender guerras de mudança de regime. Desse modo, pode se inferir que existe uma estreita interconexão entre a Guerra do Iraque e a estratégia militar americana durante o Governo Bush, conforme disposto na *National Security Strategy* (EUA, 2002).

⁵⁰ Aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI/UFRGS). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1139327268828510>



Max Boot (2002) observou como a forma de projeção de força americana foi sendo alterada, passando a se fundamentar especialmente no uso incremental de tecnologia militar e emprego pontual de tropas. Nesse ensejo, Boot denominou o processo de Novo Modo Americano de Fazer a Guerra⁵¹, buscando demonstrar como as Forças Armadas americanas tinham conseguido uma vitória militar rápida, em uma área muito mais ampla que a da Guerra do Golfo (1990-1991) e com menos da metade do efetivo de tropas.

A despeito de uma vitória inicial rápida e com poucas baixas americanas, o sucesso militar não se consolidou em um sucesso político. Cumpre destacar que a luta pela invasão do país estendeu-se por apenas pouco mais de um mês (HOSMER, 2007). Contudo, a ocupação revelou-se uma tarefa de mais difícil consecução (CAMP, 2009). A insurgência Iraquiana se revelou resiliente (CORDESMAN, 2006) e a falta de efetivo militar e a incapacidade de controlar o território tornaram a tarefa árdua e dispendiosa, o que foi erodindo os ganhos militares iniciais a medida que o atrito tornou os custos da guerra – políticos e econômicos – insustentáveis. (TRIZOTTO, 2018).

Quanto aos efeitos da guerra, Cordesman (2007) apontou para os riscos do sobrestiramento militar americano (*overstretch*), que à época empreendiam duas guerras (Iraque e Afeganistão). Ao seu turno, Brzezinski (2007,) também alertou para desgaste da presença dos EUA no Oriente Médio, acusando a Guerra do Iraque de ser um sorvedouro de recursos. Os efeitos da elevação dos custos da hegemonia já haviam sido expressos por Gilpin (1981), Paul Kennedy (1989) e Mearsheimer (2007), e a Guerra do Iraque demonstrou a validade do raciocínio.

Diferente da Guerra do Golfo, quando os americanos impuseram uma vitória esmagadora que consolidou a Doutrina da *Airland Battle* (BOOT, 2003; LEWIS, 2007), a Guerra do Iraque parecia uma guerra sem fim, contra um inimigo indefinido, e com objetivos estratégicos difusos (DALE 2008). Como Acharya (2014) resume, a superioridade do poder militar americano não se traduziu em influência geopolítica.

⁵¹ Trata-se um contraponto a expressão cunhada por Russell Weigley (1973), em que descreve o “*American Way of War*”, ou modo americano de fazer a guerra como um estratégia militar fortemente baseado no atrito.



Em seu trabalho com Katsumata (2011), Acharya aponta que após a Guerra do Iraque, houve uma crise de governança global, especialmente pela falta de legitimidade da liderança americana e o insucesso da “Agenda para Paz” estabelecida pela ONU. Acharya (2014) é assertivo em apresentar uma relação bastante direta entre a estratégia militar americana no Oriente Médio e o declínio relativo de seu poder. Ao seu turno, Svartman (2013) aponta que as intervenções no Iraque e no Afeganistão em nome da guerra global ao terror como fator de um reposicionamento estratégico dos EUA.

A polaridade e a polarização do Sistema Internacional, nos termos postos por Kenneth Waltz (1979), são centrais do debate realista das Relações Internacionais. Reconhecendo que o debate sobre tais definições não possui consenso, mas importantes autores apontaram a ocorrência na alteração da polaridade, uma transição sistêmica. Ainda assim, é possível investigar o fim da Unipolaridade Americana, buscando encontrar sua relação com a Guerra do Iraque.

2 OBJETIVO

O objetivo geral da pesquisa é **analisar** a Transformação Militar Americana e Guerra do Iraque, investigando seus reflexos para a polaridade e polarização do Sistema Internacional. Para atingir os objetivos propostos, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: **(a) Apresentar** o conceito de Unipolaridade Unilateral Americana, **compreendendo** os conceitos de Equilíbrio, Polaridade e Polarização a luz do Realismo Estrutural; **(b) Descrever** a Guerra do Iraque, **destacando** os aspectos mais relevantes ao objetivo geral deste trabalho; **(c) Analisar** o processo de Transformação Militar Restritiva ocorrido nas Forças Armadas dos EUA, **estudando** o conceito de RMA e Transformação Militar; **(d) Correlacionar** a Transformação Militar Restritiva, a partir da Guerra do Iraque, com o fim da Unipolaridade Unilateral, **concluindo** sobre os reflexos no Sistema Internacional.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

Considerando a ocorrência de alterações na polaridade e polarização do Sistema



Internacional, com a possível transição da unipolaridade para multipolaridade, como a Transformação Militar Americana e a Guerra do Iraque se relacionam com o declínio relativo do poder americano?

4 METODOLOGIA

Este trabalho utiliza uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e documental, analisando o fenômeno da transformação militar americana e a Guerra do Iraque. Para fundamentar a análise, vale dizer que o marco teórico está estruturado em cinco partes: **(a)** o papel da guerra na definição da polaridade; **(b)** o debate do Realismo Estrutural sobre de Equilíbrio, Estabilidade, Polaridade e Polarização; **(c)** o conceito de Revolução em Assuntos Militares e Transformação Militar; **(d)** o estudo da estratégia militar americana nas décadas de 90 e 2000, a partir do Realismo Ofensivo (com enfoque na projeção de poder sobre o Oriente Médio e a Doutrina Militar Terrestre); e **(e)** as teorias da Mudança no Sistema Internacional, a partir do aporte teórico de Gilpin, cotejando com o conceito de sobrestiramento do Mearsheimer e o debate sobre a hegemonia americana no pós-Guerra Fria.

5 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se obter uma compreensão mais aprofundada da correlação entre a o declínio da hegemonia americana, ou o fim da unipolaridade unilateral, com a Guerra do Iraque. Até o presente momento, se observa que a Guerra do Iraque é apontada como um fracasso estratégico, que é explorado por diversos trabalhos como um dos marcos do declínio do poder americano. Como resultado final, intenta-se produzir uma estudo que colabore com a compreensão da Guerra do Iraque e seus reflexos no Sistema Internacional, além de fornecer elementos que contribuam para o entendimento do fenômeno de transformação militar.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARYA, Amitav; KATSUMATA, Hiro. **Beyond Iraq: The Future of World Order.**



EUA: World Scientific, 2011.

ACHARYA, Amitav. **The End of American World Order**. EUA: Polity, 2014.

AMORIM, Celso. Política Internacional e o Brasil no Mundo: da unipolaridade consentida à multipolaridade possível. CEBRI Revista, Ano 1/n 1 JAN-MAR 2022.

BANCO, Erin. **Pipe Dreams, The Plundering of Iraq's Oil Wealth**. EUA: Columbia Global Reports, 2018.

BOOT, Max. **La Nueva Forma Estadounidense de Hacer la Guerra**. Foreign Affairs en Español, Cidade do México, v. 3, n. 3, p. 29-45, jul.-set. 2003.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Second Chance: Three Presidents and the Crisis of American Superpower**. EUA: Basic Books. 2007.

CAMP, Dick. **Operation Phantom Fury the Assault and Capture of Fallujah**. EUA: Zenith Press, 2009.

CORDESMAN, Anthony H. **Salvaging American defense: the challenge of strategic overstretch**. EUA: Center for Strategic and International Studies, 2007.

CORDESMAN, Anthony H. **The Iraq War and Lessons for Counterinsurgence**. EUA: Center for Strategic and International Studies, 2006.

DALE, Catherine. **Operation Iraqi Freedom: Strategies, Approaches, Results, and Issues for Congress**. EUA: Congressional Research Service, 2008.

EUA. **The National Security Strategy of the United States of America**. EUA: Washington, 2002

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. São Paulo: Cambridge Press, 1981, p. 9-49.

HOSMER, Stephen T. **Why the Iraqi Resistance to the Coalition Invasion Was So Weak**. EUA: RAND Corporation, 2007.



KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

LEWIS, Adrian R. **The American Culture Of War: The History Of U.S. Military Force From World War II To Operation Iraqi Freedom**. USA, Routledge, 2007.

MEARSHEIMER, John J. **A tragédia da política das grandes potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.

RUMSFELD, Donald. **Transformando as Forças Armadas**. In: *Política Externa*. Vol 11. nº 2, p. 12- 21. set/out/nov, 2002.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **A Agenda de Defesa do Brasil para a América do Sul**. In: Carlos Schmidt Arturi. (Org.). *Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança*. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

TRIZOTTO, Laís Helena Andreis. **A Guerra do Iraque e a Transformação Militar nos Estados Unidos da América**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. EUA: Addison-Wesley, 1979.

WEIGLEY, Russell. **The American Way of War: A History of United States Military Strategy and Policy**. Londres: Macmillan, 1973.



DINÂMICA REGIONAL DENTRO E FORA DE FAIXA DE FRONTEIRA NO BRASIL: USO E COBERTURA DA TERRA

Gabriel Gomes de Carvalho⁵²

Norma Valencio⁵³

INTRODUÇÃO

O Brasil vem passando por metamorfoses espaciais substantivas nas últimas décadas, resultantes tanto das políticas de indução à interiorização do desenvolvimento – como no referente aos investimentos em infrassistemas estratégicos (hidrelétricos, viários, comunicação e afins) e fomentos e incentivos setoriais específicos (agronegócio, construção civil, mineração e outros) – quanto do processo de célere urbanização que lhe corresponde, ademais do reforçamento de conexões com o mercado global (IBGE, 2011; Costa, Moreira e Nery, 2012; Santos, 2021). Uma miríade de *datasets* disponíveis, com dados de diferentes naturezas (dos demográficos aos econômicos) e escalas geográficas, contribui na identificação de diferentes aspectos destas metamorfoses. Um deles é o proporcionado pela plataforma MapBiomias⁵⁴, viabilizada por uma rede colaborativa interinstitucional dedicada à sistematização e processamento automatizado de grande volume de dados acerca do uso e cobertura do solo no país e cuja visualização da série histórica, por diferentes classes/níveis de uso e recortes temporais de interesse do usuário, é disponibilizada por meio de imagens ou dados numéricos. A referida plataforma permitiu acesso expedito a dados atualizados, favorecendo descortinar diferentes dinâmicas de regionalização e de constituição de fronteiras. O uso das divisões territoriais brasileiras, disponibilizadas pelo IBGE, orienta a construção dos grupos de análise, permitindo um esforço de classificação.

Região é um conceito capital nos estudos espaciais (Santos, 2021), ainda que possa ser

⁵² Mestrando em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). [<http://lattes.cnpq.br/3816131568033484>]

⁵³ Professora Sênior do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). [<http://lattes.cnpq.br/7161606146208875>]

⁵⁴ O acesso à Plataforma MapBiomias, descrevendo a sua constituição, objetivos e todas as estatísticas disponíveis se dá pelo link: <https://brasil.mapbiomas.org/>



também um conceito-obstáculo naquilo que invisibilize os campos de força atuantes (Lacoste, 2012). Um modo de superar tal impasse é abranger analiticamente a totalidade do espaço (Santos, 2023), voltando-se à concatenação entre suas partes constituintes. Os conjuntos fixos representam objetos espaciais ordenados; portanto, sob padrões de ocupação a serem desvelados. Tal desvelamento permite embasar a interpretação dos fluxos que animam tais conjuntos e os tornam *formas-conteúdo* (Santos, 2021).

Regiões de fronteira são demarcadores político-administrativos institucionalmente bem delimitados e, eventualmente, distinguem muito nitidamente os padrões de uso e cobertura de solo, uma vez que os últimos estão sujeitos ao modelo de desenvolvimento que as políticas, sob tal jurisdição, induzem. Uma questão que se coloca é: *num dado país, como Brasil, esses padrões também distinguem as regiões de fronteira daquelas fora da faixa de fronteira? É dizer, tomada como uma região, a faixa de fronteira mantém coerência com a totalidade do mosaico territorial nacional?*

OBJETIVOS

Objetiva-se, desde uma intersecção do olhar das Ciências Ambientais com a Sociologia, compreender as dinâmicas do uso e cobertura das terras nas regiões de fronteiras do Brasil *vis-à-vis* a região fora da referida fronteira, tendo em consideração as quatro últimas décadas (período 1985-2022).

PROBLEMA DE PESQUISA

Existem tantas regiões de fronteira quanto se queira estabelecer e a retórica acerca de um mundo sem fronteiras, entre “nós” e “eles”, está longe de se cumprir em termos geopolíticos ou socioeconômicos e culturais (Correia, 2013; Velasco, 2019). No que tange às regiões fronteiriças entre países, essas “bordas” aproximativas deste Outro, potencialmente ameaçador e que pode instabilizar-se politicamente, requer formas incisivas de demonstração de sua distinção. Uma delas, como “áreas sensíveis” de altos fluxos (Salla *et al.*, 2014), é o desenvolvimento de políticas públicas específicas – tais como o Plano Estratégico de



Fronteira, 2011 – identificando unidades político-administrativas que estão sob regras específicas de engenharia civil, aquisição ou arrendamento de terras, exploração econômica e auxílio financeiro do governo federal (IBGE, 2022).

No contexto brasileiro, a faixa de fronteira terrestre ou continental tem contiguidade com um Outro multifacetado, decomposto em nove países (Uruguai, Paraguai, Argentina, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname) e um território europeu ultramarino (Guiana Francesa) (Fig.1), cada qual com suas matrizes étnicas e processos de mestiçagem específicos e suas repercussões territoriais. Do lado de cá da fronteira, os hibridismos socioculturais não são menos complexos e seus reflexos sobre seus lugares, *idem*. Há desde comunidades mestiças a povos indígenas. Os primeiros, forjados pela *ninguendade* (Ribeiro, 1995) e pela migração da pobreza (Martins, 2002), tendo na identidade nacional brasileira a única ancoragem sociocultural distintiva para interagir com o estrangeiro nas adjacências e cujas práticas territorializadas vão do extrativismo vegetal, animal e mineral de pequena escala à agricultura de subsistência, como ocorre no modo de vida caboclo. Os últimos, embora ali radicados desde tempos pré-coloniais, experienciam uma territorialidade incessantemente contestada, cuja garantia se estabelece a partir da reafirmação de suas identidades culturais antecedentes à sua brasilidade bem como manutenção de seus vínculos sociais ampliados, ambos conexos a lugares e trânsitos ancestralmente referenciados e que ultrapassam os referenciais político-territoriais e de soberania definidos pelo conjunto de Estados-nação (Bresser-Pereira, 2017) do continente. Há, ainda, comunidades provenientes de colonização europeia (alemã, italiana), que preservam esse referente cultural e étnico branco para sua pluriatividade agropastoril de pequena escala – ou a pecuária extensiva, no caso dos pampas gaúchos – e, por fim, setores empresariais ultramodernos do *agrobusiness*, concentradores de terra. Indaga-se, preliminarmente, se as dinâmicas contemporâneas de uso e cobertura da terra da faixa de fronteira têm particularidades frente à região brasileira fora da faixa de fronteira.

Figura 1. Mapa da região de fronteira do Brasil



Fonte de dados: IBGE, 2024.

METODOLOGIA



Utiliza-se os conjuntos de dados públicos para construção do trabalho, uso e cobertura das terras no espaço brasileiro e a divisão territorial brasileira. Para a delimitação da região, utiliza-se da faixa de fronteira. Ambos os *datasets* são disponibilizados abertamente pelo IBGE (IBGE, 2024). Por faixa de fronteira, entende-se, “a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres”, conforme a Constituição Federal, artigo 20, parágrafo 2º (BRASIL, 1988).

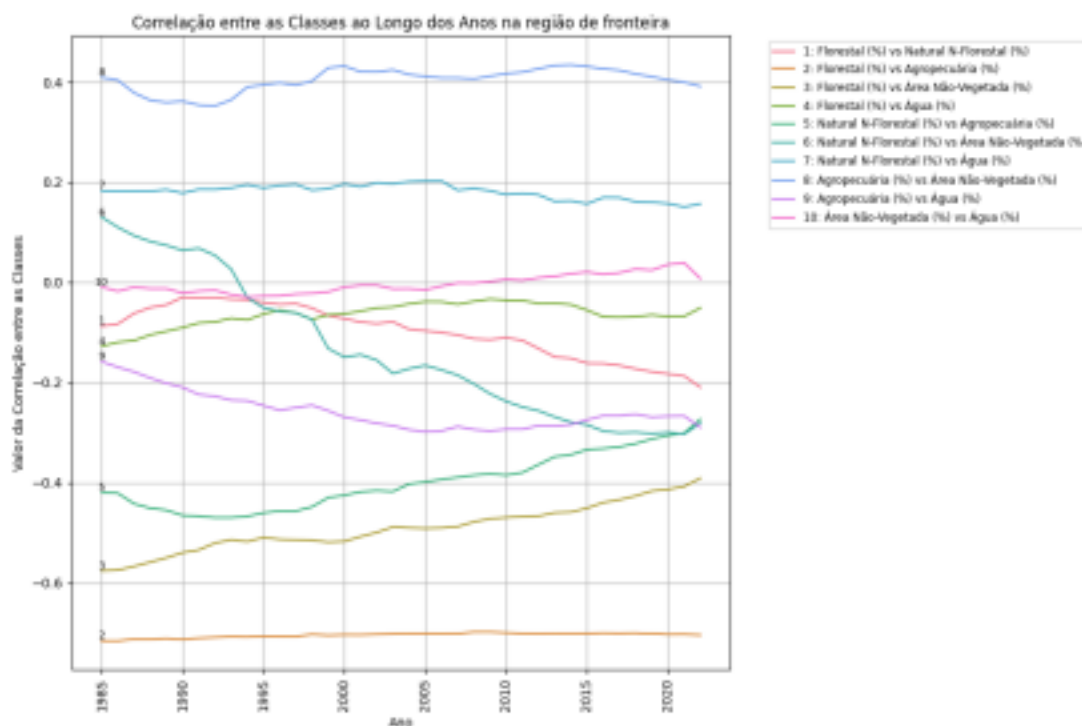
Para preencher o conteúdo dos municípios, no que tange aos dados de uso e ocupação das terras, utiliza-se dados do projeto MapBiomas (Souza *et al*, 2020). A classificação utilizada representa a hierarquia de classes nível 1, a saber: (a) Formação Florestal; (b) Formação Natural não florestal; (c) Agropecuária; (d) Área Não-vegetada e (e) Água.

RESULTADOS FINAIS/PRÉVIOS/ESPERADOS

Para o conjunto de municípios dentro da região de fronteira (figura 2), a correlação mais forte ($\rho = 0.703$) encontra-se, na comparação entre: [2] área florestal vs área de agropecuária, apresentando pouca amplitude ao longo do tempo; as relações entre [3] área florestal vs área não vegetada e [5] natural não-florestal vs agropecuária mostram-se moderadas; porém, com a tendência de se tornarem fracas; a relação entre [6] área natural não-florestal e área não vegetada mostra-se com a maior amplitude durante o período, apresentando uma inversão entre correlação de associação positiva para correlação associação negativa.

Dado o conjunto de séries temporais (Fig. 2), nota-se que para as regiões de fronteira, a diminuição das áreas vegetação florestal acompanha um aumento das áreas de agropecuária. Tendenciosamente, a troca de natureza da relação de [6] área natural não-florestal com área não-vegetada pode caracterizar um avanço da mancha urbana sobre o bioma dos pampas. Na região de fronteira, a maior quantidade de municípios localiza-se na macrorregião Sul do País (figura 1). Ainda que, nas outras macrorregiões o valor somado das áreas municipais seja maior que no Sul, o número de subespaços (municípios) concentrados na região Sul dita a dinâmica do grupo de municípios dentro da área de fronteira.

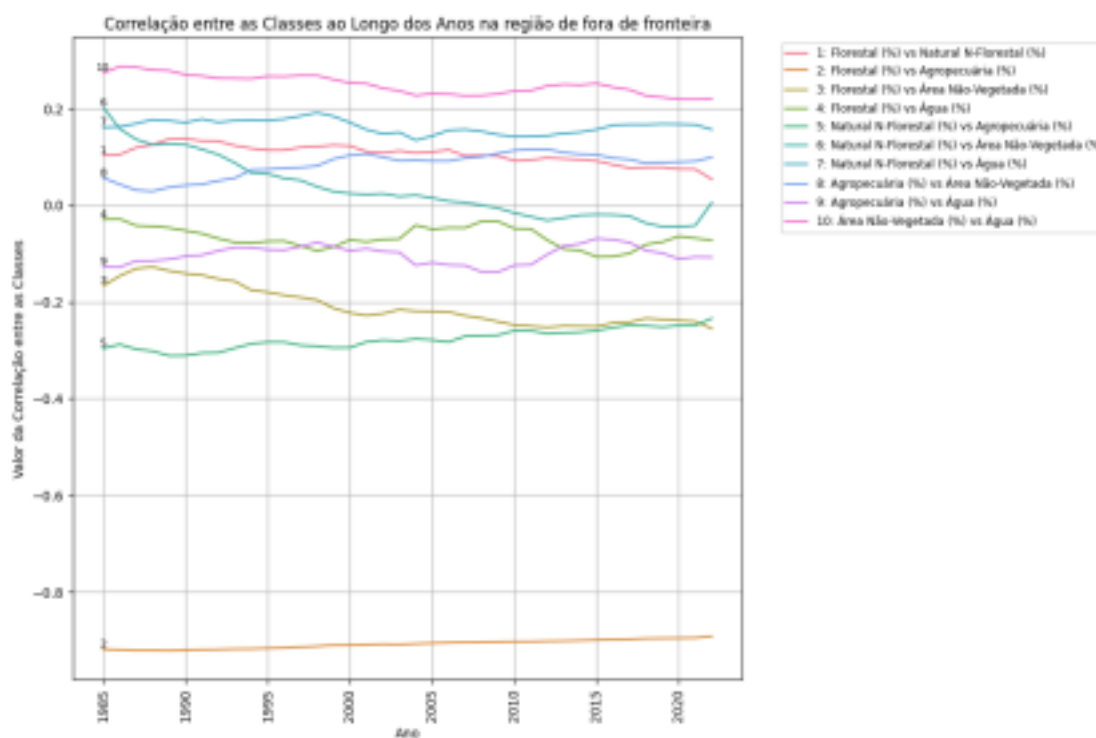
Figura 2. Correlação entre classes de cobertura de terras na região de fronteira



Fonte de dados: MapBiomas, 2024.

Para o conjunto de municípios fora da fronteira (Fig. 3), a correlação entre [2] área florestal vs agropecuária, demonstra-se muito forte ($\rho = 0.901$), com uma baixa amplitude no período observado; as outras correlações entre as classes apresentam valores menores que ($\rho \pm 0.4$) sendo correlações de pouca força.

Figura 3. Correlação entre classes de cobertura de terras fora da região de fronteira



Fonte de dados: MapBiomass, 2024.

As dinâmicas encontradas na região de fronteira mostram-se distintas da região fora da faixa de fronteira. Para a região de fronteira, as tendências, tanto positivas quanto negativas, surgem com maior expressividade, caracterizando mudanças quantitativas de cobertura das terras mais abruptas. Para a região fora da fronteira, as séries temporais mostram-se com menores amplitudes, revelando uma troca de cobertura mais espreada temporalmente e entre as diferentes classes.

Como principal relação, destaca-se a [2] área florestal vs agropecuária, possuindo os valores mais altos em ambas as regiões. Uma característica essencial dessa relação, é a inversão proporcional, isto é, a substituição de áreas florestais por áreas de agropecuária, demonstrando seu caráter estrutural no modelo de desenvolvimento adotado no país nas últimas décadas. No Brasil o desmatamento é o principal responsável pela emissão de gases de efeito estufa (BRASIL, 2024).



Orienta-se pelo arcabouço teórico-conceitual da geografia crítica, em intersecção com a sociologia e as Ciências Ambientais, amplia-se o conhecimento sobre o território usado e suas dinâmicas. Esse contínuo “esforço de classificação” (Santos, 2023, p. 22), qualifica e complexifica os processos socioambientais, *vis-a-vis* problemas concretos que devem ser superados.

AGRADECIMENTOS: N.V. e G.G.C agradecem à Fapesp, processo número 2022/09136-1. G.G.C agradece à Fapesp o processo. Número 2023/03000-3.. N.V. agradece ao CNPq pelo apoio na forma de Bolsa de Produtividade, processo número 316828/2023-8.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 set. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – MME. **5.a Conferência Nacional do Meio Ambiente: Emergência Climática, o desafio da transformação ecológica**. Documento Base. Brasília: MMA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/gm/5a-CNMA/documento-base.pdf/> Acesso em: 05 set. 2024.

BRESSER-PEREIRA, LUIZ CARLOS. Estado, Estado-nação e formas de intermediação política. **Lua Nova**, São Paulo, n.100, 155-185, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/3WBTjZLvpPzdLqdxxbCVNTQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 de abril de 2024.

COSTA, W. B.; MOREIRA, M. N.; NERY, M. G. E S. REPENSANDO A REGIONALIZAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA TEORIA DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL. **Espaço em Revista**, v. 14, n. 2, 22 dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/er.v14i2.17952>. Acesso em: 22 set. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Evolução da divisão territorial do Brasil: 1872-2010**. – Documentos para disseminação, memória institucional 17. Ministério do Planejamento, orçamento e gestão. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Municípios da**



Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html>> Acesso: 25 de jan, 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha municipal.** Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?edicao=36516&t=o-que-e>> Acesso: 25 de jan, 2024.

LACOSTE, Y. **A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra/** Yves Lacoste; tradução Maria Cecília França. – 19ª Ed. – Campinas, SP; Papirus, 2012.

MARTINS, JOSÉ DE SOUZA. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** 2.a Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PAULA, E. A.; VALENCIO, N.; CORREIA, D.. Entre desastres catastróficos e mobilidades controladas: das idas e vindas de camponeses brasileiros à chegada dos imigrantes haitianos no “reino deste mundo amazônico”.

Contemporânea – **Revista de Sociologia da UFSCar.**São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 45-71. Disponível em:

<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/118> Acesso em: 25 set. 2024.

RIBEIRO, DARCI. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALLA, F.; ALVAREZ, M. C.; OI, A.; ROCHA, T. Violência e a Gestão das Fronteiras do Brasil. **Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública**, v. 8, p. 9-28, 2014. Disponível em:

<https://nev.prp.usp.br/publicacao/violencia-e-a-gestao-das-fronteiras-do-brasil/> Acesso em: 24 set. 2024.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e Metodológicos da Geografia.** / Milton Santos; em colaboração com Denise Elias. – 6. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SANTOS, M. **Espaço e método.** – 5. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

SOUZA, C. M. et al. Reconstructing Three Decades of Land Use and Land Cover Changes in Brazilian Biomes with Landsat Archive and Earth Engine. **Remote Sensing**, v. 12, n. 17, p. 27-35, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/rs12172735> Acesso: 24 set. 2024.



VELASCO, J. C. De muros intransponíveis a fronteiras transitáveis. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 27, n. 57, p. 159–174, dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005710> Acesso: 23 set. 2024.



PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO E A GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO): UMA ANÁLISE DA MUDANÇA DOUTRINÁRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Natália Machado Lopes Lopes⁵⁵

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca compreender a configuração da doutrina militar brasileira e as suas mudanças ao longo do tempo e de novos contextos nacionais e internacionais, principalmente, após a ditadura militar do país, a qual gerou um momento de reconfiguração da relação civil-militar. Assim, o tema da pesquisa trata da doutrina militar de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) do Exército Brasileiro. Importante ressaltar que a GLO surge nesta nomenclatura a partir da Constituição de 88, no Artigo 142, que permite a intervenção das Forças Armadas para garantia tanto de poderes constitucionais, quanto da lei e da ordem.

Com isso, a questão central que este trabalho busca abordar é: “Quais têm sido as mudanças da doutrina militar de Garantia da Lei e da Ordem do Exército Brasileiro após a Constituição Federal de 1988?”. Assim, o objetivo geral da pesquisa é entender as mudanças geradas pelas operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op. GLO) pós-Constituição de 88 na doutrina militar do Exército Brasileiro, dividindo-se em três objetivos específicos correspondentes a cada um dos capítulos, sendo estes: i) conceitualizar os conceitos de segurança e defesa no país para entender como reflete no pensamento militar brasileiro e na relação civil-militar; ii) contextualizar a doutrina militar, compreendendo como ocorrem as suas mudanças e a relação desta transformação com as operações de Garantia da Lei e da Ordem por responsabilidade das Forças Armadas; e iii) analisar os documentos oficiais de defesa, segurança e doutrina, buscando averiguar as mudanças doutrinárias do Exército

⁵⁵ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Bacherela em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2245025736056829>.



Brasileiro, e se há uma nova doutrina presente.

A pesquisa justifica-se academicamente pela escassez de estudos que envolvam a doutrina militar, após o período de redemocratização, e a influência da GLO no doutrinamento desses militares para ações internas ligadas à segurança pública do país. Além disso, o estudo corrobora com o debate sobre a mudança doutrinária e suas evoluções a depender do contexto, a qual ainda apresenta embates em relação aos fatores que ocasionam essa mudança.

No âmbito social, o estudo justifica-se por abordar a atuação das Forças Armadas em questões internas, sobretudo, após o aumento de Op. GLO nas duas últimas décadas no Brasil, e a insubordinação dos militares sob o controle civil. Ademais, a pesquisa busca estimular a participação da sociedade civil em assuntos voltados à segurança e defesa. Dessa forma, possibilita-se definir com maior êxito os temas ambíguos relacionados à defesa no país, resultando em um processo democrático mais transparente e menos autoritário a partir da participação da sociedade civil e suas instituições representativas.

2 ESTRUTURA DA PESQUISA

O período de redemocratização no Brasil possui como marco a Constituição Federal de 1988, realizada durante o mandato do ex-presidente José Sarney, entre 1985 a 1990. A propositiva de uma carta magna fez-se necessária após 21 anos de ditadura militar no país, anos lembrados pela violação subsequencial de diversos direitos civis. Para tanto, a criação de uma nova Constituição para iniciar o retorno da democracia no território brasileiro conteve variadas pressões de grupos civis, instituições e militares.

Um dos principais pontos reverberados no primeiro capítulo, trata-se da relação civil-militar, a qual pode ser considerada como uma dialética que se perpetua por todos os governos brasileiros após a redemocratização, ou pode-se dizer que até mesmo antes. Vale ressaltar as críticas proferidas sobre esta relação, pois segundo Zaverucha (1994), o Brasil não se apresenta como um Estado avançado no processo democrático, estando presente em uma situação intermediária. De acordo com o autor, o estado brasileiro mantém uma *tutela amistosa*, ou seja, há uma convivência da sociedade civil com a manutenção da autonomia



militar, a partir da preservação da estrutura do Estado, a qual permite este comportamento (Zaverucha, 1994, p. 10).

O segundo capítulo contextualiza a doutrina militar, com o objetivo de compreender como ocorre a mudança doutrinária e conexão desta transformação com as Op. GLO por responsabilidades dos militares. Na literatura não há um consenso em relação aos fatores que geram a mudança de uma doutrina, podendo ser tanto externos quanto internos, e sendo relacionados com a vontade política e o arranjo institucional do país. Alguns autores como Posen (1984), Hoiback (2013) e Jensen (2016) abordam sobre a definição do termo “doutrina” e por qual razão elas mudam, justificando o uso destes autores, a qual será aprofundado no decorrer do trabalho.

E por último, o terceiro capítulo, analisa os documentos oficiais do Estado e das instituições de defesa e segurança do país que tratam sobre a atuação das FA, buscando compreender a evolução da doutrina militar brasileira após a redemocratização. Assim, a pesquisa organiza-se a partir do método de procedimento qualitativo que visa a interpretar o conteúdo dos três documentos de defesa, atualizados a cada quatro anos, sendo estes: i) a PND, a qual apresenta as orientações gerais de segurança e defesa, as missões protagonizadas prioritariamente pelas FA e quais são ameaças aos países; ii) a END, delineando as linhas de ação e como alcançar os objetivos definidos no PND (Meneghim Donadelli *et al*, 2021). Ademais, a pesquisa analisa o seu principal objeto de estudo, o Manual de Campanha de Operações de Garantia da Lei e da Ordem, realizada pelo Ministério da Defesa no ano de 2014, e atualizado em 2018. Além da seleção de outros dados e registros de atividades, disponibilizados publicamente, das operações de efetuadas no território nacional desde 1988 a 2024.

Para isso, a pesquisa baseia-se na análise de conteúdo de Lawrence Bardin de 1977, na obra “Análise de Conteúdo”, com o intuito de constituir um *corpus* de análise a partir da ²⁵⁶pré-análise dos documentos supracitados. Essa pré-análise consiste em uma leitura flutuante que visa à organização sistemática do conteúdo presente nos documentos selecionados em

⁵⁶ “O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 1977, p. 96).



indicadores (Bardin, 1977). Posto isto, o *corpus* de análise compõe-se por recortes de textos em unidades que busca auxiliar na formulação da categorização e codificação da temática (Bardin, 1977, p. 100). A codificação é a etapa-chave da análise, a qual os dados localizados no texto angariam uma representação do conteúdo observado.

Dessa forma, utiliza-se o software *Nvivo*⁵⁷ para auxiliar a técnica de pesquisa, tornadas etapas de análise mais fáceis e visuais, a partir do uso de ferramentas como a nuvem de palavras e a árvore de palavras interligada aos trechos. Ademais, a escolha desse programa deve-se pelo método de procedimento qualitativo optado para a análise de doutrinas militares, visto que os documentos selecionados exigem uma análise qualitativa sobre a utilização das palavras e o seu núcleo de sentido. Essa etapa de análise de conteúdo robustece as categorias de análise que serão estabelecidas durante a pesquisa, pois por meio da observação do material presente nos documentos é possível averiguar a relação entre defesa, Forças Armadas e instituições civis. E por fim, corroborar ou refutar com a hipótese que será formulada, tratando-se de uma pesquisa com método de abordagem hipotético-dedutivo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o presente estudo almeja evidenciar uma mudança ao longo do tempo da doutrina militar do Exército Brasileiro nas questões de Op. GLO, buscando também entender como se deram as mudanças e quais os contextos encontrava-se o país. Para isso, abordará e colaborará com diversos debates, sendo estes: a mudança doutrinária, as relações civis-militares no Brasil e a forma que o Exército Brasileiro enxerga as Op. GLO, e como se portam em relação às questões internas de segurança pública.

Palavras-chave: Doutrina militar; Garantia da Lei e da Ordem; Exército Brasileiro.

⁵⁷ *Nvivo* é um programa criado em 1997 para análise qualitativa de conteúdo a partir do auxílio de ferramentas



REFERÊNCIAS

BARDIN, Lawrence. Análise de Conteúdo. **Lisboa edições**, v. 70, 1977.

HOIBACK, Harald. Understanding military doctrine: a multidisciplinary approach. **Routledge**, 2013.

JENSEN, Benjamin. Forging the sword: Doctrinal change in the US Army. **Stanford University Press**, 2016.

MENEGHIM DONADELLI, Laura; SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela. Los documentos de defensa de Brasil: ¿aproximaciones sucesivas a la Doctrina de Seguridad Nacional?. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 141–156, 2021. Disponível em: <https://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/ries/article/view/5602>. Acesso em: 12 ago. 2024.

POSEN, Barry. The Sources of Military Doctrine: France, Britain, and Germany between the World Wars. **Cornell University Press**, 1984.

ZAVERUCHA, Jorge. Rumor de sabres: controle civil ou tutela militar?: estudo comparativo das transições democráticas no Brasil, na Argentina e na Espanha. **Editora Atica**, 1994.



O PAPEL ESTRATÉGICO DOS CABOS SUBMARINOS NA AMÉRICA DO SUL: IMPACTOS EM SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO

Cícero Araujo Lisboa⁵⁸

1 INTRODUÇÃO

O artigo discute a importância geopolítica dos cabos submarinos para os países da América do Sul. Durante séculos, os oceanos, que cobrem dois terços da superfície terrestre, eram vistos como vias de comércio, rotas militares ou obstáculos às invasões. Com o tempo, o potencial militar e econômico do mar alterou essa visão (Mahan, 2017). Hoje, recursos valiosos provenientes dos oceanos (como petróleo, gás e áreas de pesca, entre outros) impulsionam a economia global, mas também são fonte de tensões e disputas entre as nações.

Figura 1: Representação dos cabos submarinos instalados



Fonte: submarinecablemap.com (2024)

⁵⁸ Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Durante a pandemia da COVID-19, houve um aumento exponencial no uso da internet no mundo, tornando-a essencial para o trabalho, a educação, a comunicação e o entretenimento (Nitahara, 2021). No entanto, essa dependência crescente da rede mascarou a complexa infraestrutura física que a sustenta, composta por cabos submarinos que cruzam oceanos e conectam continentes. Atualmente, estes cabos de fibra óptica transportam 99% dos dados que trafegam na internet (Ganz et al., 2024), incluindo comunicações militares e de governos. Além disso, estima-se que cerca de US\$ 10 trilhões em transações financeiras são realizadas por dia (Guilfoyle; Paige; McLaughlin, 2024).

Esses cabos, que são parte da topologia física da Internet, pertencem a entidades privadas e estatais, sendo responsáveis pela transmissão de informações privadas e de governos. Sua utilização, destarte, é potencialmente afetada por dinâmicas geopolíticas. Isso fica evidente, por exemplo, pela recusa feita pelo governo dos EUA, em 2020, do licenciamento de um cabo submarino que envolvia o Google, o Facebook e uma empresa de comunicação chinesa, por receio de espionagem por parte da China (Shepardson; Bartz; Bartz, 2022). Igualmente, em 2022, o governo dos EUA negou a ligação direta de um cabo submarino com Cuba, alegando que a ilha representaria uma ameaça de contrainteligência, bem como um risco contra as infraestruturas críticas estadunidenses (Shepardson, 2022).

Figura 2: Interligação entre Cuba e Venezuela



Fonte: submarinecablemap.com (2024)



No Brasil, em 2015, a ex-presidente Dilma Rouseff anunciou um projeto de US\$ 185 milhões para a instalação de um cabo submarino interligando o país à Europa. Tal projeto tinha a finalidade de reduzir a dependência da infraestrutura dos Estados Unidos, bem como garantir a neutralidade da Internet (Emmott, 2014). Isso ocorreu após as revelações do ex-agente estadunidense Edward Snowden, em 2013, sobre o aparato tecnológico dos Estados Unidos, capaz de monitorar as comunicações dentro e fora do país, incluindo nações aliadas (Brasil, 2014).

A América do Sul depende fortemente da rede de cabos submarinos que a interligam aos Estados Unidos para garantir o acesso à internet e a comunicação com o resto do mundo. Essa dependência coloca em evidência a importância estratégica desses cabos para a economia e o desenvolvimento da região. Embora existam cabos que conectam diferentes países sul-americanos, a grande maioria das conexões internacionais de alta capacidade passam pelos EUA. Cabe ressaltar que, no continente, apenas o Brasil possui cabos submarinos com ligação direta à Europa e à África, diversificando suas rotas de comunicação e diminuindo a dependência de conexões que passam pelos Estados Unidos. Essa particularidade coloca o Brasil em uma posição privilegiada no continente em termos de conectividade internacional e resiliência da rede.

Figura 3: Conexões submarinas da América do Sul



Fonte: submarinecablemap.com (2024)



Além disso, o recente acordo entre o Chile e o Google para a construção do cabo submarino Humboldt representa um marco importante para a conectividade da América do Sul (Quigley, 2024). Com previsão de conclusão em 2026, este cabo de 14.800 km ligará Valparaíso, no Chile, a Sydney, na Austrália, passando pela Polinésia Francesa (Quigley, 2024). Será o primeiro a conectar diretamente a América do Sul à Ásia-Pacífico, reduzindo a dependência de rotas que passam pelos EUA e diversificando as opções de comunicação internacional do continente (Qiu, 2024).

2 OBJETIVOS

O objetivo central deste artigo é analisar como a competição entre os países pela instalação e controle dos cabos submarinos pode afetar os países da América do Sul. Para atingir tal objetivo, a pesquisa apresenta dois objetivos específicos. Em primeiro lugar, busca analisar as motivações dos atores estatais e privados para se envolverem na instalação de cabos submarinos no continente. Em segundo lugar, investigar como a competição por cabos submarinos pode realinhar as alianças geopolíticas entre os países do continente e potências como China e EUA.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

Mesmo frente a este contexto, e de se tratar de uma infraestrutura que demanda segurança e resiliência devido à sua importância, os cabos submarinos são um elemento pouco estudado na geopolítica atual (Winseck, 2017). Diante disso, da possibilidade de instalação de novos cabos por atores estatais e não-estatais - que podem modificar a topologia da internet atual - e da dependência cada vez maior do ciberespaço, a existência de conflitos causados pelo uso geopolítico dos cabos submarinos parece se tornar uma realidade cada vez mais possível. Consequentemente, se impõe a seguinte questão: como garantir a segurança, a resiliência e o acesso equitativo à internet na América do Sul diante desses desafios?



4 METODOLOGIA

Este artigo, com abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e documental, analisa as dinâmicas políticas e de segurança relacionadas aos cabos submarinos, cruciais para a comunicação, economia e segurança global. Explorando a interação entre atores estatais e privados, o estudo destaca a importância geopolítica dessas infraestruturas, com foco no desenvolvimento da América do Sul.

Sendo assim, para atingir os objetivos propostos, este trabalho está estruturado em três seções, além da introdução e da seção de conclusão. A primeira seção trata de contextualizar a segurança dos cabos submarinos e sua importância para as comunicações, economia e segurança dos países. A segunda seção apresenta como os cabos submarinos se tornaram estão submetidos às relações internacionais, explorando como entes estatais e privados se relacionam nessas dinâmicas globais. Por fim, este artigo verifica a importância dos cabos submarinos para a geopolítica e o desenvolvimento da América do Sul.

5 RESULTADOS/PRÉVIOS/ESPERADOS.

Os resultados do estudo incluem um mapeamento detalhado dos cabos submarinos na América do Sul, com informações sobre suas rotas, pontos de aterrissagem, capacidade e proprietários. Além disso, será analisada a dependência da região em relação às rotas que passam pelos EUA, quantificando o tráfego de internet e os riscos relacionados. A pesquisa também pretende identificar os principais atores (estatais e privados) envolvidos na governança dos cabos, descrevendo o papel de cada um, e avaliará a vulnerabilidade da infraestrutura a ameaças físicas e cibernéticas, como danos acidentais, desastres naturais e sabotagens.

Espera-se que este estudo contribua para o debate sobre a governança da internet na América do Sul, destacando a necessidade de políticas públicas que garantam a segurança, a resiliência e o acesso equitativo à rede. Além disso, busca-se alertar para os riscos da concentração de poder nas mãos de empresas privadas, incentivando a busca por mecanismos



de regulação que preservem a neutralidade da internet. Por fim, o estudo visa estimular a cooperação regional para o desenvolvimento de infraestrutura de cabos submarinos, promovendo iniciativas conjuntas entre os países sul-americanos para fortalecer a conectividade e reduzir a dependência de rotas externas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Rede vulnerável**. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/503306/140714-emdiscussao_espionagem.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 maio 2023.

EMMOTT, Robin . Brazil, Europe plan undersea cable to skirt U.S. spying. **Reuters**, [s. l.], 24 fev. 2014. Media and Telecoms. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-eu-brazil-idUSBREA1N0PL20140224>. Acesso em: 9 maio 2023.

GANZ, Abra *et al.* Submarine Cables and the Risks to Digital Sovereignty. **Social Science Research Network**, [s. l.], 2024. Disponível em: Acesso em: 11 fev. 2024.

GUILFOYLE, Douglas; PAIGE, Tamsin Phillipa; MCLAUGHLIN, Rob. The Final Frontier of Cyberspace: the Seabed beyond National Jurisdiction and the Protection of Submarine Cables. **International & Comparative Law Quarterly**, [s. l.], v. 71, n. 3, p. 657–696, 2024. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-and-comparative-lawquarterly/article/abs/final-frontier-of-cyberspace-the-seabed-beyond-national-jurisdiction-and-the-protection-of-submarine-cables/4A40325D1A18927145A36B70ADCD35AD>. Acesso em: 28 abr. 2024.

MAHAN, Alfred T. **The influence of sea power upon history 1660-1783**. London: Forgotten Books, 2017-.

NITAHARA, Akemi. **Estudo mostra que pandemia intensificou uso das tecnologias digitais**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-11/estudo-mostra-que-pandemia-intensificou-uso-das-tecnologias-digitais>. Acesso em: 25 abr. 2024.

QIU, Winston. **Chilean Government Partners with Google to Build Humboldt Subsea Cable - Submarine Networks**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.submarinenetworks.com/en/systems/trans-pacific/humboldt-cable/chilean-government-partners-with-google-to-build-humboldt-subsea-cable>. Acesso em: 6 out. 2024.



QUIGLEY, Brian. **Humboldt route to connect Chile, French Polynesia, and Australia.** [S. l.], 2024. Disponível em:

<https://cloud.google.com/blog/products/infrastructure/announcing-humboldt-the-first-cable-route-between-south-america-and-asia-pacific>. Acesso em: 6 out. 2024.

SHEPARDSON, David. U.S. urges rejection of undersea cable connection to Cuba. **Reuters**, [s. l.], 30 nov. 2022. Americas. Disponível em:

<https://www.reuters.com/world/americas/us-urges-rejection-undersea-cable-connection-cuba-2022-11-30/>. Acesso em: 12 maio 2023.

SHEPARDSON, David; BARTZ, Diane; BARTZ, Diane. FCC revokes China Unicom's authorization to operate in U.S. **Reuters**, [s. l.], 27 jan. 2022. Media & Telecom. Disponível em:

<https://www.reuters.com/business/media-telecom/us-regulator-revokes-china-unicoms-authorization-operate-us-2022-01-27/>. Acesso em: 12 maio 2023.

TELEGEOGRAPHY. **Submarine Cable Map.** [S. l.], 2019. Disponível em:

<https://www.submarinecablemap.com/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

WINSECK, Dwayne. The Geopolitical Economy of the Global Internet Infrastructure. **Journal of Information Policy**, [s. l.], v. 7, p. 228, 2017.



A SECURITIZAÇÃO DO CIBERESPAÇO EM REFLEXO DO COMBATE ÀS FAKE NEWS NAS ELEIÇÕES DE 2018: O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO

Gabriel Leonhardt Daroit⁵⁹

1 INTRODUÇÃO

Guiando-se pela questão, “Como a proliferação das *fake news* durante as eleições brasileiras de 2018 estimulou um processo de securitização, conduzido pelo Poder Judiciário, que compreendeu o ciberespaço?”, e partindo da hipótese que, “a disseminação da desinformação nas eleições brasileiras de 2018, acompanhada de discursos de ódio e narrativas ameaçadoras, desencadeou um processo de securitização liderado pelo Poder Judiciário, o qual também reconheceu a urgência de securitizar o ciberespaço”, este estudo busca compreender a ameaça inerente das *fake news* no espaço cibernético e as iniciativas implementadas para combatê-las.

Para isso, objetiva-se, especificamente, revisar a literatura sobre os conceitos de securitização, *fake news* e ciberespaço, buscando uma compreensão mais profunda e fundamentada de suas definições, inter-relações e características; analisar o cenário das *fake news* e do ciberespaço no Brasil, identificando narrativas e características recorrentes que possam estruturar as notícias falsas como uma ameaça à segurança nacional; evidenciar e comparar, por meio da análise de discursos e decisões de agentes do Poder Judiciário, o impacto da possível securitização das *fake news* durante as eleições de 2018 no processo de securitização do ciberespaço no Brasil, destacando os limites, perspectivas e implicações desse processo.

O trabalho é um estudo de caráter quanti-qualitativo, o método de abordagem corresponde ao hipotético-dedutivo e o método de procedimento da investigação a um estudo

⁵⁹ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2285510594802834>.



de caso histórico, com início nas eleições de 2018. Como técnicas de pesquisa, aplica-se a revisão bibliográfica e o levantamento de fontes primárias, como dados e documentos, juntamente da análise de conteúdo,

aos moldes dispostos por Bardin (1977). Sendo assim, realiza-se o levantamento de discursos e decisões advindas do Judiciário brasileiro, com foco no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a fim de visualizar a securitização sobre os objetos analisados.

Todos os materiais explorados são referentes aos anos de 2018 e 2019, estes foram organizados e codificados com ajuda do software NVivo 14. Para isso, definiu-se 3 códigos *a priori*, embasados nas teorias exploradas: o código das “*Fake news*”, do “Ciberespaço” e o da “Securitização”. Cada um acompanha uma série de termos-chaves, que colaboram para a identificação dos códigos no texto analisado. Deste modo, após este processo, os materiais podem se encaixar como referentes apenas a temática das *Fake News*, apenas ao Ciberespaço, apenas a Securitização, a Securitização das *Fake News*, a Securitização do Ciberespaço, ou a Securitização das *Fake News* e do Ciberespaço.

2 DISCUSSÕES LEVANTADAS

No contexto teórico, observa-se que os espaços digitais ocasionaram uma democratização no acesso à informação, permitindo que, além de apenas consumir conteúdos, os cidadãos também encontrassem maneiras de criar e gerenciar narrativas que lhes fossem vantajosas. Essa é uma das características que impulsionam a proliferação e produção da desinformação, como as notícias falsas (Cedro; Rodrigues; Silva, 2023).

As notícias falsas, ou *fake news*, são frequentemente criadas por meio da imitação de conteúdo jornalístico, elaborando versões incorretas e convenientes sobre eventos e levando os leitores a desconhecer certos fatos (Dourado, 2020). Essas, embora presentes na sociedade há séculos, encontram no ambiente digital novas oportunidades de impacto. Dependendo de como são utilizadas e com quais intenções, as *fake news* têm o potencial de persuadir milhares de usuários a acreditar em suas falsas narrativas e de espalhar uma série de insultos e ataques



baseados em discursos de ódio (Di Fátima; Miranda, 2023). A percepção das estratégias associadas aos efeitos do compartilhamento de notícias falsas nas redes sociais levou a uma utilização direcionada da desinformação para influenciar processos políticos. Tais implicações das notícias falsas para a própria democracia, tornam-nas uma possível ameaça à segurança nacional, podendo estimular processos de securitização.

Na abordagem da Escola de Copenhague, a securitização refere-se ao processo político pelo qual um tema que originalmente não era considerado uma “questão de segurança” passa a ser priorizado nessa agenda. Isso ocorre por meio da construção de um discurso que, ao ser aceito pela audiência, confere legitimidade para a adoção de medidas excepcionais para enfrentar os problemas identificados (Buzan; Waever; Wilde, 1998). Nesta pesquisa, além dos estudos tradicionais da Teoria da Securitização, também considera-se a literatura que apresenta novas abordagens sobre os seus elementos constituintes, como Balzacq (2005) e Floyd (2015).

Já no contexto histórico do caso analisado, com foco específico nas questões de legislação, segurança e defesa brasileiras, e considerando o impacto das notícias falsas no espaço cibernético até 2018, observou-se não apenas a politização da temática, mas também a percepção de que trata-se de uma questão potencial de segurança nacional (Souza; Almeida, 2016). Contudo, até as eleições de 2018, não havia leis brasileiras específicas para lidar com notícias falsas, sendo utilizados dispositivos legais de diferentes legislações para tratar da disseminação de informações inverídicas. Nesse contexto, observou-se uma mudança no comportamento do Poder Judiciário, que começou a atuar mais ativamente para mitigar os efeitos das *fake news* durante o período eleitoral, refletindo uma crescente preocupação com a disseminação dessas notícias no ciberespaço, especialmente nas redes sociais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando estas discussões em consideração, com a análise de 40 documentos distintos, alguns pontos gerais se destacaram, como a contínua vinculação entre *fake news* e ciberespaço nos conteúdos; a percepção de ameaça emergente da convergência desses fatores; a criação de um ambiente de risco para a democracia e a sociedade no Brasil; e as eleições de 2018 como



um marco crucial para a configuração dos discursos e medidas adotadas.

Ao interpretar esses pontos por meio da Teoria da Securitização e seus estudos críticos, a pesquisa revelou um processo de securitização onde a excepcionalidade é evidente nas mudanças de comportamentos e ações motivadas pela ameaça percebida (Floyd, 2015). Nesse cenário, a proliferação de *fake news*, intensificada durante as eleições de 2018 e alimentada por discursos de ódio e outras narrativas consideradas ameaçadoras, especialmente informações falsas sobre as urnas eletrônicas, permitiu que o Poder Judiciário assumisse um papel central em um processo de securitização, sem ultrapassar os limites da política “normal” do Estado.

Portanto, observa-se que o Poder Judiciário se destacou como o principal ator e responsável pela securitização desse problema, principalmente devido à falta de eficácia dos outros Poderes e autoridades em lidar com a situação; a securitização das *fake news* resultou na securitização do ciberespaço devido às características intrínsecas da ameaça, já que o perigo da desinformação está diretamente associado aos meios cibernéticos que facilitam sua propagação; narrativas perigosas, como informações falsas sobre as urnas eletrônicas e a atuação do Judiciário, foram fatores que desencadearam respostas mais rápidas e intensas do agente de securitização; o desenvolvimento da segurança digital no Brasil enfrenta limitações impostas por uma série de obstáculos, que exigem uma abordagem integrada e adaptada às diversas variáveis para efetivamente combater as notícias falsas.

Palavras-chave: *Fake News*; Ciberespaço; Securitização.

REFERÊNCIAS

BALZACQ, T. The three faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. **European Journal of International Relations**, v. 11, n. 2, p. 171-201, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A new framework for analysis**.



Lynne Rienner Publishers, 1998

CEDRO, Kassandra Kenya Lima; RODRIGUES, Lucas Rego Silva; SILVA, Erik. Fake News, discurso de ódio e populismo penal midiático, uma trilogia corrosiva à democracia constitucional brasileira. **Revista Eletrônica Da PGE-RJ**, [S. l.], v. 5, n. 3, 2023.

DI FÁTIMA, Branco; MIRANDA, Sandra. Discurso de odio, fake news y redes sociales: una breve introducción. **Razón Y Palabra**, [S. l.], v. 26, n. 113, p. 12–16, 2022.

DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão. **Fake news na eleição presidencial de 2018 no Brasil**. 2020 Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

FLOYD, R. Extraordinary or ordinary emergency measures: what, and who, defines the ‘success’ of securitization?. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 16, n. 2, p. 677-694, 2015

SOUZA, Eduardo André Araujo de; ALMEIDA, Nival Nunes De Almeida. A Questão da Segurança e Defesa do Espaço Cibernético Brasileiro, e o Esforço Político-Administrativo do Estado. **Revista Da Escola De Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 381-410, 2016.



**PROTAGONISMO ESTUDANTIL E SUSTENTABILIDADE: A CONTRIBUIÇÃO DA
AÇÃO ADOTE UM ODS NO DESENVOLVIMENTO DO ODS 12 NA E.M.E.F.
PROFESSORA CÂNDIDA ZASSO, DE NOVA PALMA-RS**

Igor Castellano da Silva⁶⁰

Isabella Goldoni Paludo⁶¹

Luiza Kosby Lyra⁶²

1 INTRODUÇÃO

No contexto educacional contemporâneo, ao longo das últimas décadas, observa-se uma transformação significativa nos métodos de ensino, impulsionada pelo avanço tecnológico e pela necessidade de preparar os alunos para enfrentar desafios complexos no cenário global (SHIRKEY, 2017). Nesse contexto, o emprego de jogos e simulações ganha destaque como uma abordagem pedagógica que transcende os métodos tradicionais, proporcionando uma experiência prática e imersiva. Portanto, jogos comerciais passaram a ter um potencial educativo, enquanto jogos sérios abordam questões técnicas e teóricas. Nas Relações Internacionais (RI), o uso de simulações no ensino está crescendo, mas sua integração à didática é pouco explorada (ASAL, 2005). Os jogos, sendo visuais e auditivos, contam histórias por experiências e, em RI, o “jogar” explora análises de identidade e modos de resistir ao ser concreto. Logo, simulações, sejam essas analógicas ou digitais, permitem visualizar interações internacionais e superar desafios de ensino.

O trabalho analisa a utilização de jogos e simulações no ensino de Relações Internacionais na disciplina de Estudos de Segurança Internacional, e como estas ferramentas

⁶⁰ Docente do Departamento de Economia e Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7301233930780970>.

⁶¹ Graduanda de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5923056681329975>.

⁶² Graduanda de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3530420097205893>.



podem facilitar a compreensão de teorias abstratas e promover o aprendizado interativo. Através de questionários e feedback dos discentes, evidencia-se o engajamento dos alunos com a metodologia adotada, buscando entender como as atividades de simulação impactaram a compreensão dos conteúdos abordados. Através de revisão de literatura, o estudo também toca nos problemas enfrentados na implementação de jogos e simulações em RI, bem como a necessidade de planejamento logístico e a cooperação dos alunos, além da dualidade entre os benefícios pedagógicos e as limitações dessas ferramentas.

2 OBJETIVO

O objetivo do estudo é analisar como jogos e simulações podem ser utilizados no ensino de Relações Internacionais, particularmente em temas de segurança internacional. A pesquisa visa identificar os impactos dessas abordagens no processo de aprendizado dos alunos, bem como fornecer diretrizes práticas para a implementação de tais ferramentas em contextos educacionais. Também, o estudo busca compreender como essas metodologias podem engajar os estudantes, facilitando a assimilação de teorias e conceitos difíceis de entender por meio de métodos tradicionais.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema de pesquisa do estudo se concentra na dificuldade de tornar o ensino de temas complexos, como segurança internacional e teorias de relações internacionais, mais acessível para os alunos. A disciplina de Estudos de Segurança Internacional abrange teorias abstratas, e o desafio está em como transformar essas teorias, que tradicionalmente são abordadas de forma expositiva e teórica, em experiências de aprendizado que promovam a compreensão prática.

Esse problema é amplificado pelo fato de que métodos tradicionais de ensino são apontadas como não-suficientes para engajar os alunos ou facilitar o entendimento de conceitos teóricos abstratos. Asal (2015) destaca que o uso de simulações e jogos no ensino de Relações Internacionais tem o potencial de oferecer experiências práticas que melhoram a



absorção de conteúdo, ao permitir que os alunos "vivenciem" as dinâmicas internacionais e de segurança em cenários simulados. Asal e Kratoville (2013) discutem que, embora essas ferramentas possam tornar o aprendizado mais dinâmico, elas também podem retirar tempo de discussões em sala e de outras formas de ensino. Isso cria uma dualidade em como equilibrar a implementação de atividades práticas, como simulações, com a necessidade de transmitir conteúdo teórico em um ambiente controlado.

Diante disso, de que maneira jogos e simulações podem ser utilizados no ensino de Relações Internacionais para facilitar a compreensão de teorias complexas e superar as limitações dos métodos tradicionais de ensino?

4 METODOLOGIA

Primeiramente, através de revisão de literatura, o estudo toca nos problemas enfrentados na implementação de jogos e simulações em RI, bem como a necessidade de planejamento logístico e a cooperação dos alunos, além da dualidade entre os benefícios pedagógicos e as limitações dessas ferramentas.

Asal e os demais autores (2015) enfatizam que, embora os jogos e simulações ofereçam uma forma mais interativa e prática de aprendizado, sua implementação pode ser difícil em termos de planejamento logístico. A organização de atividades dessa natureza exige tempo e recursos, o que pode representar um desafio em turmas maiores, onde a complexidade logística aumenta. Além disso, as simulações podem consumir um tempo significativo de aula, limitando a possibilidade de debates teóricos e de aulas expositivas tradicionais. A falta de cooperação de alguns alunos também pode comprometer o sucesso das atividades, tornando o ambiente menos colaborativo e limitando o engajamento de toda a turma.

Se traz à tona a dualidade entre os benefícios pedagógicos proporcionados por jogos e simulações e as limitações inerentes a essas metodologias. Embora as simulações permitam aos estudantes aplicar teorias complexas em cenários práticos e interativos, criando uma experiência de aprendizado mais significativa (ASAL & KRATOVILLE, 2013), elas também exigem um nível de organização e envolvimento que nem sempre é fácil de alcançar. O tempo



dedicado a essas atividades pode reduzir o tempo para outras formas de ensino, e nem todos os estudantes se beneficiam igualmente dessas abordagens, com alguns preferindo métodos tradicionais de ensino..

Já as atividades práticas foram realizadas ao longo de aulas da disciplina de Estudos de Segurança Internacional, utilizando tanto jogos digitais quanto analógicos. Após as atividades, os alunos responderam a questionários no Moodle, expressando sua satisfação e compreensão dos temas abordados. A análise comparativa dos dados coletados permitiu verificar o nível de aprendizado e envolvimento dos alunos com o uso dessas ferramentas.

Portanto, o estudo foi conduzido com base na abordagem hipotético-dedutiva e utilizou a aplicação de questionários para avaliar o impacto dos jogos e simulações na compreensão dos alunos.

5 RESULTADOS

Os resultados indicam que o uso de jogos e simulações na disciplina foi bem-sucedido em melhorar o aprendizado dos alunos. A maioria dos estudantes relatou que as atividades práticas ajudaram a esclarecer conceitos, como a teoria da securitização e as dinâmicas de poder entre Estados. Os jogos também foram eficazes em engajar os alunos, promovendo um ambiente de competição saudável e estimulando a participação ativa nas aulas. A gamificação, por exemplo, demonstrou potencial para promover uma experiência de aprendizado mais interativa e colaborativa.

A pesquisa conclui que, quando aplicados de maneira estruturada e com um planejamento pedagógico adequado, jogos e simulações podem ser implementados no ensino de Relações Internacionais, especialmente em tópicos teóricos na disciplina de Estudos de Segurança Internacional.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASAL, V.; KRATOVILLE, J. Constructing International Relations Simulations: Examining



the Pedagogy of IR Simulations Through a Constructivist Learning Theory Lens. **Journal of Political Science Education**, v. 9, n. 2, p. 132–143, abr. 2013.

ASAL, Victor; RAYMOND, Chad ; USHERWOOD, Simon. War, Peace and Everything in between: Simulations in International Relations. **Handbook on Teaching and Learning in Political Science and International Relations**, 2015.

LEE, Michael ; SHIRKEY, Zachary C. Going beyond the Existing Consensus: the Use of Games in International Relations Education. **PS: Political Science & Politics**, v. 50, n. 02, p. 571–575, 2017.



IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA NO CIBERESPAÇO: UMA ABORDAGEM DA SEGURANÇA NACIONAL BRASILEIRA

Eduarda Magagnin De Conto⁶³

Gabriel Leonhardt Daroit⁶⁴

1 INTRODUÇÃO

O estudo busca compreender a seguinte questão: “Como a segurança nacional brasileira interpreta e aborda a violência no ciberespaço, e quais são as implicações dessas interpretações para o Brasil?”. Ou seja, objetiva-se analisar como a segurança nacional do país trata a violência neste ambiente e os efeitos dessas visões na formulação de políticas de segurança cibernética. Para isso, parte-se da hipótese que a segurança nacional brasileira aborda a violência no ciberespaço, com ênfase a uma abordagem estatal, tendo como exemplos os ciberataques, o terrorismo e as guerras cibernéticas. Contudo, o conceito de violência é escassamente problematizado e requer uma análise multidimensional especialmente em países do Sul Global. Sendo assim, as implicações para o Brasil diante de um poder cibernético democratizado advêm de um processo ambíguo de definição e tomada de ação.

Os objetivos para testar a hipótese incluem: i. realizar uma revisão bibliográfica sobre a conexão entre violência e ciberespaço; ii. analisar criticamente a abordagem do Brasil sobre violência no ciberespaço, avaliando sua profundidade e eficácia no tratamento da violência cibernética; iii. investigar as lacunas nas políticas de segurança nacional do Brasil em relação ao conceito de violência no ciberespaço, ressaltando a necessidade de uma perspectiva mais ampla e multidimensional.

⁶³ Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). [http://lattes.cnpq.br/1295516463912376]

⁶⁴ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). [http://lattes.cnpq.br/2285510594802834]



2 METODOLOGIA

Para a pesquisa, parte-se de uma perspectiva de análise qualitativa, focando em uma exploração aprofundada dos documentos de segurança nacional brasileira. Como método de abordagem do estudo utiliza-se o hipotético-dedutivo, enquanto como método de procedimento estrutura-se um estudo de caso, partindo da atuação do Estado brasileiro nas últimas duas décadas. Junto disso, aplica-se, dentre as técnicas de pesquisa, uma análise de conteúdo em uma série de documentos levantados, presentes na tabela da próxima seção.

Para esta análise, buscou-se identificar quais os tipos de violência são descritos e trabalhados em cada um dos documentos, por exemplo: o material trata da violência no ciberespaço como uma ameaça a estrutura do Estado, como em ataques *hackers* a infraestruturas críticas do Brasil (energia, transporte, telecomunicações e finanças), ou aos indivíduos da sociedade brasileira que se usufruem do espaço, como em casos de ataques preconceituosos entre usuários? Ou ambas abordagens são trabalhadas?

3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Segue uma tabela dos documentos estudados: em sua primeira coluna, encontra-se o respectivo documento analisado, na segunda, os preceitos de cada um deles, para que se obtenha o entendimento quanto à interpretação do pensamento de segurança nacional sobre as questões cibernéticas.

Quadro 1 - Conclusões sobre os Documentos Analisados

Documento	Conclusões
Estratégia Nacional de Defesa (END) (Brasil, 2020a)	A Estratégia Nacional de Defesa (END) destaca o ciberespaço como um ambiente crucial que requer atualização contínua e reestruturação para a defesa nacional. O Exército Brasileiro é responsável pelo Sistema de Defesa Cibernética, com foco no monitoramento e controle das fronteiras nacionais. Essa visão da END sobre o ciberespaço está centralizada na atualização tecnológica, no monitoramento estatal para garantir a soberania, e está conectada com uma perspectiva de segurança e defesa estatal.

<p>Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). (Brasil, 2020b)</p>	<p>O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) é o documento mais abrangente sobre a Defesa Nacional do Brasil, trazendo uma abordagem mais concreta sobre o ciberespaço. O LBDN defende que a Defesa Cibernética seja uma prioridade nacional e destaca o papel do Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber). Um diferencial é o reconhecimento da crescente complexidade dos crimes cibernéticos e a proposta de ampliar o debate sobre defesa, incluindo a sociedade civil, além das Forças Armadas.</p>
<p>Política Nacional de Defesa. (Brasil, 2020a)</p>	<p>A Estratégia Nacional de Defesa (END) trata o ciberespaço como uma prioridade para o Brasil, destacando que o avanço tecnológico traz novos desafios, especialmente no campo cibernético. O documento menciona a “Guerra Híbrida”, que combina conflitos convencionais com operações irregulares, cibernéticas e informacionais, envolvendo atores estatais e não-estatais, tanto no ambiente real quanto informacional, como nas redes sociais. O texto aponta uma abertura gradual para preocupações não-estatais e contemporâneas sobre (in)seguranças e violências em seus contextos específicos.</p>
<p>Livro Verde: Segurança Cibernética no Brasil (Brasil, 2010)</p>	<p>O principal documento de segurança cibernética do Brasil estabelece metas na “[...] visão de curto (2 - 3 anos), médio (5 - 7 anos), e longo (10 - 15 anos) prazo no tema, abrangendo, como ponto de partida, os seguintes vetores: Político Estratégico, Econômico, Social e Ambiental, CT&I, Educação, Legal, Cooperação Internacional, e Segurança das Infraestruturas Críticas” (Brasil, 2010, p. 17). No tocante a todos estes tópicos, a abordagem dos riscos e violência no ciberespaço partem de uma visão mais material e estatal, citando a possibilidade de atos violentos que possam desestruturar as infraestruturas críticas destes vetores, as quais são de responsabilidade do Estado.</p>
<p>Política Cibernética de Defesa. (Brasil, 2012)</p>	<p>Com “[...] a finalidade de orientar, no âmbito do Ministério da Defesa (MD), as atividades de Defesa Cibernética, no nível estratégico, e de Guerra Cibernética, nos níveis operacional e tático, visando à consecução dos seus objetivos” (Brasil, 2012, p.11), percebe-se a violência neste documento, mais uma vez, concentrada em uma visão militar do Estado, ou seja, caracterizando-se como um risco as estruturas que compõem o aparato estatal, sem uma abordagem específica as violências internas ao espaço cibernético e que afetam seus usuários na sociedade brasileira.</p>



Doutrina Militar Cibernética. (Brasil, 2014)	Como expresso em seu nome, este documento estabelece “[...] os fundamentos da Doutrina Militar de Defesa Cibernética, proporcionando unidade de pensamento sobre o assunto, no âmbito do Ministério da Defesa (MD), e contribuindo para a atuação conjunta das Forças Armadas (FA) na defesa do Brasil no espaço cibernético” (Brasil, 2014). Esta defesa, refere-se ao mesmo formato de violência tratado nos documentos anteriores, pensando também em atos violentos externos, advindos de outros países como forma de atacar o Estado.

Fonte: Elaboração nossa a partir de Brasil (2020a), Brasil (2020b), Brasil (2020c), Brasil (2010), Brasil (2012) e Brasil (2014a).

4 CONCLUSÕES PRELIMINARES

Percebe-se que o Brasil, de acordo com os documentos, tem o Exército do país como principal responsável pelo ciberespaço, ocasionando a exclusão de uma série de indicadores que compõem a violência interna ao espaço cibernético e seus usuários. Desta forma, abordagens quanto ao *hardware* e o *software* são mais frequentes e eficazes em comparação com o *peopleware*, que se resume ao perigo de possíveis *hackers* (Brasil, 2010). Estes documentos desconsideram a democratização do que se entende como poder cibernético, ou seja, a capacidade que qualquer indivíduo possui no ciberespaço, sem a necessidade de grandes investimentos, de ocasionar a violência em diferentes vertentes (Nye, 2010).

Portanto, tais documentos evidenciam uma abordagem predominantemente estatal e militarizada da violência no ciberespaço, com ênfase na proteção das infraestruturas críticas e na defesa contra ameaças externas.

Palavras-chave: ciberespaço; violência; Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BRASIL. Ministério da Defesa, Estado - Maior Conjunto das Forças Armadas. **Doutrina Militar de Defesa Cibernética**. MD31-M-08. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa, Estado - Maior Conjunto das Forças Armadas. **Política Cibernética de Defesa**. MD31-P-02. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2017/mes03/livro-branco-de-defesa-nacional-consulta-publica-121220_17.pdf/view. Acesso em: 08 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa. 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/copy_of_pnd_e_end_2016.pdf. Acesso em: 07 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional. Departamento de Segurança da Informação e Comunicações. **Livro verde: segurança cibernética no Brasil**. Brasília, DF: GSIPR/SE/DSIC, 2010.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

NYE, Joseph S. **Cyber power**. Cambridge: Harvard Kennedy School, Belfer Center for Science and International Affairs, 2010.

WEBER, Max. **Politics as a Vocation**. In: OWEN, David; STRONG, Tracy B. (Orgs.). *The Vocation Lectures*. Trad. Rodney Livingstone. Indianapolis, IN: Hackett Publishing Company, 2004, p. 32–94.



A INSERÇÃO DE SANTA MARIA (RS) NA GEOPOLÍTICA DO PRATA (1944, 1971, e 1982)

Thiago Noschang Cabral⁶⁵

Maria Medianeira Padoin⁶⁶

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Santa Maria localiza-se no centro do Rio Grande do Sul. Fundada em 1797, a sua história remonta à disputa por territórios entre Espanha e Portugal no contexto do Tratado de Santo Idelfonso (1777). Nessa época, o atual município constituía em um acampamento dos responsáveis pela demarcação da fronteira, situado entre o território das duas metrópoles europeias (MELLO; SILVA, p. 391). Logo, por conta da sua posição geográfica, desde o seu princípio (até os dias de hoje) Santa Maria conta com a presença constante de um número elevado de militares, devido à sua formação voltada para a defesa da fronteira sul (MACHADO, 2008, p. 52)⁶⁷. Quando fundada, a presença de militares atraiu comerciantes interessados em vender produtos para subsistência local. Com o tempo, a cidade passa a desempenhar um papel também de entreposto comercial – essencial para o crescimento que justificou a emancipação do município pelo ano de 1858 (PADOIN, 2022, p. 23).

Em 1878, mais uma vez tendo por base a sua centralidade geográfica – e também em decorrência de uma mudança no itinerário da ferrovia que conectava Porto Alegre a Uruguaiana – Santa Maria se tornou sede de um dos principais entroncamentos de ferrovias no

⁶⁵ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM). Pesquisa apoiada por Bolsa CAPES/DS. Bacharel em Relações Internacionais pela UFSM. E-mail: thiago.cabral@acad.ufsm.br.

⁶⁶ Orientadora. Professora Titular na Universidade Federal de Santa Maria, atuando no Departamento de História, no Programa de Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural. E-mail: maria.m.padoin@ufsm.br

⁶⁷ Vargas (2017, p. 31) afirma que a cidade nesse momento de disputa territorial entre Espanha e Portugal, por conta de sua localização, ficou conhecida como um lugar de resolução do conflito dos “Países do Prata”.



sul do país. Entre o final do século XIX e início do XX a facilidade de comunicação via estradas de ferro fez com que Santa Maria recebesse várias Congregações Religiosas motivadas pelo processo de imigração (italiana, alemã, africana, etc) para o sul do Brasil. Essas Congregações foram importantes para a consolidação da área educacional na região (PADOIN, 2022, p. 33).⁶⁸ Até os dias de hoje,

[...] **Santa Maria** continuou seu crescimento populacional e a prevalência de sua característica comercial, vinculadas a sua posição geográfica por ser **região fronteiriça**, com um crescente contingente militar - o segundo do Brasil, por sua rede escolar e de ensino superior qualificado, pelas facilidades no transporte e comunicação com as demais regiões do Estado e com os países limítrofes, e por **uma relação econômica próxima com a metade sul do RS e com o norte do Uruguai** (PADOIN, 2022, p. 34, 2022, grifo meu).

Estes fatores colaboraram diretamente para que diferentes grupos (em maiores ou menores medidas) se integrassem à identidade local (PADOIN, 2022, p. 23). Em 1944, devido mais uma vez ao posicionamento estratégico da cidade, o então presidente Getúlio Vargas desapropriou terrenos em Santa Maria para a construção de um aeródromo, configurando um importante antecedente para a construção da Base Aérea de Santa Maria (BASM) em 1971 (IBGE, 2015).⁶⁹

A BASM em sua configuração atual teve origem no período da ditadura, durante o governo Médici (1969-1974), mesclada à uma agenda de desenvolvimentismo e segurança nacional. Como pode ser visto, de certa maneira, todas as identidades acumuladas pela função da cidade são respaldadas no seu posicionamento geográfico, o que chama atenção para o papel a ser desempenhado por Santa Maria na região platina em uma dimensão de disputas regionais por poder. É sob esta ótica que a presente pesquisa se insere.

Segundo o IBGE (2015): “Desde sua criação, a Base Aérea de Santa Maria tornou-se elemento marcante da paisagem local, graças ao grande entrosamento que alcançou junto à comunidade, motivo que levou à idealização de sua denominação de ‘Sentinela Alada do

⁶⁸ Como resultado, desde 1950 Santa Maria era identificada como a Metrópole Escolar do Rio Grande do Sul (PADOIN, 2022, p. 33).

⁶⁹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=445029>.



Pampa⁷⁰. Além de investigar os efeitos na comunidade local, busca-se aqui indagar como a construção de uma base aérea impactou teve um impacto na própria percepção de uma cidade fronteiriça (PADOIN, 2022) em relação à fronteira sul. Além de ilustrar inúmeros eventos de importância regional em que Santa Maria teve participação, a pesquisa também aborda como a Base foi utilizada durante a Guerra das Malvinas e qual a reverberação nas relações entre Brasil, Argentina e Uruguai.

2 OBJETIVO

O presente estudo tem como objetivo analisar a cidade de Santa Maria de maneira transnacional, associada a uma estratégia nacional de defesa da fronteira sul.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema da pesquisa está centrado na análise dos impactos da Base Aérea de Santa Maria (BASM) na percepção da cidade enquanto um espaço fronteiriço e no seu papel nas dinâmicas regionais de poder. Especificamente, busca-se entender como a presença e a função da BASM influenciam a identidade local e as relações da cidade com as áreas circunvizinhas, como Brasil, Argentina e Uruguai, especialmente em contextos históricos e geopolíticos relevantes, como a Guerra das Malvinas. A pesquisa também investiga como a construção da base afetou a comunidade local e a imagem da cidade na região platina, considerando seu histórico de desenvolvimento militar e comercial, bem como a evolução da identidade da cidade ao longo do tempo, dialogando com o presente – como destaca Eggers (2019).

4 METODOLOGIA

O principal método adotado na condução desta investigação foi inicialmente conduzido por uma revisão bibliográfica abrangente. Na sequência, será feito um diálogo através de documentos oficiais e recortes de periódicos de cada período estudado, buscando interligar com o contexto nacional e internacional ilustrado pela literatura.

⁷⁰ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=445030>. Acesso em 25 jul. 2024.



5 RESULTADOS ESPERADOS

A partir da leitura da Geopolítica, é possível enxergar Santa Maria como um ponto importante de defesa nacional para o Brasil, de maneira a perceber na cidade um papel de sentinela da fronteira sul – principalmente a partir do desenvolvimento da Aeronáutica. Nesse sentido, o papel da cidade merece maior destaque diante de uma literatura que corriqueiramente esquece a importância de tal localidade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EGGERS, Sabrina. ESTUDO SOBRE O SEGUNDO PÓLO DE DEFESA NACIONAL: CASO DE SANTA MARIA, RS, **Revista InterAção**, Santa Maria, v. 10, ed. 01, p. 138-142, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/37423>. Acesso em 23 set. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca IBGE: Base Aérea de Santa Maria**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=445029>. Acesso em: 25 de set. 2024.

MELLO, Luiz Fernando da Silva; SILVA, Manuela Ilha. 2022. Patrimonialização para além dos limites do centro de Santa Maria - Uma discussão sobre valores e sentidos atribuídos. In: Andrade, Gustavo Figueira; Piassini, Gustavo Figueira Andrade; Padoin, Maria Medianeira (orgs.). **História de Santa Maria: novos olhares**. Porto Alegre: Casalettras. 493 p. ISBN 97865866625646.

PADOIN, Medianeira. 2022. Alguns registros da história de Santa Maria - Cidade Fronteiriça. In: Andrade, Gustavo Figueira; Piassini, Gustavo Figueira Andrade; Padoin, Maria Medianeira (orgs.). **História de Santa Maria: novos olhares**. Porto Alegre: Casalettras. 493 p. ISBN 97865866625646.

MACHADO, Márcia Kaipers. 2008. **A presença do Exército e da Aeronáutica na organização espacial de Santa Maria-RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia, Área de Concentração em Sociedade e Meio Ambiente) - Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.